



PREFEITURA DE
CAUCAIA

**Secretaria Municipal de
Gestão e Governo – SGG**

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE
LICITAÇÕES



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2024.09.19.01 - SDST

PARTE ESPECÍFICA (QUADRO DE RESUMO)

1.MODALIDADE	2.FORMATO	3.Nº DO PROCESSO	4.ENDEREÇO/LOCAL DA DISPUTA:	5.CÓDIGO DA UASG:	6.NÚMERO NO COMPRAS.GOV.BR:
PREGÃO	ELETRÔNICO	2024.09.19.01	www.compras.gov.br (Comprasnet)	981373	91901

7.OBETO:

AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE DE INTERESSE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO DO MUNICÍPIO DE CAUCAIA/CE, CONFORME EMENDA Nº 202341380006 DO MINISTÉRIO DA CIDADANIA.

8.DATA DA ABERTURA:	9.HORA DA ABERTURA	10.TIPO:	11.CRITÉRIO DE JULGAMENTO:	12.MODO DE DISPUTA
10 DE OUTUBRO DE 2024	08:30H	MENOR PREÇO	LOTE	ABERTO
REFERÊNCIA DE TEMPO: PARA TODAS AS REFERÊNCIAS DE TEMPO UTILIZADAS PELO SISTEMA SERÁ OBSERVADO O HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF.				

13.ÓRGÃO PARTICIPANTE:

- SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO - SDST

14.LICITAÇÃO EXCLUSIVA OU COM COTAS PARA ME E EPP?	15.FORNECIMENTO:	16. PRAZO PARA ENTREGA:	17.VIGÊNCIA DO CONTRATO:	18.POSSIBILIDADE DE AMOSTRAS?
NÃO	FRACIONADO	ATÉ 10 (DEZ) DIAS ÚTEIS	31 DE DEZEMBRO DO ANO FIRMADO	SIM

19.ESPECIFICIDADES DO PROCEDIMENTO:

CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA – TR E ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP, EM ANEXO.

20.DOS ATENDIMENTOS, PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES, RECURSOS E VISTAS AO PROCESSO

Todos os atendimentos e demais tratativas com a Pregoeira serão realizados exclusivamente por meio virtual, mediante pedido formal a ser enviado através do e-mail: pregao02@licitacao.caucaia.ce.gov.br, assim como os pedidos de esclarecimentos, impugnações, recursos e pedidos de vistas aos autos, nos termos consignados no presente edital.

21.OBSERVAÇÕES IMPORTANTES E OBSERVÂNCIA OBRIGATÓRIA:

1) O presente edital se apresenta em duas partes (parte específica e parte geral), onde, na parte específica serão disciplinadas as definições singulares do objeto, qualificação técnica específica, peculiaridades e demais



PREFEITURA DE
CAUCAIA

**Secretaria Municipal de
Gestão e Governo – SGG**
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE
LICITAÇÕES



disposições do julgamento. Já na parte geral teremos as demais condições e entendimentos padronizados relativos ao procedimento.

2) Existindo divergência entre as informações constantes da parte específica (quadro resumo) e dos demais campos do edital e seus anexos (parte geral), prevalecerão as informações constantes da parte específica.

3) Havendo discrepância entre os textos constantes do edital e seus ANEXOS, inclusive quanto a especificação dos produtos, unidades e demais detalhamentos ante aqueles constantes da plataforma COMPRAS.GOV.BR prevalecerão as informações constantes do edital e seus ANEXOS.

4) O Regulamento Interno de Licitações e Contratos – RILC da Prefeitura Municipal de CAUCAIA, editado pela Lei Municipal N° 3.625, de 30 de junho de 2023 é parte integrante desse instrumento, assim como, todas as normativas complementares e regulamentadoras das contratações públicas desse município. O RILC poderá ser obtido no seguinte endereço eletrônico www.CAUCAIA.ce.gov.br no Diário Oficial do Município - DOM (30 de junho de 2023 - Ano XXII. N° 2743 - Página. 01 a 30).



**Secretaria Municipal de
Gestão e Governo – SGG**
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE
LICITAÇÕES



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2024.09.19.01 - SDST

PARTE GERAL

PREÂMBULO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAUCAIA, por meio da Agente de Contratação, ora denominada de Pregoeira, designada pela Portaria Nº 43 de 07 de fevereiro de 2024 e por ordem da autoridade competente deste processo a qual consta acima relacionada, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto processo licitatório, na modalidade **PREGÃO**, em formato **ELETRÔNICO Nº 2024.09.19.01 - SDST**, do tipo e critério de julgamento assinalados no quadro resumo acima, do modo e nas condições fixadas no quadro de resumo inicial, a ser realizado em sessão pública por meio de comunicação via internet, através do endereço eletrônico www.compras.gov.br, dará início aos procedimentos de abertura e análise das propostas de preços, formalização de lances e análise e verificação dos documentos de habilitação e demais procedimentos atinentes ao processo, tudo mediante as condições estabelecidas e exigências previstas no presente Edital, na Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, no Regulamento Interno de Licitações e Contratos – RILC (Lei Municipal Nº 3.625, de 30 de junho de 2023) da Prefeitura Municipal de CAUCAIA.

A parte geral do presente edital é subdividida em duas outras partes, conforme a seguir apresentadas:

SUBPARTE A – CONDIÇÕES PARA COMPETIÇÃO, JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO.

Em que são estabelecidos os requisitos e as condições para competição, julgamento e formalização do contrato.

SUBPARTE B – ANEXOS

ANEXO I – Termo de Referência e seus anexos;

ANEXO II – Modelo da Proposta de Preços;

ANEXO III – Minuta do Contrato.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem como objeto **AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE DE INTERESSE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO DO MUNICÍPIO DE CAUCAIA/CE, CONFORME EMENDA Nº 202341380006 DO MINISTÉRIO DA CIDADANIA**, tudo conforme especificações contidas no Termo de Referência, constante do anexo I do Edital.

2. DAS FASES DO PROCESSO LICITATÓRIO

2.1. A disputa do presente procedimento licitatório terá o seguinte trâmite, em fases distintas:

- 2.1.1. Credenciamento na plataforma Compras.gov.br;
- 2.1.2. Recebimento das “Propostas de preços” e “Documentos de Habilitação” via sistema;
- 2.1.3. Abertura das Propostas de preços apresentadas, verificação e classificação inicial;
- 2.1.4. Lances, aplicação do direito de preferência e critérios de desempate;
- 2.1.5. Amostras, se for o caso;

- 2.1.6. Negociação, se for o caso;
- 2.1.7. Apresentação de propostas ajustadas, se for o caso;
- 2.1.8. Fase de aceitabilidade das propostas;
- 2.1.9. Habilitação do proponente melhor classificado;
- 2.1.10. Recursos;
- 2.1.11. Adjudicação.

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO.

3.1. PODERÃO PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO:

3.1.1. Quaisquer interessados na forma de PESSOA FÍSICA E OU JURÍDICA que:

3.1.1.1. Esteja regularmente estabelecida neste País, credenciados junto ao portal de compras do Governo Federal, cadastrados ou não no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de CAUCAIA e que satisfaçam a todas as condições da legislação em vigor, deste edital;

3.1.1.2. Possua objetivos sociais / ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, devendo, ainda, cumprir a legislações próprias quanto à forma constituição do tipo de empresa.

3.1.1.3. Possua registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF). Esse registro também será requisito obrigatório para fins de habilitação. A proponente que participar desta licitação com suas condições de habilitação vinculadas ao documento SICAF, obriga-se a declarar, sob as penalidades da lei, a superveniência de fato impeditivo de sua habilitação.

3.1.1.4. Constituídas na forma de cooperativas, desde que atendidos os requisitos do art. 16 da Lei 14.133/2021 e da legislação específica correspondente, mediante declaração em campo próprio do sistema;

3.1.1.5. Consórcios de empresas, desde que atendidos os requisitos do art. 15 da Lei 14.133/2021;

3.1.2. Tratando-se de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP e as cooperativas que se enquadrem nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, e que não se encontram em qualquer das exclusões relacionadas no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, deverão declarar no Sistema do COMPRAS.GOV.BR o exercício do direito de preferência previsto em Lei.

3.1.3. A Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP, caso contratada, será a responsável por solicitar seu desenquadramento da condição de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP quando houver ultrapassado o limite de faturamento estabelecido no art. 3º, da Lei Complementar n.º 123/2006 em razão da presente contratação.

3.1.4. A participação na licitação implica automaticamente na aceitação integral e irrevogável dos termos e conteúdo deste edital e seus ANEXOS, a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor, ficando, desde já, responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, restando excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido do acesso e manuseio do plataforma, ainda que por terceiros.

3.2. NÃO PODERÃO PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO:

3.2.1. O autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

3.2.2. Empresas que não se enquadrem na condição de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP (quando for exclusiva);

- 3.2.3. O responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.2.4. Empresas reunidas em consórcio;
- 3.2.5. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);
- 3.2.6. Instituições sem fins lucrativos, qualificadas na forma dos arts. 5º a 7º da Lei nº 9.637/1998, exceto se o objeto desta licitação se inserir entre as atividades previstas no contrato de gestão firmado entre o Poder Público e a organização social (Acórdão nº 1.406/2017-TCU-Plenário).
- 3.2.7. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção de suspensão temporária de participação em licitação, impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de CAUCAIA, tenham sido declaradas inidôneas e estejam impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, que estejam cadastradas positivamente no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), no cadastro Consolidado de Pessoa Jurídica do TCU, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas (CEIS), no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).
- 3.2.8. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.2.9. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.2.10. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- 3.2.11. Que não tenham providenciado o credenciamento junto ao SICAF e aos demais requisitos da plataforma eletrônica de julgamento.
- 3.2.12. Que tenham em comum mesmo preposto ou procurador.
- 3.2.13. Os interessados que se encontrem em processo de falência decretada ou em processo de dissolução, de fusão, de cisão ou de incorporação.
- 3.2.14. É permitida a participação de empresa em condição de recuperação judicial desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos do acórdão nº 1.201/2020 do TCU.
- 3.2.15. Empresas cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes de seu quadro técnico sejam funcionários ou empregados públicos da Administração Pública Municipal Direta ou Indireta.
- 3.2.16. Empresas Estrangeiras não autorizadas a funcionar no País.
- 3.2.17. Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação.

4. DISPOSIÇÕES DE OBSERVÂNCIA OBRIGATÓRIA PELO PROPONENTE NO CURSO NO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO.

- 4.1. O proponente interessado na participação da presente licitação fica OBRIGADO a:

- a) Responsabilizar-se pela proposta, declarações, documentos e demais informações cadastradas ou anexadas a plataforma eletrônica COMPRASNET, bem como pelos registros realizados no CHAT durante o processamento e julgamento do certame;
- b) Realizar as declarações eletrônicas exigidas no cadastro da proposta na plataforma eletrônica COMPRASNET, sem qualquer falseamento da verdade;
- c) Remeter, no prazo estabelecido, EXCLUSIVAMENTE VIA SISTEMA, os documentos de habilitação, a proposta e, quando necessário, os documentos complementares solicitados no presente Edital e seus ANEXOS;
- d) Manter-se logado (online) ao COMPRASNET, acompanhando os trabalhos de processamento do certame durante toda a Sessão Pública Eletrônica, atendendo tempestivamente aos chamados do(a) Pregoeiro(a) via CHAT;
- e) Cumprir integralmente a proposta comercial cadastrada ou o lance final registrado no COMPRASNET;
- f) Não fazer declaração falsa ou não apresentar documento falso;
- g) Não cometer fraude fiscal;
- h) Não formar conluio ou combinar proposta com concorrente(s);
- i) Não fraudar ou frustrar a concorrência com utilização de mecanismos eletrônicos de registro de propostas, lances e/ou documentos;
- j) Não indicar, para fins de garantia do anonimato da fase competitiva, qualquer tipo de caractere especial identificador da empresa no cadastro da proposta eletrônica no COMPRASNET;
- k) Manter atualizadas todas as informações da empresa no SICAF que possam facilitar a comunicação, particularmente telefones e e-mail;
- l) Não praticar qualquer ato lesivo à Administração Pública contido no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.
- m) Não se enquadrar em nenhuma das proibições indicadas nas alíneas do item 3.2 deste Edital.

5. DO CREDENCIAMENTO DO PROPONENTE NA PLATAFORMA ELETRÔNICA.

5.1. Os interessados aptos à participação do presente procedimento licitatório deverão providenciar o cadastramento do proponente junto a Portal de Compras do Governo Federal – COMPRAS.GOV.BR (COMPRASNET), no sítio www.compras.gov.br.

5.2. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal – COMPRAS.GOV.BR (COMPRASNET), no sítio www.compras.gov.br, com a solicitação de login e senha pelo interessado.

5.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do proponente ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

5.4. O uso da senha de acesso pelo proponente é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

5.6. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à PREFEITURA MUNICIPAL DE

CAUCAIA ou ao COMPRAS.GOV.BR (COMPRASNET), a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do seu uso indevido, ainda que por terceiros.

5.7. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal na plataforma eletrônica implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

6. PARÂMETROS DOS DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS NO PROCEDIMENTO.

6.1. Obrigatoriamente, os documentos deverão ser da mesma sede e igualdade de CNPJ, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção dos documentos que são válidos tanto para matriz como para todas as filiais. O contrato será celebrado com a sede que apresentou a documentação.

6.2. Cada proponente deverá apresentar através do sistema COMPRAS.GOV.BR os documentos exigidos inicialmente por meio da internet, sendo:

- a) a Proposta de Preços e seus ANEXOS;
- b) os Documentos de Habilitação;

6.3. Os documentos, em formato de arquivo, a serem enviados via internet somente poderão ter as extensões *.doc, *.xls, ou *.pdf.

6.4. Os documentos comprovadamente apresentados em formato corrompido ou incompatível com a versão sistêmica operada, poderão ser solicitados mediante nova anexação, por parte do(a) Pregoeiro(a), ficando a critério deste(a), de acordo com o caso concreto, realizar tal solicitação, a fim de que se façam as elucidações necessárias ao pleno julgamento.

6.5. É dever da proponente atualizar previamente os documentos constantes no SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

7. DA PROPOSTA DE PREÇOS

7.1. FORMALIDADES QUANTO A PROPOSTA DE PREÇOS:

7.1.1. A Proposta de Preços Inicial, sob pena de desclassificação, será aquela cadastrada exclusivamente pela plataforma do COMPRAS.GOV.BR, caracterizando o objeto, o item proposto e a marca/modelo, nos campos discriminados pela própria plataforma.

7.1.2. Não se faz necessário a inserção do detalhamento dos itens, assim como, a anexação de proposta “em arquivo” juntamente com o cadastramento da proposta inicial. O proponente deverá realizar o preenchimento da proposta de acordo com as informações disponíveis na plataforma, a qual terá conformidade com o Termo de Referência – anexo I do Edital.

7.1.3. A proposta de preços inicial servirá para fins de verificação das condições da proposta, bem como, para realização de comparativo ante a proposta de preços final (consolidada), o qual, encontrada divergência entre as mesmas, salvo quanto a redução dos preços em virtude dos lances ou de melhor oferta, a proponente será desclassificada.

7.2. DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS:

7.2.1. A participação neste certame licitatório dar-se-á pela utilização da senha de acesso individual a plataforma eletrônica COMPRASNET de cada proponente, mediante prévio cadastro da proposta até a data e horário previstos para abertura da sessão do certame.

7.2.2. Nos termos do art. 63, da Lei 14.133/2021, e considerando a regulamentação contida no art. 26, do Decreto nº 10.024/2019, o proponente DEVERÁ, OBRIGATÓRIA E PREVIAMENTE, registrar sua proposta de preços (inicial) na plataforma do COMPRASNET, até a data e horário marcados para abertura da sessão.

OBSERVAÇÃO: RECOMENDA-SE que também seja anexada junto ao SICAF (ferramenta integrante do COMPRASNET), no momento do cadastramento de sua proposta de preços inicial, todos os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO exigidos para fins de julgamento do certame, observadas as exigências contidas no edital.

7.3. As informações quanto a marca e modelo, se for o caso, e demais especificidades particulares da proposta de preços cadastrada na plataforma, assim como, os documentos habilitação, caso anexada, do proponente melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) Pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7.4. Até a abertura da sessão do certame, o proponente poderá livremente retirar, alterar ou substituir a proposta anteriormente cadastrada, como também excluir ou anexar novos documentos relativos a habilitação. Depois da data e horário de abertura da Sessão, não caberá qualquer alteração ou desistência de proposta.

7.4.1. Nenhuma proposta de preços ou documentação de habilitação poderá ser encaminhada ao(a) Pregoeiro(a) por e-mail ou outro meio de comunicação antes do encerramento da etapa competitiva, sob pena de quebra do anonimato da competição e consequente desclassificação.

7.5. Na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo proponente, observado o disposto no caput, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de julgamento.

7.5.1. O proponente deverá consignar diretamente no Sistema, na forma nele disposta, além da descrição sucinta do objeto a ser fornecido, inclusive com indicação de marca, modelo e fabricação (se for o caso), a quantidade e os valores unitários e total do objeto proposto, já inclusas todas as despesas inerentes, tais como: impostos, taxas, fretes, seguros e demais encargos, de qualquer natureza, que se façam indispensáveis à perfeita execução do objeto.

7.5.2. Não poderá ser incluído no registro da proposta eletrônica diretamente no COMPRASNET qualquer nome, texto, elemento ou caractere que possa identificar o proponente, sob pena de DESCLASSIFICAÇÃO da proposta e aplicação de SANÇÃO ADMINISTRATIVA.

7.5.3. No momento do cadastro da proposta deverá o proponente realizar as seguintes DECLARAÇÕES ELETRÔNICAS, disponíveis no próprio Sistema (conforme o caso):

- a) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de 16 anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal;
- b) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- c) que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus ANEXOS, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital;
- d) que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

e) que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009;

f) no caso de Microempresa - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e equiparadas, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei;

g) que o objeto será executado por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;

7.5.4. As declarações mencionadas no subitem anterior serão visualizadas pelo(a) Pregoeiro(a) na fase de habilitação, quando serão anexadas aos autos do processo de contratação juntamente com a documentação de habilitação.

7.5.5. A falsidade relativa a qualquer das declarações exigidas no item anterior sujeitará o proponente às sanções administrativas previstas no item 15 deste Edital, sem prejuízo das consequências civis e penais que seu ato ensejar.

7.5.6. Para cadastramento da proposta no sistema COMPRAS.GOV.BR (COMPRASNET), o licitante deverá se ater ao critério de julgamento definido ao presente certame, conforme definição no quadro de resumo constante do início deste edital, podendo ser: POR LOTE (GRUPO) ou POR ITEM. Em ambos os casos, ao oferecer proposta e ofertar os lances no sistema COMPRAS.GOV.BR o valor a ser observado pelo fornecedor refere-se ao **PREÇO UNITÁRIO DO ITEM**.

7.5.7. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá, quando do cadastramento da proposta, parametrizar o seu valor final mínimo e obedecerá às seguintes regras:

7.5.7.1. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,1% (um décimo por cento) do valor estimado da contratação conforme anexo I deste Edital;

7.5.7.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem anterior.

7.6. PRECAUÇÕES E COMPROMISSOS QUANTO A PROPOSTA DE PREÇOS:

7.6.1. O registro de proposta de preços eletrônica, seja ela inicial ou final, vinculada ao presente certame implica, independente de declaração expressa, na(o):

- a) aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital e seus ANEXOS;
- b) garantia do cumprimento da proposta por prazo mínimo de **60 (sessenta) dias**, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital;
- c) compromisso do proponente para com o rigoroso cumprimento das especificações técnicas, prazos e condições fixadas no Termo de Referência (anexo I);
- d) impossibilidade de posterior desistência ou declínio de proposta a partir da data da sessão eletrônica inicial, ou de requerer qualquer acréscimo de custos que deveria ter sido incluído na sua proposta;
- e) submissão às sanções administrativas previstas neste Edital e seus ANEXOS;
- f) obrigação de participar ativamente do certame (ON-LINE) até a sua conclusão, encaminhando toda a documentação solicitada e/ou prestando as informações e esclarecimentos solicitados pelo(a) Pregoeiro(a).

7.6.2. No momento do cadastro ou registro da proposta comercial eletrônica, o proponente deverá atentar para o fato de que, por razões de limitações técnicas das especificações dos itens constantes no CATMAT/CATSERV (COMPRASNET), as ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS COMPLETAS DO OBJETO LICITADO, para efeito de formulação da proposta de preços, os dados e especificações serão sempre aquelas constantes do Termo de Referência (anexo I).

7.6.3. Após a abertura da sessão pública eletrônica do presente certame, não cabe em nenhuma hipótese desistência de proposta.

7.7. DOS PREÇOS, CLASSIFICAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA:

7.7.1. O encaminhamento de Proposta de Preços pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital. O proponente será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome na plataforma eletrônica, assumindo como firmes e verdadeiras sua Proposta de Preços e lances.

7.7.2. Não será possível a oferta de quantidades inferiores às previstas no Termo de Referência anexo ao edital.

7.7.3. Os preços constantes da Proposta de Preços do proponente deverão conter apenas 02 (duas) casas decimais após a vírgula em seus valores globais e unitários, inclusive em propostas de adequação, quando for o caso.

7.7.4. Os preços propostos deverão estar de acordo com o quantitativo do bem cotado.

7.7.5. Os preços propostos e a proposta de preços em si são de exclusiva responsabilidade do proponente, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro argumento não previsto em lei, salvo nos casos nitidamente verificados e atestados pelo(a) Pregoeiro(a) que, dentro da situação concreta, poderá agir no sentido de prospectar maior celeridade e eficiência ao julgamento.

7.7.6. Ocorrendo discrepância entre o preço unitário e total, prevalecerá aquele lançado no sistema e utilizado para classificação das Propostas de Preços, devendo o(a) Pregoeiro(a) proceder às correções necessárias.

7.7.7. Havendo discrepância entre a especificação dos itens do edital e seus ANEXOS e aquelas lançadas no sistema, prevalecerão as especificações do edital e seus ANEXOS.

7.7.8. Na elaboração da Proposta, o preço cotado poderá ultrapassar o valor de referência da presente licitação discriminado no MAPA DE PREÇOS presente nos autos do processo em epígrafe. Entretanto, na disputa de lances, o lance final deverá atingir preço inferior ou igual ao limite máximo constante do Mapa de Preços; o preço unitário dos itens que compõem o lote deverá ser inferior ou igual àquele limite.

7.7.9. Caso não seja realizada a disputa de lances, a proponente que cotou na proposta o menor preço deverá reduzi-lo a um valor inferior ou igual ao limite máximo acima especificado. Nesse contexto, estando a proposta inicial inferior ao estimado, a mesma deverá ser considerada.

7.7.10. O critério de julgamento do processo licitatório será aquele constante da parte específica do procedimento.

7.7.11. Não serão adjudicadas Propostas de Preços com valores superiores à média dos preços unitários e totais estimados para a contratação, os quais se encontram definidos no Termo de Referência.

7.7.12. O prazo de validade da Proposta de Preços não pode ser inferior a 60 (sessenta) dias consecutivos da sessão de abertura desta licitação, conforme Art. 48, § 3º, do Decreto nº 10.024, de

2019. Caso a proponente não informe em sua Proposta de Preços o prazo de validade, será considerado aquele definido neste Edital.

7.7.13. O(a) Pregoeiro(a) visando o atendimento a ampliação do princípio da competitividade, bem como, munido da utilização do formalismo moderado poderá, dentro da análise de conveniência e oportunidade e ante ao caso concreto, realizar o saneamento de eventuais erros ou divergências constantes das propostas de preços, seja ela inicial ou a final (adequada).

7.7.14. Será desclassificada a Proposta de Preços apresentada em desconformidade com este item.

8. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1. Os interessados na forma do artigo 62 da Lei Federal n.º 14.133/2021 de 1º de abril de 2021, habilitar-se-ão à presente licitação mediante a apresentação dos documentos relacionados no Termo de Referência (anexo I) do edital, a serem anexados junto ao cadastro do SICAF ou, através da plataforma COMPRAS.GOV.BR, quando da solicitação por parte do(a) Pregoeiro(a), os quais serão analisados pelo(a) Pregoeiro(a) quanto a sua autenticidade, veracidade, conteúdo, forma e o seu prazo de validade.

OBSERVAÇÃO: Para fins de definição quanto ao marco da análise dos documentos de habilitação deverá ser considerada como referência para validade dos documentos a data de abertura do certame, ainda que a convocação para apresentação dos documentos seja realizada em momento posterior a abertura, nos termos do art. 63º e 64º da Lei Federal n.º 14.133/21.

8.2. As certidões de comprovação de regularidade, bem como as de falência e concordata, caso exigidas neste edital, que não apresentaram expressamente o seu período de validade, deverão ter sido emitidas nos 60 (sessenta) dias anteriores à data marcada para a abertura do certame.

8.3. 6.6.4.3. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original, inclusive em formato eletrônico, contendo os dados para fins de validação, ou por qualquer processo de reprografia, obrigatoriamente autenticada, seja em cartório, seja por meio do permissivo da Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018. Caso esta documentação tenha sido emitida pela internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

8.4. Havendo restrição quanto à regularidade fiscal e trabalhista da microempresa, da empresa de pequeno porte ou da cooperativa que se enquadre nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação por parte do (a) Pregoeiro (a), para a regularização do (s) documento (s), podendo tal prazo ser prorrogado por igual período, conforme dispõe a Lei Complementar nº 123/2006.

8.5. A não comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, até o final do prazo estabelecido, implicará na decadência do direito, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado ao (à) Pregoeiro (a) convocar as proponentes remanescentes, por ordem de classificação.

8.6. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para sua continuidade.

8.7. Será inabilitado o proponente que não atender as exigências deste edital referentes à fase de habilitação, bem como apresentar os documentos defeituosos em seus conteúdo e forma.

8.8. 6.10. Nos itens/lotos não exclusivos a Microempresa - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e equiparadas, havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do



PREFEITURA DE
CAUCAIA

**Secretaria Municipal de
Gestão e Governo – SGG**
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE
LICITAÇÕES



empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.9. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

8.10. O(a) Pregoeiro(a) poderá, no julgamento da habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos proponentes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

8.11. A critério(a) do(a) Pregoeiro(a), caso haja disponibilidade “on-line” e seja favorável à agilidade e competitividade do certame, poderão ser realizadas consultas diretamente aos sítios institucionais na Internet para fins de comprovação de regularidade de situação dos licitantes, fazendo constar, via CHAT, na ata dos trabalhos tais diligências.

8.12. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o proponente será declarado vencedor.

9. DA SESSÃO PÚBLICA.

9.1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

9.1.1. O Pregão será do tipo Eletrônico o qual será realizado em sessão pública por meio da plataforma COMPRAS.GOV.BR (COMPRASNET), mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Pregão Eletrônico (licitações).

9.1.2. Os trabalhos serão conduzidos por servidor da Prefeitura Municipal de CAUCAIA/CE, agente de contratação denominado como(a) Pregoeiro(a).

9.1.3. O proponente poderá enviar as informações da Proposta de Preços e documentos de habilitação e participar da disputa através da plataforma eletrônica.

9.1.4. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do proponente direto ou do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta inicial de preços e seus ANEXOS, exclusivamente por meio da plataforma eletrônica, observados as condições e limites de data e horário estabelecidos neste Edital.

9.1.5. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo(a) Pregoeiro(a) designado ao respectivo procedimento administrativo, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital.

9.1.6. Na hipótese de não haver expediente na data designada para a realização do ato, este será realizado no primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário ou em outra data a ser fixada na plataforma pelo agente de contratação denominado como(a) Pregoeiro(a).

9.1.7. A comunicação entre o(a) Pregoeiro(a) e os proponentes ocorrerá EXCLUSIVAMENTE mediante troca de mensagens, em campo próprio da plataforma eletrônica (CHAT), o qual será gerenciado diretamente pelo(a) Pregoeiro(a) e será integralmente reproduzido na Ata da Sessão Eletrônica.

9.1.8. Cabe ao PROPONENTE acompanhar as operações na plataforma eletrônica COMPRASNET, cadastrar a PROPOSTA DE PREÇOS INICIAL, anexar a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, registrar os LANCES, anexar a PROPOSTA DE PREÇOS FINAL (CONSOLIDADA), os DOCUMENTOS COMPLEMENTARES, se for o caso, e PRESTAR AS INFORMAÇÕES SOLICITADAS, durante toda a licitação, responsabilizando-se pelos ônus decorrentes de preclusão de direitos, perda de negócios

e/ou sanções por descumprimentos de obrigações, diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

9.1.9. A não anexação ou envio da proposta de preços e documentos de habilitação exigidos no Edital (e seus ANEXOS), bem como a não anexação de documentos complementares, prestação de informações e não pronunciamento em relação à questão suscitada pelo(a) Pregoeiro(a), além de possibilitar a oportuna DESCLASSIFICAÇÃO ou INABILITAÇÃO do particular do certame, poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas previstas neste Edital, sem prejuízo de outras responsabilidades civis e penais que seu ato acarretar, nos termos das regras contidas no Capítulo I do Título IV da Lei nº 14.133/2021.

9.1.10. Toda a Sessão Pública será documentada automaticamente pelo sistema na respectiva ATA DA SESSÃO, a qual será gerada e disponibilizada para consulta de todos os interessados por meio da plataforma eletrônica COMPRASNET.

9.1.11. Na hipótese de ocorrer desconexão do(a) Pregoeiro(a) no decorrer da Sessão e a plataforma eletrônica permanecer acessível aos proponentes, os trabalhos continuarão e os lances serão recebidos, sem qualquer prejuízo dos atos realizados.

9.1.12. No caso de a desconexão do(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a DEZ MINUTOS, a Sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente 24h (vinte e quatro horas) após comunicação expressa aos participantes, por meio da plataforma eletrônica no sítio (www.comprasgovernamentais.gov.br).

9.1.13. Cabe ao proponente acompanhar continuamente os documentos, pareceres e atos divulgados ou disponibilizados por meio do Portal de Licitações do TCE/CE.

9.1.14. Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) poderá suspender a Sessão com a devida comunicação prévia via CHAT, como também registrando na plataforma eletrônica COMPRASNET a nova data e horário para a sua continuidade.

9.1.15. Em face do horário, poderá o(a) Pregoeiro(a) estabelecer intervalo para almoço, sem a suspensão da Sessão, mediante comunicação prévia via CHAT.

9.2. DA ABERTURA DAS PROPOSTAS DE PREÇOS:

9.2.1. O(A) Pregoeiro(a) realizará previamente a sessão eletrônica, a configuração quanto a operacionalização do julgamento na plataforma, informando o período para análise da(s) proposta(s) de preços inicial(is), a quantidade máxima de itens e ou lotes a serem disputados simultaneamente, dentre outros parâmetros relativos à disputa.

9.2.2. A partir do horário estabelecido no quadro resumo (parte específica do edital) terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico, com a abertura e divulgação dos preços das Propostas de Preços iniciais cadastradas, passando o(a) Pregoeiro(a) a avaliar sua aceitabilidade.

9.3. DA ACEITABILIDADE E ANÁLISE DA CONFORMIDADE DAS PROPOSTAS DE PREÇOS INICIAIS.

9.3.1. Antes da etapa de disputa, o(a) Pregoeiro(a) verificará preliminarmente as propostas de preços iniciais registradas eletronicamente no sistema e DESCLASSIFICARÁ, por despacho fundamentado, aquelas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital (e seus ANEXOS), respeitados os limites das informações disponíveis antes da fase competitiva.

9.3.2. Poderá ser DESCLASSIFICADA a proposta de preços inicial cadastrada no COMPRASNET que de alguma forma se identificar, tendo em vista o potencial de quebra do sigilo da proposta.

9.3.3. Não será aceita proposta que indique quantidade inferior àquela exigida no Termo de Referência (anexo I).

9.3.4. A DESCLASSIFICAÇÃO da proposta será sempre fundamentada e registrada no Sistema, com acompanhamento em tempo real, por todos os participantes.

9.3.5. Somente os proponentes com propostas julgadas conformes com as exigências formais do Edital (e seus ANEXOS) participarão da fase competitiva ou de disputa de lances, havendo a ordenação automática das propostas pela plataforma eletrônica COMPRASNET.

9.3.6. Caso não existam propostas eletrônicas cadastradas, o(a) Pregoeiro(a) DECLARARÁ o certame DESERTO.

9.3.7. Caso todas as propostas cadastradas restem DESCLASSIFICADAS, o(a) Pregoeiro(a) DECLARARÁ o certame FRUSTRADO.

9.4. DA FASE DE LANCES.

9.4.1. A fase de lances poderá ocorrer sob o formato de disputa em modo “aberto” ou “aberto fechado”, conforme assinalado no quadro resumo constante do início do edital, devendo o licitante atentar-se quanto ao formato definido, observando, ainda:

9.4.2. DO MODO DE DISPUTA ABERTO:

9.4.2.1. No modo de disputa “ABERTO”, de que trata este edital, os proponentes apresentarão lances públicos e sucessivos, observados os seguintes procedimentos:

- a) A etapa de envio de lances na sessão pública durará DEZ MINUTOS e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos ÚLTIMOS DOIS MINUTOS do período de duração da sessão pública.
- b) A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o item 7.4.8, será de DOIS MINUTOS e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.
- c) Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos itens 7.4.8 e 7.4.9, a sessão pública será encerrada automaticamente.
- d) Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no item 7.4.10, o(a)Pregoeiro(a) poderá admitir mediante justificativa o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do fomento a disputa ou do melhor preço, nos termos do disposto no parágrafo único do art. 7º do Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019.

9.4.3. DO MODO DE DISPUTA ABERTO FECHADO:

9.4.3.1. No modo de disputa “ABERTO FECHADO” os proponentes apresentarão lances públicos e sucessivos, com um lance final e fechado, observados os seguintes procedimentos:

- a) A disputa terá duração inicial de QUINZE MINUTOS e, após tal prazo, o Sistema encaminhará aviso de fechamento iminente da primeira parte dos lances; após o que transcorrerá um segundo período de tempo de até DEZ MINUTOS, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances;
- b) Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até DEZ POR CENTO SUPERIORES àquela possam ofertar UM LANCE FINAL E FECHADO em até CINCO MINUTOS, o qual será SIGILOSOS até o encerramento deste prazo;
- c) Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas na alínea anterior, poderão os autores dos melhores lances, na ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO, até o máximo de TRÊS, oferecer UM

LANCE FINAL E FECHADO em até CINCO MINUTOS, o qual será SIGILOSO até o encerramento deste prazo;

d) Após o término dos prazos estabelecidos nas alíneas anteriores, o Sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores;

e) Não havendo LANCE FINAL E FECHADO classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais proponentes, até o máximo de TRÊS, na ordem de classificação, possam ofertar UM LANCE FINAL E FECHADO em até CINCO MINUTOS, o qual será SIGILOSO até o encerramento deste prazo;

f) Poderá o(a) Pregoeiro(a), justificadamente, admitir o REINÍCIO DA ETAPA FECHADA caso nenhum PROPONENTE CLASSIFICADO na etapa de lance fechado atenda às exigências de HABILITAÇÃO.

9.4.4. ORIENTAÇÕES GERAIS SOBRE OS LANCES:

9.4.4.1. Aberta a etapa competitiva, será considerado como primeiro lance a proposta de preços inicial. Em seguida os proponentes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio da plataforma eletrônica, sendo o proponente imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

9.4.4.2. Para efeito de lances, o proponente deverá considerar o valor unitário do item.

9.4.4.3. Os proponentes poderão ofertar lances sucessivos, desde que inferiores ao seu último lance registrado no Sistema, ainda que este seja maior que o menor lance já ofertado por outro(s) proponente.

9.4.4.4. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,10 (DEZ CENTAVOS), conforme artigo 31, parágrafo único do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019.

9.4.4.5. Durante a sessão pública de disputa, os proponentes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O Sistema não identificará o autor dos lances ao(a) Pregoeiro(a) nem aos demais participantes.

9.4.4.6. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

9.4.4.7. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos PROPONENTES deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. É de inteira responsabilidade do proponente se manter conectado ao sistema e acompanhar a fase competitiva.

9.4.4.8. Os lances serão ofertados item/lote a item/lote, conforme critério de julgamento definido, podendo, contudo, o(a) Pregoeiro(a) realizar a abertura de mais de um item/lote de forma simultânea.

9.4.4.9. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

9.4.4.10. Quando o preço do item/lote ofertado resultar em um valor unitário que possua mais de 02 (duas) casas decimais, serão consideradas apenas as 02 (duas) primeiras casas decimais (centavos), devendo o(a) Pregoeiro(a) e o proponente vencedor proceder às adequações de preço necessárias, inclusive por ocasião da entrega Proposta de Preços final consolidada.

9.4.5. Na hipótese de a plataforma eletrônica desconectar para o(a) Pregoeiro(a) no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos proponentes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

9.4.6. Quando a desconexão da plataforma eletrônica para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.4.7. Na hipótese dos itens 9.4.4 e 9.4.5, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

9.4.8. Caso o proponente não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

9.4.9. O Sistema informará a proposta de menor preço ao encerrar a fase de disputa.

9.4.10. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade de cada proponente, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração posterior.

9.4.11. Durante a etapa de disputa de lances, o(a) Pregoeiro(a) poderá EXCLUIR qualquer lance cujo valor seja considerado supostamente irrisório ou inexequível, ou até que entenda ter sido lançado erroneamente, cabendo ao sistema o encaminhamento de mensagem automática ao proponente, o qual terá a faculdade de repetir tal lance.

9.5. DIREITO DE PREFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

DIREITOS DE PREFERÊNCIA

9.5.1. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação dos critérios estabelecidos no caput do art. 60º da Lei nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021, se não houver proponente que atenda à primeira hipótese.

9.5.2. Em relação aos itens não exclusivos a Microempresa - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e equiparadas, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as Microempresa - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e equiparadas participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº123, de 2006.

9.5.3. Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do item 9.5.1, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva. Nessas condições, as propostas de Microempresa - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e equiparadas que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.5.4. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.5.5. Caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais proponentes microempresa, empresa de pequeno porte e equiparada que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.5.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pela microempresa, empresa de pequeno porte e equiparados que se encontrem em situação de empate, será realizado sorteio para que se identifique a primeira que poderá apresentar melhor oferta.

9.5.7. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pela plataforma eletrônica dentre as propostas empatadas.

9.5.8. Na hipótese de nenhum dos proponentes exercerem o direito de preferência nos moldes descritos no subitem anterior, será mantida a ordem classificatória original.

9.5.9. **Verificação das condições quanto ao tratamento diferenciado:**

9.5.9.1. Como condição prévia à aceitação da proposta, caso o proponente detentor da proposta classificada em primeiro lugar tenha usufruído do tratamento diferenciado previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, o(a) Pregoeiro(a) poderá consultar o Portal da Transparência do Governo Federal (<https://www.portaldatransparencia.gov.br/>), seção “Despesas – Gastos Diretos do Governo – Favorecido (pessoas físicas, empresas e outros)”, seção “Despesas – Gastos Diretos do Governo – Favorecido (pessoas físicas, empresas e outros)”, bem como no Portal da Transparência dos Municípios do Estado do Ceará (<http://municipios.tce.ce.gov.br/transparencia/>), para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias por ele recebidas, no exercício anterior, extrapola o limite previsto no artigo 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, ou o limite proporcional de que trata o artigo 3º, § 2º, do mesmo diploma, em caso de início de atividade no exercício considerado.

9.5.9.2. Para a microempresa ou empresa de pequeno porte, a consulta também abrangerá o exercício corrente, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias por ela recebidas, até o mês anterior ao da sessão pública da licitação, extrapola os limites acima referidos, acrescidos do percentual de 20% (vinte por cento) de que trata o artigo 3º, §§ 9º-A e 12, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

9.5.9.3. Constatada a ocorrência de qualquer das situações que extrapolem o limite legal, o(a) Pregoeiro(a) indeferirá a aplicação do tratamento diferenciado em favor do proponente, conforme artigo 3º, §§ 9º, 9º-A, 10 e 12, da Lei Complementar nº 123, de 2006, com a consequente recusado lance de desempate, sem prejuízo das penalidades incidentes.

CRITÉRIOS DE DESEMPATE

9.5.10. Havendo eventual empate entre propostas ou lances em que ocorra a aplicação dos CRITÉRIOS DE DESEMPATE E DIREITO DE PREFERÊNCIA fixados no art. 60, caput e seu § 1º, da Lei nº 14.133/2021, respectivamente, deverá ser obedecida as seguintes regras:

a) Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

I. disputa final, hipótese em que os proponentes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II. avaliação do desempenho contratual prévio dos proponentes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

III. desenvolvimento pelo proponente de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

IV. desenvolvimento pelo proponente de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

b) Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- I. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital proponente ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- II. Empresas brasileiras;
- III. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- IV. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

c) As regras previstas nas alíneas acima não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

9.6. DA NEGOCIAÇÃO:

9.6.1. Apurada a proposta/lance classificado em primeiro lugar, o(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, pela plataforma eletrônica, contra proposta ao proponente para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

9.6.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais proponentes.

9.6.3. Após a negociação do preço, o (a) Pregoeiro(a) solicitará a proposta de preços final (consolidada) devidamente escoimada do(s) proponente(s) vencedor(es).

9.7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS FINAL (CONSOLIDADA):

9.7.1. Encerrada a fase de lances e ou negociação, depois de declarado aceito o preço proposto quanto ao último lance ou ao valor negociado, o proponente vencedor deverá encaminhar proposta de preços final (consolidada), devidamente assinada, com os preços atualizados, no prazo máximo de até **02 (DUAS) HORAS**, contado da solicitação do(a) Pregoeiro(a) no sistema.

9.7.2. Esse prazo poderá ser estendido e/ou prorrogado a critério do(a) Pregoeiro(a) ou a pedido da autoridade competente, caso este constate a necessidade de maior tempo para elaboração da proposta de preço adequada.

9.7.3. A Proposta de preços final (consolidada) deverá ser apresentada nos mesmos padrões e formalidades exigidas no modelo de proposta de preços.

9.7.4. A Proposta de Preços final (consolidada) deverá retratar os preços unitários e totais de cada item ao novo valor proposto, atualizados em consonância com o preço obtido após a fase de lance/negociação, podendo, o(a) Pregoeiro(a) confrontá-la ante a proposta de preços (inicial).

9.7.5. Caso não seja possível o enquadramento do último valor global ofertado para o Item e ou lote/grupo quando da formulação da proposta de preços final (consolidada) a proponente poderá fazer as devidas adequações, desde que apresente valores inferiores ao seu próprio último valor ofertado.

9.7.6. A proposta de preços final (consolidada) deverá possuir redução proporcional ao lance ofertado em todos os Itens e ou lotes/grupos, conforme critério de julgamento definido.

OBSERVAÇÃO: Não serão aceitas reduções apenas em determinados itens do lote/grupo.

9.7.7. A proponente deverá evitar que os valores globais extrapolem o número de 02 (duas) casas decimais após a vírgula. Caso isto ocorra, o (a) Pregoeiro (a) estará autorizado a adjudicar o objeto realizando arredondamentos a menor no valor cotado.

9.7.8. A qualquer momento, o(a) Pregoeiro(a) poderá solicitar parecer, consultas, análises e verificações por parte de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Município de CAUCAIA ou da autoridade competente para fins de avaliação da conformidade do objeto cotado às especificações técnicas contidas no Termo de Referência.

9.7.9. Será DESCLASSIFICADA, por despacho fundamentado, a proposta do licitante que, ressalvadas as situações e procedimentos previstos nos itens 9.7.9.3 e 9.7.9.4 deste Edital:

- a) Deixar de comprovar requisito para fins de exercício de DIREITO DE PREFERÊNCIA (se for o caso);
- b) Deixar de indicar, anexar ou comprovar as informações exigidas neste Edital (e seus ANEXOS) que prejudiquem a Avaliação da qualidade do objeto proposto;
- c) Indique objeto que não atenda a todas as exigências de qualidade, amostras e às especificações técnicas contidas no Termo de Referência (anexo I);
- d) Não contenha a quantidade numérica e unidade métrica exigidas no Termo de Referência (anexo I).

9.7.9.1. Será CLASSIFICADA a proposta que atenda satisfatoriamente a todas as exigências fixadas no Edital e seus ANEXOS, bem como cujo objeto proposto esteja tecnicamente conforme com as especificações mínimas exigidas no Termo de Referência (anexo I).

9.7.9.2. Se a proposta for DESCLASSIFICADA, o(a) Pregoeiro(a) examinará a PROPOSTA SUBSEQUENTE, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital e seus ANEXOS, segundo os procedimentos fixados nos subitens anteriores.

9.7.9.3. Determinadas informações e formalidades exigidas pelo presente Edital e seus ANEXOS que não afetem a essência da proposta do licitante poderão, a critério do(a) Pregoeiro(a) ou da Autoridade Competente, mediante despacho fundamentado, ser dispensadas ou até mesmo complementadas via sistema (via CHAT) ou da ferramenta "ENVIAR ANEXO" pelo(a) Pregoeiro(a), a qualquer momento durante a fase de julgamento, no sentido de ampliar a competitividade e atingir a finalidade do certame.

9.7.9.4. No julgamento das propostas, e considerando o interesse público na maior competitividade possível no certame, o(a) Pregoeiro(a) poderá:

- a) Solicitar complementação de informações, documentos e ajustes na proposta escrita para fins de atendimentos das exigências legais e editalícias;
- b) Solicitar ajustes aritméticos e/ou de percentuais e valores da planilha de custo e formação de preços para fins de adequação da proposta às exigências legais e editalícias, vedada majoração do valor global proposto;
- c) Sanar erros ou falhas que não alterem a substância e nem a validade jurídica das propostas e documentos ANEXOS, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação;
- d) Realizar diligências em sítios oficiais e/ou via telefone para fins de complementação de informações acessórias ou que não prejudiquem a segurança da proposta do particular, sendo tudo consignado, via CHAT, na ata dos trabalhos.

9.7.9.5. Sempre que a proposta não for aceita ou for desclassificada, e antes de o(a) pregoeiro(a) passar à análise da subsequente, poderá haver nova verificação automática, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate, previsto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006, podendo-se reabrir os procedimentos previstos no item 9.5 deste Edital.

9.8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA:

9.8.1. Da exequibilidade do lance ou proposta de preços:

9.8.1.1. Não ocorrendo situação de recusa com base na hipótese acima, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

9.8.1.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

9.8.1.3. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do art. 59, inc. III, Lei nº 14.133/2021 para permitir ao proponente demonstrar a exequibilidade de seu preço.

9.8.1.4. Considerar-se-á inexequível a proposta que:

a) Não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

a.1) Para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

- Questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;
- Verificação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho;
- Levantamento de informações junto aos órgãos públicos competentes;
- Consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;
- Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;
- Verificação de outros contratos que a proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;
- Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;
- Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pela proponente;
- Levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa; Estudos setoriais;
- Consultas às Secretarias de Fazenda federal, distrital, estadual ou municipal;
- Análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que a proponente disponha para a prestação dos serviços;
- Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

b) Apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

9.8.2. Será considerada inexequível a proposta de preços que não tiver a sua exequibilidade comprovada e, ainda, a que apresente preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto

quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio proponente, para os quais ele renuncie a parcela ou a totalidade da remuneração.

9.8.3. Da convocação para apresentação de documentos complementares a proposta de preços:

9.8.3.1. O(a) Pregoeiro(a) poderá convocar o proponente para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta.

9.8.3.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo(a) Pregoeiro(a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, em compatibilidade como Termo de Referência, minudenciando o modelo, tipo, procedência, garantia ou validade, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas.

9.8.3.3. O prazo estabelecido pelo(a) Pregoeiro(a) poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do proponente, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo (a) Pregoeiro(a).

9.8.3.4. Se a proposta de preços final (consolidada) da proponente vencedora for desclassificada, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente, inclusive quanto aos tramites afeitos a negociação, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

9.8.3.5. Nos itens não exclusivos a Microempresa - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e equiparadas, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9.8.3.6. Também nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o proponente para que seja obtido preço melhor.

9.8.3.7. O(a) Pregoeiro(a) poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos proponentes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

9.8.4. Da exigência das amostras/catálogos dos materiais ofertados:

9.8.4.1. Ultrapassada a fase de lances, a Pregoeira comunicará aos participantes quanto abertura da fase de apresentação dos catálogos dos materiais ofertados, onde, **TODOS OS LICITANTES** participantes (independentemente de colocação) deverão apresentar 01 (um) catálogo de cada item cotado em 10 (dez) dias úteis, sob pena de desclassificação:

9.8.4.2. A apresentação dos catálogos deverá ser realizada em até 10 (dez) dias úteis a contar da solicitação procedida pelo(a) Pregoeiro(a), as quais deverão ser apresentadas diretamente na Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho, na Rua Coronel Correia, nº 2214, Centro, Caucaia/CE - CEP: 61.600-90.

9.8.4.3. Os catálogos apresentados deverão ser dos mesmos produtos e marcas apresentadas na sua proposta de preços, caso a Licitante apresente catálogos de produtos com marcas e especificações divergentes dos apresentados em sua proposta de preços, a mesma será desclassificada;

9.8.4.4. Não serão permitidas a entrega de catálogos fora do prazo estabelecido;

9.8.4.5. Não haverá prorrogação do prazo para apresentação dos catálogos.

9.8.4.6. No caso de não haver entrega dos catálogos ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega dos catálogos fora das especificações previstas, a proposta será desclassificada.

9.8.4.7. A Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho designará servidor para a análise dos catálogos.

9.8.4.8. Os catálogos dos produtos deverão obedecer a todas as especificações exigidas e deverão ser apresentadas conforme determinado no edital.

9.8.4.9. Quando for o caso e seja necessário, os interessados, por solicitação da Unidade Administrativa, deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais, fichas e demais documentos impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio.

9.8.4.10. Após o recebimento e conferência dos catálogos não será permitido substituí-las, sendo analisadas somente os catálogos que forem recebidas no dia e hora marcados, conforme informações, marcas e demais características constantes em sua proposta de preços.

9.8.4.11. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem na plataforma do pregão.

9.8.4.12. O não atendimento as exigências necessárias quanto a apresentação e formalidades mínimas exigidas para fins de apresentação de proposta de preços final (consolidada) e ou procedimentos afins, implicará na desclassificação da proponente.

9.8.4.13. Aceita a melhor proposta de preços, o(s) licitante(s) interessado(s) poder(á)(ão) realizar manifestar a intenção de recurso quanto a fase de proposta de preços, em campo próprio na plataforma, no prazo de até 10 (dez) minutos.

9.8.4.14. Escolhida a proposta que melhor atenda aos fins pretendidos, segundo as regras do Edital e seus ANEXOS, o(a) Pregoeiro(a) passará à verificação das condições de participação e a fase de habilitação.

9.9. DA VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

9.9.1. Encerrada a etapa de disputa de lances e envio de proposta de preços final (consolidada), o(a) Pregoeiro(a) verificará o cumprimento das condições de participação, realizando as seguintes consultas/diligências necessárias, a partir da ordem de classificação e apenas em relação à(s) proponentes mais bem classificada(s) por item e ou lote/grupo:

a. Consulta Situação do Fornecedor e Relatório de Ocorrências (impedimentos, suspensões, multas, etc.) registrados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), no link <https://www.compras.gov.br>;

b. Cadastro Consolidado de Pessoa Jurídica do TCU, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP);

c. Consulta ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), mantido pela Receita Federal do Brasil;

d. Consulta ao site do Tribunal Superior do Trabalho para fins de identificação da eventual existência de condenação judicial, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

- e. Verificação de que o proponente esteja enquadrado nas situações constantes do item 3.1 deste Edital;
- f. Verificação de que o proponente não esteja enquadrado nas situações constantes do item 3.2 deste Edital;
- 9.9.2. Não cumpridas quaisquer das condições de participação, o(a) pregoeiro(a) desclassificará a proposta do proponente, sendo este impedido de prosseguir no certame, por decisão fundamentada, devidamente registrada no campo DESCLASSIFICAÇÃO da plataforma eletrônica COMPRASNET.

9.10. DA FASE DE HABILITAÇÃO:

9.10.1. Estando o(s) proponente(s) classificados, o(a) Pregoeiro(a) o convocará em ordem de classificação, via COMPRASNET, caso não já tendo sido anexada junto ao SICAF no instante de cadastro da proposta de preços inicial (nos termos previstos na observação do subitem 7.2 deste Edital), para fins de encaminhamento/anexação da DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, por meio da opção "ENVIAR ANEXO", no prazo de até 02H (DUAS HORAS), contados a partir da convocação do(a) Pregoeiro(a), podendo ser prorrogado a requerimento do interessado e/ou a critério do(a) Pregoeiro(a), observadas as regras contidas nos itens 05, 07 e 08 deste Edital.

9.10.2. Os documentos de habilitação apresentados deverão atender ao disposto na observação do item 8.1 deste edital.

9.10.3. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

OBSERVAÇÃO: Conforme entendimento firmado pelo TCU, originário do Acórdão nº 2.443/2021 – Plenário, a vedação no art. 64 da Lei 14.133/2021 não alcança documentos destinados a atestar condições de habilitação preexistentes à abertura da sessão pública que não foram anexados ao COMPRASNET no momento oportuno, de forma que PODERÁ o(a) Pregoeiro(a) diligenciar para permitir tal COMPLEMENTAÇÃO DE DOCUMENTOS).

9.10.4. Os documentos necessários a Habilitação do(s) proponente(s) classificado(s) serão os definidos no Termo de Referência (anexo I).

9.10.5. A verificação será procedida de acordo com o rito estabelecido no item 9.10.1, deste edital.

9.10.6. Será acessado o banco de dados do SICAF, para fins de consulta do cadastro do(s) licitante(s) classificado(s) em primeiro lugar, verificando-se a habilitação parcial de cada licitante, sendo impresso o extrato que integrará a documentação de habilitação do(s) licitante(s).

9.10.7. Além da regularidade da documentação já abrangida pelo SICAF, serão visualizadas e impressas as declarações eletrônicas para fins de cumprimento do exigido no subitem 7.5.3 deste Edital.

9.10.8. Para fins de julgamento da habilitação, poderá haver a verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões e/ou documentos diversos como forma de provar a autenticidade dos documentos/certidões e regularidade do licitante, ou até para fins de obtenção de certidões e informações, sendo comprovadas nos autos tais diligências.

9.10.9. Caso o licitante não esteja regularmente cadastrado no SICAF ou esteja com alguma certidão com prazo de validade vencido, poderá o(a) Pregoeiro(a) e/ou a equipe de apoio realizar diligências eletrônicas diretamente nos sítios oficiais.

9.10.10. O(a) Pregoeiro(a) poderá solicitar subsídio técnico à unidade técnica Demandante ou ao Órgão Gerenciador do procedimento, bem como, aos setores técnicos especializados, para fins de avaliação da conformidade da documentação de habilitação técnica e qualificação econômico-financeira em relação as exigências contidas no edital (e seus anexos).

9.10.11. Será INABILITADO o licitante que:

- a) deixar de encaminhar ou de apresentar quaisquer dos documentos exigidos no termo de referência deste Edital;
- b) apresentar CERTIDÃO ou outro documento com prazo de validade vencido;
- c) apresentar quaisquer documentos em desacordo com este Edital, inclusive quanto ao previsto no item 9.10.1 e 9.10.2 do edital;
- d) não contenha em seu ato constitutivo atividade econômica compatível com o objeto da presente licitação;
- e) não comprove exigência(s) de habilitação prevista neste Edital e seus anexos.

9.10.12. Sendo o licitante Microempresa - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e equiparadas, não será motivo de INABILITAÇÃO a existência de restrições na sua HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA, sendo observado o seguinte procedimento:

- a) será o licitante DECLARADO HABILITADO no certame para fins de posterior regularização, nos termos definidos na Lei Complementar nº 123/2006.
- b) será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento da convocação para assinatura do termo de contrato, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões, visando levantar a(s) restrição(ões) identificada(s) na fase de habilitação.
- c) a não regularização da situação fiscal no prazo fixado na alínea anterior acarretará na decadência do direito à contratação, sendo facultado à PREFEITURA MUNICIPAL DE CAUCAIA convocar os licitantes remanescentes na ordem de classificação para firmamento do contrato.

9.10.13. No julgamento da habilitação, poderá o(a) Pregoeiro(a) adotar os procedimentos, diligências e decisões que visem sanar erros ou falhas que não prejudiquem a validade e segurança jurídica da documentação apresentada.

9.10.14. Aceita a conformidade dos documentos de habilitação do licitante melhor colocado, o(s) licitante(s) interessado(s) poder(á)(ão) realizar manifestar a intenção de recurso quanto a fase de habilitação, em campo próprio na plataforma, no prazo de até 10 (dez) minutos.

9.11. DA FASE DE RECURSOS:

9.11.1. A intenção de recorrer por parte do licitante será sedimentada a cada fase do certame, seja quando do julgamento das propostas de preços ou quando da fase de habilitação.

9.11.2. Compete ao licitante interessado realizar o acompanhamento dos trabalhos e informações constantes da plataforma, assim como, observar as decisões e informações do "chat" do certame se posicionando oportunamente e, se for o caso, manifestar sua INTENÇÃO DE RECORRER correspondente a cada fase possibilitada, em campo próprio do sistema, no momento e prazo estabelecido e informado pelo(a) Pregoeiro(a).

9.11.3. A ausência da intenção de recurso na fase correspondente, correspondente a preclusão do direito do licitante e implica na impossibilidade de apresentação de memoriais recursais, assim como, da apreciação meritória das razões de recurso em momento posterior.

9.11.4. Havendo registro de INTENÇÃO DE RECURSO, o(a) Pregoeiro(a) não fará JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE da intenção de recorrer manifestada, de modo que a intenção será aceita automaticamente pelo sistema.

9.11.5. Somente serão conhecidos e analisados os recursos os quais tenham havido o registro da intenção de recurso na fase correspondente.

9.11.6. Após declarado vencedor, desde que registrado a intenção em momento anterior conforme referenciado nos subitens anteriores, será estabelecido na plataforma o prazo para apresentação dos memoriais recursais e prazo de contrarrazões.

9.11.7. O RECURSO ADMINISTRATIVO poderá atacar qualquer ato decisório ou procedimento adotado pelo(a) Pregoeiro(a) ou pela autoridade competente a qual resultou em deliberação ao julgamento, durante todo o certame, não sendo meio adequado para impugnar regras do edital e seus anexos.

9.11.8. A recorrente a qual tiver intencionado em momento oportuno terá o prazo de até **03 (três) dias úteis** para apresentar os memoriais contendo as razões recursais, obrigatoriamente por meio de registro no sistema e, havendo imagens, ilustrações e demais informações que eventualmente não suportadas pela plataforma, também deverão ser enviados via e-mail constante do quadro resumo deste edital.

9.11.9. Protocoladas as razões recursais na plataforma, ficam os demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema e e-mail, no caso da situação anterior, em igual prazo, que começará a correr do momento do protocolo das razões recursais da Recorrente.

9.11.10. Para justificar sua intenção de recorrer e fundamentar suas razões ou contrarrazões de recurso, o licitante interessado poderá solicitar vistas dos autos ou consultar as informações do certame disponíveis na própria plataforma eletrônica COMPRASNET.

9.11.11. Decorridos os prazos de apresentação de razões e contrarrazões, o(a) Pregoeiro(a) deverá analisar fundamentadamente os fatos e fundamentos arguidos pelo(s) recorrente(s), podendo, em sede de juízo de retratação:

- a) reconsiderar, total ou parcialmente, a decisão recorrida, reformando-a; ou,
- b) manter inalterada a decisão recorrida.
- c) baixar em diligência os autos para fins de pronunciamento, solicitar informações, parecer técnicos ou demais informações da área técnica interessada/responsável e/ou jurídico para fins de proclamação de decisão, sobretudo quando o mérito recursal não versar sobre ato, decisão ou incumbência as quais não são de competência do(a) Pregoeiro(a).

9.11.12. Caso não haja a reconsideração total do ato ou decisão adotada, os memoriais de razões recursais deverão ser submetidos, depois de devidamente instruído pelo(a) Pregoeiro(a), à análise hierárquica superior para fins de decisão final, podendo a autoridade competente do procedimento:

- a) decidir de pronto o mérito do recurso, segundo os documentos e informações contidas nos autos, como também os fundamentos da decisão do(a) Pregoeiro(a).
- b) determinar prévia emissão de parecer da área técnica interessada e/ou jurídico para fins de decisão.

9.11.13. A não apresentação das razões referente à intenção de recurso registrada no sistema no prazo legal importa preclusão do direito de recurso, possibilitando, portanto, a adjudicação do objeto e homologação do certame.

9.11.14. A critério do(a) Pregoeiro(a) ou da autoridade superior, e considerando eventuais indícios de ilegalidades ou irregularidades no julgamento do certame apontados na própria intenção de recurso, poderá haver a análise de mérito do recurso independente da apresentação das respectivas razões (ou de sua apresentação fora do prazo legal), como mero exercício do direito constitucional de petição (art. 5º, XXXIV, "a", CRFB/1988).

9.11.15. Não cabe recurso adesivo por ocasião do exercício do direito de contrarrazoar.

9.11.16. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento, sendo reaberta a Sessão Pública para fins de prosseguimento do certame e explanação dos atos decorrentes da decisão.

9.11.17. No caso de licitações com julgamento por item e/ou por grupo/lote, a aceitação de intenção de recurso apenas suspenderá a tramitação do processo licitatório em relação ao(s) item(ns)/grupo/lote(s) recorrido(s), inclusive quanto ao prazo de validade da proposta, o qual somente recomeçará a contar quando da decisão final da autoridade competente, sendo realizado o encerramento da sessão e adjudicação do objeto pelo(a) Pregoeiro(a) em face dos demais itens/grupos do objeto da licitação, através de adjudicação ou homologação parcial.

9.12. SUSPENSÃO E REABERTURA DA SESSÃO:

9.12.1. À(o) Pregoeiro(a) é facultado, a qualquer momento, suspender a sessão mediante motivo devidamente justificado e marcar seu prosseguimento para outra ocasião, fazendo constar esta decisão na plataforma eletrônica. Neste caso, a sessão terá continuidade a qualquer dia e hora, ficando a cargo do(a) Pregoeiro(a) realizar o devido agendamento prévio na plataforma do COMPRAS.GOV.BR (COMPRASNET).

9.12.2. O(a) Pregoeiro(a), a qualquer tempo, na análise das propostas de preços e seus ANEXOS, das amostras, quando houver, e dos documentos de habilitação, poderá solicitar outros documentos, pareceres técnicos e/ou suspender a sessão para realizar diligência a fim de obter melhores subsídios para as suas decisões. Neste caso, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e será reiniciada somente decorrida **24h (vinte e quatro horas)** após a comunicação do prosseguimento aos participantes, a qual serão informados na plataforma do COMPRAS.GOV.BR (COMPRASNET).

9.12.3. A Sessão Pública poderá ser REABERTA, em prazo não inferior a **24h (vinte e quatro horas)**, em relação ao(s) ITEM(NS) e/ou GRUPO/LOTE(S) do objeto que apresente os seguintes eventos, observada sempre a ordem classificatória da fase de lances:

a) Julgamento favorável em sede de recurso administrativo que leve à anulação de atos da fase preparatória ou da própria Sessão Pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;

b) Constatado erro/impropriedade na aceitação e julgamento da proposta, ou no julgamento da habilitação, o certame restará retroagido aos procedimentos imediatamente anteriores ao instante do erro/impropriedade declarada;

c) Licitante declarado vencedor que não assinar o instrumento contratual, não havendo CADASTRO DE RESERVA, sendo o certame retomado da fase de aceitação e julgamento das propostas;

d) Microempresa - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e equiparadas com restrição da habilitação fiscal e trabalhista que, vencedora do certame, não comprove tal regularidade no prazo fixado neste Edital, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, sendo reiniciados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances;

e) Licitante vencedor que não mantenha as condições de participação e de habilitação até o momento da assinatura do instrumento contratual, sendo reiniciados os procedimentos de aceitação e julgamento das propostas.

9.12.4. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a Sessão reaberta, sendo devidamente registrados na plataforma eletrônica COMPRASNET a data e hora de tal reabertura, observados os seguintes meios:

a) A convocação se dará por meio da plataforma eletrônica COMPRASNET ("CHAT" ou evento de reabertura) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório;

b) A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados cadastrais contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante mantê-los atualizados; e,

c) A convocação para reabertura também será divulgada com antecedência por meio do Diário Oficial do Município – DOM e Portal de Licitações do TCE/CE, cabendo ao licitante acompanhar as informações e publicações contidas naquele canal de acesso.

9.12.5. A Sessão Pública reaberta será composta de todos os procedimentos e regras de processamento fixadas neste Edital, a depender apenas da fase em que os trabalhos serão retomados.

9.13. ENCERRAMENTO DA SESSÃO:

9.13.1. Da sessão do Pregão será lavrada ata circunstanciada, que mencionará os proponentes participantes, as Propostas de Preços e lances verbais sucessivos, na ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos, devendo ser a mesma assinada, ao final, pelo(a) Pregoeiro(a) e sua Equipe de Apoio.

9.13.2. Ao final da sessão, caso não haja intenção de interposição de recurso e o preço final seja compatível com os preços de mercado previstos para a contratação, será feita pelo(a) Pregoeiro(a) a adjudicação do objeto desta licitação ao proponente declarado vencedor do certame e encerrada a reunião, após o que, o processo, devidamente instruído, será encaminhado:

a) Para as publicações quanto resultados do certame, instrução do feito e deliberações quanto aos proclames de julgamento;

b) À Assessoria Jurídica do Departamento de Gestão de Licitações, para fins de análise e parecer jurídico;

c) E depois à(s) autoridades(s) competentes para homologação e subsequente formalização de Contrato(s).

10. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

10.1. Quando não houver recurso administrativo, o(a) Pregoeiro(a) encerrará a sessão e adjudicará o objeto ao(s) licitante(s) cuja(s) proposta(s) for(em) considerada(s) vencedora(s) do certame. Neste caso, o(a) Pregoeiro(a) encaminhará o processo devidamente instruído à apreciação da Autoridade Competente para fins de HOMOLOGAÇÃO.

10.2. O objeto da licitação será adjudicado ao proponente declarado vencedor, por ato do(a) Pregoeiro(a), caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

10.3. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente poderá:

a) homologar o certame para produção de todos os efeitos de fato e de direito previstos na legislação;

b) anular o certame, total ou parcialmente, em razão de ilegalidade, determinando o aproveitamento dos atos não viciados; ou,

c) revogar o certame, total ou parcialmente, por razões de conveniência e oportunidade, à luz do interesse público primário tutelado.

10.4. A adjudicação e ou a homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

d) Não havendo homologação do certame após decorridos 60 (sessenta) dias da data de abertura das propostas, fica(m) o(s) licitante(s) liberado(s) dos compromissos assumidos em sua(s) proposta(s).

11. DA(S) DOTAÇÃO(ÕES) ORÇAMENTÁRIA(S)

11.1. A despesa decorrente da contratação correrá à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAUCAIA, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho, nas seguintes Dotações Orçamentárias respectivamente:

ORGÃO	07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO - SDST
UNIDA ORÇAMENTÁRIA	22 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROJETO / ATIVIDADE	08.244.0022.2.055.0000 - BLOCO DA PROTEÇÃO ESPECIAL - BL PSE
ELEMENTO DE DESPESA	4.4.90.52.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
FONTE DE RECURSOS	1.660.0000.00 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS

12. DA CONVOCAÇÃO DE REMANESCENTES

12.1. Caso nenhum dos licitantes aceite a contratação, verificada a inexistência ou o não êxito quanto ao cadastro reserva, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:

a) Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário.

b) Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12.1.1. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

12.2. A recusa injustificada ou a carência de justo motivo por parte da vencedora, passível de análise pela Administração, em não formalizar o contrato, no prazo estabelecido, sujeitará a Proponente à aplicação das penalidades previstas neste Edital.

12.3. Os proponentes além das obrigações resultantes da observância da Lei Federal n.º 14.133/2021 de 1º de abril de 2021, da Lei Municipal nº 3.625, de 30 de junho de 2023, a qual criou o Regulamento



PREFEITURA DE
CAUCAIA

**Secretaria Municipal de
Gestão e Governo – SGG**
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE
LICITAÇÕES



Interno de Licitações e Contratos – RILC da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAUCAIA, deverão obedecer às disposições e obrigações específicas elencadas no termo de referência (anexo I) do edital.

13. DA FORMALIZAÇÃO DAS CONTRATAÇÕES

13.1. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL:

13.2. O adjudicatário registrado poderá ser convocado para comparecer perante o órgão ou entidade para firmar contratações decorrentes do procedimento.

13.3. A Administração convocará o adjudicatário para assinatura, mediante correspondência meio eletrônico ou publicação no Diário Oficial do Município – DOM, para que seja assinado no prazo de 05(cinco) dias, a contar da data de seu recebimento da convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.4. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

13.5. O prazo de vigência da contratação será aquele estipulado no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

13.6. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

13.7. Incumbirá à Administração providenciar a publicação do extrato do contrato nos termos do parágrafo único art. 61 da Lei nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021.

13.8. DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E DAS IMPLICAÇÕES POR NÃO ATENDIMENTO A CONVOCACÃO:

13.9. Se o adjudicatário quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura do contrato, poderá ser convocado outro proponente, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

14. DO PAGAMENTO E DEMAIS CONDIÇÕES DO OBJETO

14.1. As condições de pagamento, obrigações, detalhamentos e demais especificidades quanto ao objeto e não abordados na parte geral desse edital, serão aquelas constantes do Termo de Referências e seus anexos.

15. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES

15.1. Ficarão sujeitos às penalidades previstas na Lei n.º 12.846/2013 aqueles que cometerem atos lesivos à administração pública, assim definidos, no tocante a licitações e contratos:

a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

- c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
- e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.

15.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o licitante/adjudicatário que, com dolo ou culpa:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
 - b.1) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - b.2) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - b.3) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - b.4) deixar de apresentar amostra;
 - b.5) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- c) não celebrar contrato ou não entregar a documentação exigida para a assinatura de tais instrumentos, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d) recusar-se, sem justificativa, a assinar contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- e) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- f) fraudar a licitação;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- h) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- i) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- j) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

15.3. Nos termos dos arts. 155, 156 e 162 da Lei 14.133/2021 e das disposições constantes do Termo de referência, após o regular Procedimento Administrativo de Apuração de Responsabilidade - PAAR, serão apenadas de acordo com a seguinte dosimetria, sem prejuízo das multas eventualmente previstas no Termo de Referência e das demais penalidades legais, assegurado a prévia e ampla defesa:

Ocorrência	Penalidade
a) Dar causa a inexecução parcial do objeto.	Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave

b) Dar causa à inexecução parcial do objeto que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave
c) Dar causa à inexecução total do objeto.	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 1 (um) ano a 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
d) Deixar de entregar documentação exigida para o certame.	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 1 mês a 6 meses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 2 (dois) meses a 1 (um) ano, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
f) Não celebrar contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 3 (três) meses a 2 (dois) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
g) Ensejar o retardamento da execução do objeto ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 3 (três) meses a 1 (um) ano e 6 (seis) meses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do objeto	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos
i) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do objeto	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos
j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos
k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos
l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos.

15.4. Nas condutas previstas nas letras “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do item 15.3, quando justificada a imposição de penalidade mais grave, será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

15.5. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO: As sanções serão aplicadas após regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

15.6. Para todo ato inconveniente ou ilícito que tenha indício de causar dano ou prejuízo a Administração Pública ou ao erário deverá inaugurar um procedimento administrativo de apuração dos fatos. Os casos ocorridos durante os procedimentos de contratação serão comunicados oficialmente e formalmente pelo(a) Pregoeiro(a) ou por qualquer outro servidor o qual presencie

cometimento do ato, o qual devem ser reportados à Assessoria Jurídica do Departamento de Gestão de Licitações para a devida apuração.

15.7. As penalidades somente deixarão de ser aplicadas mediante comprovação, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da obrigação e/ou manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis à Administração.

15.8. Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado a apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções à proponente, em decorrência de conduta vedada neste Pregão, as comunicações à proponente serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico ("e-mail") declarado ou apresentado nos documentos do processo.

15.9. A proponente deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado junto ao SICAF e confirmar o recebimento das mensagens provenientes do município de CAUCAIA/CE, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

15.10. Quando a ação ou omissão ensejar a prática de mais de uma infração, será aplicada a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de 1/3 até metade, justificadamente, em decorrência da gravidade da conduta.

15.11. A penalidade resultante da aplicação do item anterior não poderá ser maior do que as penalidades consideradas cumulativamente.

15.12. O cometimento reiterado de atrasos injustificados dos prazos previstos para a execução do objeto poderá resultar no cancelamento do registro de preços do Fornecedor.

15.13. Será considerado em estado de reiterado cometimento de atrasos dos prazos o Fornecedor que incorrer no terceiro atraso injustificado, ao longo da vigência da Ata.

15.14. A multa, calculada na forma do Anexo I - Termo de Referência, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei n. 14.133/2021.

15.15. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao Fornecedor, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.16. Se a garantia contratual exigida for prestada por seguradora, essa será notificada da abertura de processo de apuração de responsabilidade do qual possa resultar na aplicação da penalidade de multa ao Fornecedor.

15.17. O licitante ou o Adjudicatário será notificado para apresentar defesa prévia no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da notificação. Da decisão que aplicar as sanções de advertência, multas e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso administrativo no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação do ato.

15.18. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15.19. A aplicação das sanções previstas de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, cumuladas ou não com multa, requererá a instauração de Procedimento Administrativo de Apuração de Responsabilidade - PAAR, a ser conduzido por comissão composta de no mínimo 2 (dois) servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o fornecedor para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.20. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o Fornecedor poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 dias úteis, contado da data da intimação.

15.21. Serão indeferidas pela Comissão de PAR, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

15.22. A prescrição da pretensão de aplicação das sanções ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será interrompida e suspensa na forma da Lei.

15.23. Excepcionalmente, desde que justificado pelo gestor da ata, no Procedimento Administrativo de Apuração de Responsabilidade - PAAR, o município poderá, ad cautelam, efetuar a retenção do valor da multa presumida, em conformidade com o instrumento convocatório, Termo de Referência, ou contrato, e instaurar de imediato o procedimento administrativo para apuração de responsabilidade por descumprimento, que deverá ter tramitação prioritária.

15.24. Todas as penalidades serão registradas, para efeito de publicidade, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), no cadastro Consolidado de Pessoa Jurídica do TCU, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas (CEIS), no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) e demais sistemas internos, no prazo máximo de 15 dias úteis, contado da data de aplicação da sanção.

15.25. No caso de provimento do recurso ou de reconsideração da decisão, os autos serão remetidos à Secretaria de Finanças para devolução ao fornecedor dos valores eventualmente retidos.

15.26. Os instrumentos de requerimentos, de defesas prévias e de recursos eventualmente interpostos pelos licitantes, adjudicatários e/ou por quaisquer interessados deverão ser instruídos com os documentos hábeis à prova das alegações neles contidas. Referidos documentos probatórios deverão ser apresentados em suas versões originais e/ou em versões conferidas com o original por servidores da Administração Pública, sob pena de, a critério exclusivo do município, não serem avaliados. Caso o fornecimento de cópias de documentos seja requerido ao município, as despesas correspondentes deverão ser ressarcidas previamente, em Documento de Arrecadação Municipal - DAM.

16. FRAUDE E CORRUPÇÃO

16.1. As proponentes deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo licitatório e a execução do contrato, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira. Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) “prática conluída”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre duas ou mais proponentes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando a influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) “prática obstrutiva”:

(1) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista neste subitem;

(2) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

16.2. A contratante, garantida a prévia defesa, aplicará as sanções administrativas pertinentes, previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, se comprovar o envolvimento de representante da empresa ou da pessoa física contratada em práticas corruptas, fraudulentas, conluídas ou coercitivas, no decorrer da licitação ou na execução do contrato financiado por organismo financeiro multilateral, sem prejuízo das demais medidas administrativas, criminais e cíveis.

17. DOS ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES, DILIGÊNCIAS, REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

DAS SOLICITAÇÕES DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÕES

17.1. Qualquer pessoa física ou jurídica poderá, no prazo de até **03 (três) dias úteis** antes da data fixada para recebimento das Propostas de Preços, solicitar esclarecimento e ou impugnar o ato convocatório deste Pregão.

17.2. Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração aquele que não o fizer dentro do prazo fixado neste subitem, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

17.3. Impugnação feita tempestivamente pelo proponente não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

17.4. Somente serão aceitas solicitações de esclarecimentos, providências ou impugnações mediante petição confeccionada em máquina datilográfica ou impressora eletrônica, em tinta não lavável, bem como, da apresentação de documentos comprobatórios a demandante, desde que devidamente protocolados via e-mail, informado no quadro de resumo deste edital, que preencham os seguintes requisitos:

17.4.1. O endereçamento o(a) Pregoeiro(a) da Prefeitura de CAUCAIA;

17.4.2. A identificação precisa e completa do autor e seu representante legal (acompanhado dos documentos comprobatórios) se for o caso, contendo o nome, prenome, estado civil, profissão, domicílio, número do documento de identificação, devidamente datada e assinada dentro do prazo editalício;

17.4.3. O fato e o fundamento jurídico de seu pedido, indicando quais os itens ou subitens discutidos;

17.4.4. O pedido, com suas especificações;

17.5. A proponente deverá juntar cópia do ato constitutivo, bem como, documento de identificação (com foto) válido na forma da Lei do responsável legal pela mesma e, ainda, deverá apresentar prova de mandato, se for o caso.

17.6. O Pregoeiro poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

17.6.1. Caberá o(a) Pregoeiro(a) decidir e divulgar em sítio eletrônico oficial no prazo de até **3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

17.6.2. A resposta do Município de CAUCAIA - CE será disponibilizada a todos os interessados mediante afixação de cópia da íntegra do ato proferido pela Administração no sítio virtual: <https://municipios-licitacoes.tce.ce.gov.br/>.

17.6.3. O aditamento prevalecerá sempre em relação ao que for aditado.

17.6.4. Acolhida a petição de impugnação contra o ato convocatório que importe em modificação dos termos do edital será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das Propostas de Preços.

17.6.5. Qualquer modificação neste edital será divulgada pela mesma forma que se deu ao texto original.

DILIGÊNCIA, REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

17.7. **DILIGÊNCIA:** Em qualquer fase do procedimento licitatório, o(a) Pregoeiro(a) ou a autoridade superior, poderá promover diligências no sentido de obter esclarecimentos, confirmar informações ou permitir sejam sanadas falhas formais de documentação que complementem a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da Proposta ou da Habilitação, fixando o prazo para a resposta.

17.7.1. Os proponentes notificados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo(a) Pregoeiro(a), sob pena de desclassificação/inabilitação.

17.8. **REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO:** A autoridade competente para homologar o procedimento licitatório poderá revogá-lo somente em razão do interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a revogação, e deverá anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, por meio de ato escrito e fundamentado.

18. DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, atendidos o interesse público, sem comprometimento da segurança e do regular funcionamento da administração.

18.2. Os casos omissos poderão ser resolvidos pelo(a) Pregoeiro(a) durante a sessão e pela(s) autoridade(s) competente(s), em outros casos, mediante aplicação da Lei Municipal nº 3.625, de 30 de junho de 2023, a qual criou o Regulamento Interno de Licitações e Contratos – RILC da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAUCAIA e a Lei n.º 14.133/2021 de 1º de abril de 2021.

18.3. Nenhuma indenização será devida às proponentes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente edital, nem em relação às expectativas de contratações dela decorrentes.

18.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, exclui-se o dia de início de contagem e inclui-se o dia do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal no Município, exceto quando for expressamente estabelecido em contrário.

18.5. Os avisos de prosseguimento das sessões, a decisão sobre os recursos interpostos, a Anulação ou revogação serão feitos aos interessados mediante publicação no Diário Oficial do Município – DOM e no quadro de avisos do Departamento de Gestão de Licitações da Prefeitura Municipal de CAUCAIA, conforme disposto na Lei Orgânica do Município e no “chat” do www.compras.gov.br.



PREFEITURA DE
CAUCAIA

**Secretaria Municipal de
Gestão e Governo – SGG**

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE
LICITAÇÕES

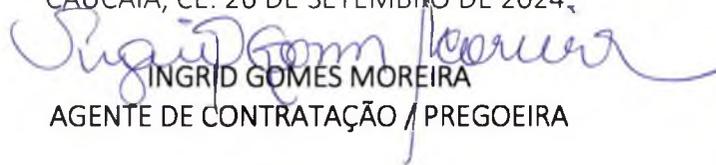


18.6. Quaisquer informações poderão ser obtidas das 08:00h às 12:00h, na sede do Departamento de Gestão de Licitações de Licitação da Prefeitura de CAUCAIA, situada na Rua José Valdeci Pinto Lima, nº 270, Padre Romualdo, CAUCAIA/CE, CEP: 61601-055.

18.7. O referido edital e seus ANEXOS estão disponíveis no seguinte sítio virtual: <https://municipios-licitacoes.tce.ce.gov.br>, nos termos da IN 04/2015-TCM/CE.

18.8. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente edital será competente o Foro da Comarca de CAUCAIA - CE.

CAUCAIA, CE. 26 DE SETEMBRO DE 2024,


INGRID GOMES MOREIRA

AGENTE DE CONTRATAÇÃO / PREGOEIRA



PREFEITURA DE
CAUCAIA

**Secretaria Municipal de
Gestão e Governo – SGG**
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE
LICITAÇÕES



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. INTRODUÇÃO

1.1. Objetivo

Este Termo de Referência tem por finalidade fornecer elementos necessários e suficientes, os quais, baseados nos dados constantes dos estudos técnicos preliminares acostados aos autos, servirão para realização de procedimento administrativo, cujas especificações técnicas e demais condições encontram-se detalhados no presente documento, conforme disposto nos arts. 6º, incs. X, XIII e XXIII, 18, 23, 40, 41 e 82, da Lei nº 14.133/2021, regulamentados pelos Decreto nºs 1.381, Decreto nº 1.383, Decreto nº 1.387, Decreto nº 1.388, Decreto nº 1.392, Decreto nº 1.393, e alterações posteriores.

2.2. Integram o presente Termo de Referência como se nele estivessem escritos, os seguintes documentos:

- I) Definição dos Itens e especificações dos produtos;
- II) Relação dos documentos de habilitação para o procedimento; e
- III) Estudo Técnico Preliminar – ETP.

2. INFORMAÇÕES PRIMÁRIAS, EXPOSIÇÃO DE NECESSIDADE, DETALHAMENTO E PLANEJAMENTO DO OBJETO.

2.1. Órgão(s) Interessado(s):

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho

2.2. Objeto:

AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE DE INTERESSE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO DO MUNICÍPIO DE CAUCAIA/CE, CONFORME EMENDA Nº 202341380006 DO MINISTÉRIO DA CIDADANIA.

2.3. Justificativa:

A justificativa da necessidade do objeto e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico constante dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, anexo ao presente documento.

2.4. Do Plano de Contratação Anual - PCA:

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

- ID do PCA no PNCP: 07616162000106-0-000001/2024
- ID da(s) DFD(S) no PCA constante do PNCP: nº 89 constantes do Plano de Contratação Anual – PCA
- Data de publicação no PNCP: 12/01/2024.

2.5. Descrição da solução como um todo considerado o ciclo de vida do objeto e especificação do produto:

A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico constante dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, anexo ao presente procedimento administrativo.

3. DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, DOS RECURSOS FINANCEIROS E ESTIMATIVA DA DESPESA

As despesas resultantes do presente objeto correrão a conta da seguinte classificação orçamentária:

ORGÃO	07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO - SDST
UNIDA ORÇAMENTÁRIA	22 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROJETO / ATIVIDADE	08.244.0022.2.055.0000 - BLOCO DA PROTEÇÃO ESPECIAL - BL PSE
ELEMENTO DE DESPESA	4.4.90.52.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
FONTE DE RECURSOS	1.660.0000.00 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS

3.1. Valor global estimado:

O custo Global estimado para a contratação é de R\$ 103.875,66 (cento e três mil, oitocentos e setenta e cinco reais e sessenta e seis centavos), conforme relatório emitido pelo setor compras do Município.

3.2. Metodologia do orçamento:

Orçamento baseado em pesquisas de preços realizadas pelo Setor de Cotações e Orçamentos do município, conforme Mapa comparativo de preços em anexo aos autos.

4. REQUISITOS GERAIS DA CONTRATAÇÃO.

4.1. Sustentabilidade:

4.1.1. Os critérios de sustentabilidade serão aqueles que, eventualmente, estarão descritos na descrição da especificação dos itens do objeto, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis. No mais, o município ainda não dispõe de norma própria correspondente a tal temática, limitando-se tais exigências a construção das especificações, quando for o caso e ou as rotinas de fiscalização e padrões de desempenho, as quais analisarão tais requisitos, quando exigidos.

4.2. Indicação de marcas ou modelo:

4.2.1. Não se aplica.

4.3. Da vedação de utilização de marca/produto

4.3.1. Não se aplica.

4.4. Da exigência das amostras/catálogos dos materiais ofertados:

4.4.1. A justificativa para fins de exigência das amostras/catálogos dos materiais ofertados é aquela constante do Estudo Técnico Preliminar - ETP.

4.4.2. Procedimentos:

4.4.2.1. Ultrapassada a fase de lances, a Pregoeira comunicará aos participantes quanto abertura da fase de apresentação dos catálogos dos materiais ofertados, onde, **TODOS OS LICITANTES**

participantes (independentemente de colocação) deverão apresentar 01 (um) catálogo de cada item cotado em 10 (dez) dias úteis, sob pena de desclassificação:

4.4.2.2. A apresentação dos catálogos deverá ser realizada em até 10 (dez) dias úteis a contar da solicitação procedida pelo(a) Pregoeiro(a), as quais deverão ser apresentadas diretamente na Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho, na Rua Coronel Correia, nº 2214, Centro, Caucaia/CE - CEP: 61.600-90.

4.4.2.2.1. Os catálogos apresentados deverão ser dos mesmos produtos e marcas apresentadas na sua proposta de preços, caso a Licitante apresente catálogos de produtos com marcas e especificações divergentes dos apresentados em sua proposta de preços, a mesma será desclassificada;

4.4.2.2.2. Não serão permitidas a entrega de catálogos fora do prazo estabelecido;

4.4.2.2.3. Não haverá prorrogação do prazo para apresentação dos catálogos.

4.4.2.3. No caso de não haver entrega dos catálogos ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega dos catálogos fora das especificações previstas, a proposta será desclassificada.

4.4.2.4. A Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho designará servidor para a análise dos catálogos.

4.4.2.5. Os catálogos dos produtos deverão obedecer a todas as especificações exigidas e deverão ser apresentadas conforme determinado no edital.

4.4.2.6. Quando for o caso e seja necessário, os interessados, por solicitação da Unidade Administrativa, deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais, fichas e demais documentos impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio.

4.4.2.7. Após o recebimento e conferência dos catálogos não será permitido substituí-las, sendo analisadas somente os catálogos que forem recebidas no dia e hora marcados, conforme informações, marcas e demais características constantes em sua proposta de preços.

4.4.2.8. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem na plataforma do pregão.

4.5. Da existência de carta de solidariedade:

4.5.1. Não se aplica

4.6. Da subcontratação:

4.6.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, conforme previsão constante do Estudo Técnico Preliminar - ETP.

4.7. Garantia da contratação:

4.7.1. Não haverá exigência da garantia da contratação consoante os dispostos nos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, bem como, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar - ETP.

5. DAS CONDIÇÕES E PRAZOS DE ENTREGA/FORNECIMENTO

5.1. Local de entrega do Objeto

5.1.1. Os produtos deverão ser entregues em até **10 (dez) dias úteis**, a contar da emissão da **ORDEM DE COMPRA/AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO/NOTA DE EMPENHO**.

5.1.2. Os produtos deverão ser entregues no(a) Almojarifado da Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho ou nos locais determinados pela CONTRATANTE.

5.2. Forma de entrega, acompanhamento e fiscalização da entrega

5.2.1. O fornecimento dos produtos licitados poderá ser feito de forma fracionada ou em sua totalidade, de acordo com a necessidade do órgão interessado durante o prazo de contratação, mediante a expedição de periódicas **ORDENS DE COMPRA/AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO/NOTA DE EMPENHO**, pela unidade administrativa contratante, constando a quantidade de itens a serem entregues.

5.2.2. A entrega dos itens será acompanhada e fiscalizada por servidor do órgão demandante, o qual deverá atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta entrega para fins de pagamento.

5.2.3. A presença da fiscalização do órgão demandante não elide nem diminui a responsabilidade da empresa contratada.

5.2.4. Caberá ao servidor designado rejeitar totalmente ou em parte, qualquer bem que não esteja de acordo com as exigências, bem como, determinar prazo para substituição do item eventualmente fora de especificação.

5.3. Prazo para entrega

5.3.1. Os produtos deverão ser entregues em até **10 (dez) dias úteis**, a contar da emissão da **Ordem de Compra/Nota de Empenho**, que será enviada à contratada através de e-mail ou outro meio que comprove o seu recebimento.

5.3.2. A demanda correspondente a **ORDEM DE COMPRA/AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO/NOTA DE EMPENHO** deverá ser entregue em remessa única.

5.3.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 03 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3.4. Os bens deverão ser entregues no endereço constante da **ORDEM DE COMPRA/AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO/NOTA DE EMPENHO**.

6. DA FORMA DE RECEBIMENTO DO OBJETO E PAGAMENTO

6.1. Da forma de recebimento (provisório e definitivo)

6.1.1. Os bens serão recebidos **provisoriamente**, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

6.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

6.1.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

6.1.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

6.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.1.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

6.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6.1.9. Pós conclusão dos procedimentos quanto ao recebimento, serão realizados os atos correspondentes a liquidação e pagamento da despesa.

6.2. Forma de pagamento

6.2.1. A liquidação da despesa e o Pagamento serão efetuados na proporção de entrega dos produtos, em até 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, mediante a constatação da entrega definitiva, através de atesto do recebimento dos produtos e o encaminhamento da documentação necessária, observada todas as disposições pactuadas, bem como, a ordem cronológica de pagamentos.

6.2.2. Para fins de instrução dos procedimentos de pagamento, além dos documentos citados no subitem anterior, o fornecedor deverá enviar obrigatoriamente a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, constante da seguinte documentação:

- a) Nota Fiscal/fatura discriminativa, em via única, devidamente atestada pelo gestor do contrato;
- b) Prova de Regularidade relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, inclusive em relação as contribuições sociais;

- c) Prova de Regularidade relativa a Fazenda Estadual;
- d) Prova de Regularidade relativa a Fazenda Municipal;
- e) Prova de Regularidade relativa ao FGTS;
- f) Prova de Regularidade relativa   Justiça do trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT).

6.2.3. O setor competente quanto aos pagamentos realizar  a consulta dos documentos apresentados por meio de verifica o on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou   documenta o mencionada no art. 68 da Lei n  14.133, de 2021.

6.2.4. A Administra o deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 6.2.4.1. verificar a manuten o das condi es de habilita o exigidas no edital;
- 6.2.4.2. identificar possível razão que impeça a participa o em licita o, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibi o de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

6.2.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situa o de irregularidade do contratado, será providenciada sua notifica o, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situa o ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.2.6. Não havendo regulariza o ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscaliza o da regularidade fiscal quanto   inadimplência do contratado, bem como quanto   existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.2.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias   rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.2.8. Havendo a efetiva execu o do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situa o junto ao SICAF.

6.2.9. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.2.10. Quando do pagamento, será efetuada a reten o tributária prevista na legisla o aplicável.

6.2.11. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realiza o do pagamento, os percentuais estabelecidos na legisla o vigente.

6.2.12. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n  123, de 2006, não sofrerá a reten o tributária quanto aos impostos e contribui es abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado   apresenta o de comprova o, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

7.1. O contrato produzirá seus jurídicos e legais efeitos a partir da data de sua assinatura e vigorará até 31 de dezembro do ano firmado, podendo ser prorrogado na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REQUISITOS ESPECÍFICOS DO PROCEDIMENTO

8.1. Da forma de apresentação das propostas

8.1.1. Na proposta de preços deverá constar as especificações detalhadas de cada Item, quantidade solicitada, marca, o valor unitário e total, já considerando todas as despesas, tributos, impostos, taxas, encargos e demais despesas que incidam direta ou indiretamente sobre os produtos, mesmo que não estejam registrados neste documento.

8.1.2. A licitante deverá garantir a entrega dos itens sem qualquer defeito de fabricação, e se caso constatado alguma imperfeição, terão os itens devolvidos e a licitante submetida às penalidades da Lei, além do registro da falha no Cadastro de Fornecedores Municipais.

8.1.3. Será considerada vencedora a licitante cuja proposta contenha o **MENOR PREÇO POR LOTE**, desde que atenda as exigências contidas neste Termo de Referência.

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de fornecimento será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

9.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

9.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

9.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

9.8. O fiscal do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

9.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

9.10. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

9.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

9.12. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

9.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

9.14. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

9.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de compra/nota de empenho, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

9.16. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotarà os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

9.17. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

9.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

9.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

9.20. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

9.21. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

10. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES:

10.1. As partes se obrigam reciprocamente a cumprir integralmente as disposições do instrumento convocatório da Lei Nº. 14.133.

10.2. São obrigações do contratante, nos termos do art. 92, X, XI e XIV da Lei Federal n.º 14.133/21:

10.2.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.

10.2.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

10.2.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

10.2.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

10.2.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato.

10.2.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.

10.2.8. Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.

10.2.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

10.2.10. A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, nos termos do art. 123, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021 e o art. 28, do Decreto n.º 11.246, de 2022, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

10.2.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) mês, nos termos do art. 123, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021.

10.2.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

10.2.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10.2.14. Indicar o local e horário em que deverão ser entregues os produtos/materiais/equipamentos.

10.2.15. Permitir ao pessoal da CONTRATADA acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança.

10.3. São obrigações do contratado, nos termos do art. 92, XIV, XVI e XVII da Lei Federal n.º 14.133/21:

10.3.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

a) Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, se for o caso.

b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

c) Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

d) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

e) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

f) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

g) Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

h) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.

- i) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- j) Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- k) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.
- l) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- m) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- n) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- o) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- p) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.
- q) Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.
- r) Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, se for o caso, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.
- s) Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- t) Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- u) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- v) Assinar e devolver a ordem de compra ao Município de Caucaia/CE no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data do seu recebimento.

- w) Entregar os itens licitados no prazo máximo estabelecido no termo de referência, contados do recebimento da ordem de compra, nos locais determinados pelo órgão solicitante, observando rigorosamente as especificações contidas no termo de referência, nos anexos e disposições constantes de sua proposta de preços, assumindo a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, em decorrência da celebração do contrato.
- x) A reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.
- y) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.
- z) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no fornecimento, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do art. 125º da Lei n.º 14.133/21.
- aa) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município de Caucaia/CE, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao mesmo, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato.
- bb) No caso de constatação da inadequação do objeto licitado às normas e exigências especificadas no termo de referência, no edital ou na proposta de preços da CONTRATADA, a CONTRATANTE os recusará, devendo no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas ser adequados às supracitadas condições.

11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o licitante/adjudicatário que, com dolo ou culpa:

- h) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- i) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- b.1) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - b.2) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - b.3) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - b.4) deixar de apresentar catálogo dos produtos;
 - b.5) apresentar proposta ou catálogo dos produtos em desacordo com as especificações do edital;
- j) não celebrar contrato ou não entregar a documentação exigida para a assinatura de tais instrumentos, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- k) recusar-se, sem justificativa, a assinar contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

- l) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- m) fraudar a licitação;
- n) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - o) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - p) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - q) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - r) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.1.1. Serão aplicadas ao licitante/adjudicatário que incorrer nas infrações acima descritas, garantida a defesa prévia, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar e
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
- b) as peculiaridades do caso concreto
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.1.3. Para fins de dosimetria e cálculo das penalidades acima impostas, estas tomarão como base os parâmetros delineados no tópico a seguir.

11.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que, com dolo ou culpa:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



11.2.1. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

d) **Multa**:

d.1) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

d.2) Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

11.2.2. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.2.3. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.2.4. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 05 (CINCO) DIAS úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.2.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.2.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.2.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.2.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.2.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.2.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.2.11. O Contratante deverá, no prazo máximo 05 (CINCO) DIAS úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.2.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.2.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

12. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.1.1. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3. Indenizações e multas.

12.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.5. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo(s) órgão(s) demandante(s), segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, nos regulamentos e normas locais específicas, nas normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, pelas normas e princípios gerais em Direito Admitidas.



ANEXO I

1. DOS ITENS:

1.1. Justificativa quanto ao quantitativo: Os quantitativos solicitados definidos conforme portaria MC nº 69, de 24 de junho de 2022, na Resolução do CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, conforme emenda individual via Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), GND4 – Estruturação da Rede de Serviços do SUAS, programa 230370920230002, Numero processo SEI 71000075279202328.

1.2. Os quantitativos totais estipulados, bem como, a definição dos parâmetros e quantitativos para efeitos de formulação de proposta de preços constam do Anexo I deste Projeto Básico/Termo de Referência.

1.3. DOS QUANTITATIVOS TOTAIS DA LICITAÇÃO

LOTES

LOTE 01 - ELETRÔNICOS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT	MÉDIA DE PREÇOS DO SISTEMA	
				VAL. UNIT.	VAL. TOTAL
1	APARELHO DE ARCONDICIONADO (12 MIL BTUS) Especificação: aparelho de ar condicionado 12 mil Btus, com filtro HD Silver Ion + Carvão ativado. Com modos: Eco, Silêncio, Perturbe, Apaga o display indicador. Com serpentina de cobre, maior resistência e durabilidade da unidade externa, especialmente em ambientes salinos, prolongando a vida útil do aparelho. Ciclo Frio. Capacidade Térmica (BTU/h)12000. Tecnologia Convencional. Tensão de alimentação 220V ~ 60Hz. Potência nominal (W)-Frio1085. Classificação Inmetro E. Vazão de ar da unidade evaporadora (Refrigeração / Aquecimento) (m3/h) 600. Tipo de refrigerante R410A. Garantia 2 anos.	Unid.	3	R\$ 2.278,24	R\$ 6.834,72
2	APARELHO DE SOM (CAIXA DE SOM PORTÁTIL) Especificação: aparelho de som portátil tipo caixa amplificada. Potência: 250W RMS. Transmissão via bluetooth, conecta o celular ou serviço de streaming de música online utilizando o Bluetooth, sem precisar de cabo. Bateria interna recarregável e bivolt, pode ser carregada em voltagem 127V e 220V. Função TWS (True Wireless Stereo) permite conectar duas caixas amplificadoras múltiplas conexões (USB/AUX/MIC/GUITAR): Entradas para conectar microfone, Pen Drive, MP3, MP4 e instrumentos musicais. Alto falante 8". Display digital: Facilita a visualização das funções e frequências. Rádio FM estéreo. Compatível com: Microfone, celular, notebook, televisão, violão, guitarra, teclado, entre outros.	Unid.	1	R\$ 620,40	R\$ 620,40
3	ASPIRADOR DE PÓ (20L) - Aspirador de Água e Pó 20L 1650W Inox EAI20I 220V - Capacidade do Reservatório (L) 20L, Consumo (kWh) 16,7kWh/mês, Cor Inox, Garantia do Produto 12 meses, Acessórios Inclusos: 1 mangueira de 1,5m, 3 tubos plásticos de 345mm, 1 bocal fino para limpeza de sofás e bancos, 1 saco coletor de tecido, 1 adaptador escova para chão, 1 filtro esponja 4 rodas. Informações Técnicas: Potência de sucção: 16,5 kPa (165mBar) Comprimento do fio de energia elétrica: 3 metros Medida. Potência 1650W. Voltagem 220V	Unid.	1	R\$ 654,53	R\$ 654,53

4	BEBEDOURO COLUNA, PARA GARRAFÃO. Especificação: bebedouro tipo coluna para garrafão, com sistema abre fácil através de perfurador. Água gelada ou natural. Com Armário na Parte Inferior. Fornece 1,6 Litros de água gelada por hora. Ecológico Compressor com gás ecológico que não agride o meio ambiente. Baixo ruído. Consumo (kWh) 10,0 kWh/mês. Cor Branco. Frequência (Hz) 60Hz. Garantia 1 ano. Gás Refrigerante R600a. Informações Adicionais Classe de isolamento: II. Capacidade de refrigeração: 1,6l/h. Potência 130W. Voltagem 220V	Unid.	3	R\$ 1.127,25	R\$ 3.381,75
5	CÂMERA DE SEGURANÇA. Especificação: câmera HD 720p HDCVI com Lente 2.8mm Visão Noturna 20m Resistente à Chuva IP66 - Sensor 1/4" 1 megapixel CMOS. Pixels efetivos 1280 (H) x 720 (V). Linhas horizontais 1280 (H). Resolução real HD (720p). Lente 2.8 mm. Alcance IR 20 m. IR inteligente Sim. Quantidade de LEDs 2. Comprimento de onda LED IR 850nm. Formato do vídeo NTSC. Protocolos de vídeo HDCVI. Relação sinal-ruído ≥65 dB. Sincronismo Interno. Íris Eletrônica. Day & Night Automático (Ajustável), Colorido, P&B. Troca Automática do Filtro (ICR) Sim. Íris Eletrônica. Day & Night Automático (Adjustable), a cores, P&B. Troca Automática do Filtro (ICR) Sim. Controle Automático de Ganho (AGC) ON. Compensação de Luz de Fundo (BLC) ON/OFF. Wide Dynamic Range (WDR) Sim (DWDR). Balanço de branco Automático. Modo de imagem Padrão / Suave / Vivo. Ajuste de imagem Brilho/Contraste/Nitidez/Saturação/ Croma/Gamma. Idiomas do menu OSD Português. Redução Digital de Ruído (DNR) 2D. Saída de vídeo 75 Ω BNC fêmea. Alimentação Conector P4 fêmea. Consumo máximo de corrente 170mA. Consumo máximo de potência 1,8 W. Tensão 12 Vdc. Range de tensão 10% (10,8 ~ 13,2Vdc). Proteção antissurto 15 kV (Vídeo e alimentação)". Dimensões (L x A x P) (A • x Ø) 54 x 154 x 54 mm. Peso 150g. Cor case Branco. Tipo case / material Bullet / Plástica. Grau de proteção IP66. Local de instalação Interno e Externo. Temperatura de armazenamento (-) 20 ° C a 50 ° C. Temperatura de operação (-) 20 ° C a 50 ° C. Umidade relativa de armazenamento 20% a 90% RH. Umidade relativa de operação 20% a 90% HR.	Unid.	10	R\$ 266,88	R\$ 2.668,80
6	CÂMERA FOTOGRÁFICA PROFISSIONAL. Especificação: Sensibilidade ISO: Foto: 100-6400 (Exp. até 12800) Vídeo: 100-6400. Cartão de Memória: 1x SD SDHC SDXC (Compatível com UHS-I). Flash Pop-Up: Sim. Sistema de Foco Automático: Sistema de detecção de diferença de fase. Ponto de Foco: 9 pontos de AF, sendo o ponto central do tipo cruzado. Visor: Visor Óptico. Tela LCD: 3,0" 920000 pontos. Conexões Sem Fio: Wi-Fi 2.4GHz NFC. Bateria: LP-E10. Dimensões: 129,54 X 25,4 X 78,74 mm. Fotos por Segundo: Até 3 fps.	Unid.	1	R\$ 6.350,00	R\$ 6.350,00
7	CHUVEIRO (ELÉTRICO). Especificação: Chuveiro Elétrico Multitemperatura 220V 6800W. Controle de Temperatura do Chuveiro Multitemperatura. Tensão Elétrica 220V. Potência 6800 W. Quantidade de Temperaturas 4 Temperaturas. Quantidade de Jatos 1 jato(s). Pressão Indicada Alta Pressão. Pressão de Funcionamento Mínima 1,00 mca. Pressão de Funcionamento Máxima 40,00 mca. Disjuntor 40,00 A. Fiação Mínima 6,00 mm. Fixação do Chuveiro Através de Cano. Não Acompanha Cano. Acompanha Desviador. Vazão 3 L/min. Material Plástico. Cor Branco. Classe de Eficiência Energética E. Consumo de Energias 28,60 KWh/mês. Proteção Contra Choques Compatível com Dispositivo DR	Unid.	5	R\$ 106,83	R\$ 534,15
8	CIRCUITO INTERNO DE TV. Especificação: circuito interno de TV, HD 720p HDCVI Visão Noturna 20m Proteção IP66. Itens Inclusos no Kit: 04 Câmeras VHC 1120 B. 01 DVR Gravador MHDX 1004-C 4 Canais. 01 Cabo Coaxial Flexível 80% Malha, Bobina 100M. 01 Fonte Chaveada 12V 5A Tipo Colmeia Ideal para CFTV. 08 Conectores BNC Macho com Mola de parafuso. 04 Conectores P4 de Borne para Alimentação 12V. 01 HD para Armazenamento de 500GB	Unid.	1	R\$ 1.464,19	R\$ 1.464,19

9	CLIMATIZADOR. Especificação: climatizador, tipo portátil, potência 150 W, reservatório com capacidade de 60 litros, ciclo de ar frio, fluxo de ar: 4000l/min. Tensão: 220V. Com proteção para bomba. Possibilidade de abastecimento superior e lateral. Garantia de fabricação de 12 meses.	Unid.	4	R\$ 1.301,49	R\$ 5.205,96
10	FOGÃO INDUSTRIAL. Especificação: fogão industrial eco 4 bocas, 2QS/2QD, 30X30, com porta painelas, baixa pressão, cor: grafite altura aproximada: 83 cm. Comprimento aproximado: 73 cm Profundidade: 84 cm. Grelha: 30x30 cm ferro chato ½. Queimador: ferro fundido baixa pressão. Material: chapa de aço galvanizada. Pintura: eletrostática.	Unid.	1	R\$ 1.318,78	R\$ 1.318,78
11	FORNO ELÉTRICO. Especificação: forno elétrico, tipo: de bancada. Capacidade 60 litros, tensão 220V. Eficiência energética A+.Funções: Aquece, assa, tosta, gratina e grelha. Timer com alarme sonoro. Pegador para grelha. Luz interna. Grelha em inox com regulagem de altura. Bandeja coletora limpa fácil.	Unid.	2	R\$ 917,71	R\$ 1.835,42
12	FORNO MICROONDAS. Especificação: forno Micro-ondas de bancada, com capacidade para 31 litros, cor Branco, com Pannel Integrado e Display, potência de 1500w. Classificação energética A e display econômico. função manter aquecido. função Tira Odor. Prato giratório. Relógio. Tecla descongelar. Trava de segurança. Classificação energética: A.	Unid.	2	R\$ 908,88	R\$ 1.817,76
13	FREEZER (HORIZONTAL, 02 PORTAS) - Gabinete interno em aço galvanizado com cantos arredondados, Gabinete externo pintado a pó, Gás R134a, Tampas balanceadas, Rodízios rotativos, Dreno frontal com tampa, Dimensões aproximadas da embalagem AxLxC (mm) 930 x 1005 x 695, Capacidade total 325 Litros Tensão (V) 220V	Unid.	1	R\$ 2.884,70	R\$ 2.884,70
14	GELADEIRA. Especificação: geladeira frost free, duplex, 410 litros, Controle Interno de Temperatura, cor Branca, voltagem: 220v. Compartimentos ajustáveis na porta. Economia de energia. Filtro Antiodor. Gelo Extra. Iluminação em LED. Gavetão transparente de frutas e legumes. Função turbo. Espaço Frio.	Unid.	1	R\$ 3.848,41	R\$ 3.848,41
15	LAVADORA DE ROUPA. Especificação: máquina de lavar roupas, Capacidade de lavagem 8,5 kg, cor: branca, turbo Economia. programas personalizados. funções Turbo Agitação e Turbo Secagem. Consumo de energia 0,26 (KWh/Ciclo). Sistema de lavagem Agitação. Tipo de abertura superior. Plugue 10A. 4 níveis de quantidade de roupa. Cesto Polipropileno. Dispenser Autolimpante. Dispenser para alvejante. Dispenser para amaciante. Dispenser para sabão em pó. Dispenser para sabão líquido. Filtro elimina fiapos. Pannel mecânico. Programas de lavagem 12. Sistema de lavagem Agitação. Visualizador de etapas de lavagem. Reaproveitamento de água. Pés niveladores. Funções Turbo Agitação, Turbo Secagem, Reutilização de Água, Avança Etapas, Perfect dilution. Ciclos rápidos. Programas Pesado/jeans, Tira manchas, Limpeza de cesto, Rápido, Tênis, Edredom, Escuras, Coloridas, Brancas, Cama & banho, Delicado, Normal. Etapas de lavagem Molho longo, Molho normal, Molho curto, Enxágue, Centrifugação. Tensão: 220V. Conteúdo da embalagem 1 máquina de lavar, 1 guia rápido, 1 curva da mangueira	Unid.	2	R\$ 1.621,41	R\$ 3.242,82
16	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL. especificação: liquidificador industrial com capacidade para 8 litros, tensão 220v, potência elétrica 1200w, frequência 50hz / 60hz, potência motor 3/4 CV (HP), rotação 3500 rpm, corpo aço inox escovado, copo aço inox 304 escovado – monobloco capacidade 8 lts, tampa plástico, facas aço inox 304, altura 735mm, largura 260mm, profundidade 250mm, conformidade portaria 371 – nr12.	Unid.	2	R\$ 1.066,25	R\$ 2.132,50

17	<p>MICROFONE. Especificação: microfone, sem fio, estojo com 02 unidades, controlado com cristal 15 ppm, e uma chave para cancelar o circuito. circuito resistente à reverberação e tem mudança suave de saída. Com alta resistência a ruídos periféricos; Função de supersilêncio, baixo THD; Sem estalo ao acionar a chave, para proteção do amplificador e alto falantes; Indicadores de estado de trabalho e nível de bateria; Canal duplo possibilitando a utilização de dois microfones ao mesmo tempo sem nenhum distúrbio. Informações Técnicas: 2 Bastões; Canal Individual, Faixa de Frequência de Transmissão: 180 - 270 MHZ, banda alta de VHF; Estabilidade da Frequência: 0.005%; Faixa Máxima de Desvio: 15kHz; Resposta de Frequência: 40Hz - 20KHz; Taxa Sinal / Ruído: 100dB; Alcance Dinâmico de Áudio: 100dB; THD: 0,5%; Alimentação: 4 Pilhas AA (inclusas); Controle de Volume Individual; Distância de. Funcionamento da Base 50 metros. Especificações do Microfone (Bastão): Potência de Saída RF: 30 mW (máxima); Emissões de Espúrias: Acima de 45 dB na onda modulada; Antena: Dupla Embutida; Captador do Microfone: Dinâmico unidirecional; Bateria: Pilhas AA padrão; Consumo: Cerca de 25mA; Duração da Bateria: Superior a 8 horas de uso contínuo; Modulação FM; Resposta de Frequência 40Hz - 20kHz; Sistema de Transmissão VHF; Conector de Saída P10 (1/4"); Cápsula Dinâmica Unidirecional; Led Indicador de AF e RF no Painel; Controle de Volume Individual; Alimentação 2x Pilhas AA 1,5V DC; Especificações Receptor: Sistema de Recepção: Frequência fixa controlada por quartzo; Sensibilidade de Recepção: Taxa de Sinal / Ruído de 60 dB (12dBu); Taxa Sinal / Ruído: >100 dB; Nível de Saída de Áudio: Modo não-balanceado do canal A + B: 0 - 0,5 V / 5 kΩ; Alimentação: Bivolt AC 110V/220V. Tipo de microfone Dinâmico, Padrão polar Unidirecional, Resposta de frequência 40Hz - 20KHz, Quantidade de Microfones 2 microfones, Alcance Aproximadamente 50 metros, Tipo de modulação VHF, Canais 2 canais independentes, Faixa de frequência 180 MHz - 270 MHz, Alimentação Microfones: 2 pilhas AA Receptor: Bivolt</p>	Unid.	1	R\$ 589,65	R\$ 589,65
18	<p>NOTEBOOK. Especificação: notebook, processador Intel® Core™ i7-1255U de 12ª geração (núcleos de eficiência de até 3,50 GHz, núcleos de desempenho de até 4,70 GHz). Sistema Operacional Windows 11 Home Single Language 64 (Português BR). Tela 15,6" HD (1366 x 768), TN, antirreflexo, sem toque, 45%NTSC, 220 nits, 60Hz. Memória 16 GB (8 GB DDR4-3200MHz (Soldado) + 8 GB DDR4-3200MHz (SODIMM)). Armazenamento 512 GB SSD M.2 2242 PCIe Gen4 TLC. Garantia 1 ano Serviço de transportadora ou Assistência técnica. Alto falante Stereo, Dolby® Audio™. Carregador 65W. Placa de Vídeo. Placa gráfica Intel® Iris® Xe integrada. Portas 1x USB 2.0, 1x USB 3.2 G1, 1x USB-C 3.2 Gen 1, 1x HDMI 1.4b, 1x Card reader. Bateria Polímero de lítio de 3 células. Outros HD 1 MP com microfone de matriz dupla e obturador de privacidade. Teclado Cinza - Português (Brasil). Dispositivo Apontador Touchpad. Conectividade 11AC (2x2) & Bluetooth® 5.0</p>	Unid.	1	R\$ 4.887,50	R\$ 4.887,50
19	<p>PROJETOR MULTIMÍDIA. Especificação: projetor multimídia, full HD de até 1.382.400 pixels, com correção de ângulo de imagem, alto falante integrado, Conexões: Wi-fi, Energia: Bivolt, Entradas: HDMI, USB, VGA, AV, Compatibilidade: Android, IOS, Sistema: Operacional – Linux, Cor: Preto, Sistema De Projeção: LCD TFT display, Resolução Nativa: 1920x1080, Brilho: 4500 Lumens, Contraste: 4000:1, Rotação De Imagem: 360°, Lente: Foco manual, Lâmpada: LED, 50.000 horas de vida, Zoom: Eletrônico, Projeção De Tela:50-250", Keystone:+-15 graus</p>	Unid.	1	R\$ 3.934,54	R\$ 3.934,54



PREFEITURA DE
CAUCAIA

**Secretaria Municipal de
Gestão e Governo – SGG**

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE
LICITAÇÕES



20	REFLETOR (100W0) Especificação: refletor holofote led 100w branco frio, Altura do produto montado 23 centímetros, Comprimento do produto montado 5 centímetros, Largura do produto montado 18 centímetros, Cor Preto, Material Alumínio, Vidro temperado, Voltagem 100 Volts, Fonte de alimentação Elétrico com fio, Tipo de instalação de interruptor, Montagem na parede, Tipo de lâmpada LED, Potência em watts 100 watts	Unid.	5	R\$ 152,32	R\$ 761,60
21	SECADORA DE ROUPA. Especificação: secadora de roupas, Capacidade 12 kg. Cor Branca. Par com Lavadora. Tipo de Abertura da Porta Frontal. Tipo de instalação Freestanding. Porta reversível Sim. Filtro Duplo filtro. Sistema de secagem Tombamento. Função Passa Fácil. Número de programas 8. Antirrugas extra. Adiar início. Opções de duração 30, 60 e 90 min. Silenciosa. Programas de secagem 8 programas. Tipo de secagem Ventilação. Opções de temperatura Mínima, média, máxima. Opções de secagem Passa fácil, seco, extra eco. Visualizador de Etapas de Lavagem. Capacidade de secagem. 12 Kg. Tensão: 220(V)	Unid.	1	R\$ 3.346,02	R\$ 3.346,02
22	SMARTPHONE. Especificação: Aparelho telefônico tipo smartphone, 5G, dual sim, desbloqueado. Sistema operacional Android 13.0. RAM 4 GB. Capacidade de armazenamento da memória 64 GB. Tamanho da memória RAM instalada 4 GB. Capacidade de armazenamento digital 4 GB. Certificação ANATEL. Bateria de Íon de lítio baterias inclusas. Tecnologia de conexão: Bluetooth, Wi-fi, USB. GPS Verdadeiro. Características especiais Dual SIM, GPS integrado, Memória expansível. Tamanho de tela vertical 6,6 Polegadas. Entrada de usuário Tela Sensível ao Toque. Resolução 1080 x 2408. Com câmera Traseira, Frontal. Formato Barra. Cor Preto. Componentes inclusos Ejetor da bandeja SIM, Cabo USB	Unid.	2	R\$ 1.707,50	R\$ 3.415,00
23	TABLET. Especificação: tablete, tamanho 10,5", com processador Octa Core com 2GHz de Velocidade. Tela de 10.5" (266.9mm) com Resolução de 1920 x 1200 (WUXGA), Tecnologia TFT e Profundidade de Cor 16M. Câmera: Traseira - Resolução: 8.0 MP, Foco Automático: Sim, Flash: Não. Frontal - Resolução: 5.0MP. Resolução de Gravação de Vídeos: FHD (1920 x 1080) @30fps. Memória RAM (GB): 4 GB. Memória Total Interna (GB)*: 64 GB*. Memória Disponível (GB)*: 47.5 GB. Suporte ao Cartão de Memória: MicroSD (Up to 1TB). Rede / Bandas: 2G GSM: GSM 850, GSM 900, DCS 1800, PCS1900. 3G UMTS: B1 (2100), B2 (1900), B4 (AWS), B5 (850), B8 (900). 4G FDD LTE: B1 (2100), B2 (1900), B3 (1800), B4 (AWS), B5 (850), B7 (2600), B8 (900), B12 (700), B17 (700), B20 (800), B28 (700), B66(AWS-3). 4G TDD LTE: B38 (2600), B40 (2300), B41 (2500). Conectividade: Versão de USB: USB 2.0. Localização: GPS, Glonass, Galileo, QZSS. Conector de Fone de Ouvido: Conexão 3.5mm Estéreo (Padrão P2). Wi-Fi: 802.11 a/b/g/n/ac 2.4G+5GHz, VHT80. Wi-Fi Direct: Sim. Versão de Bluetooth: Bluetooth v5.0. Perfis de Bluetooth: A2DP, AVRCP, DI, HFP, HID, HOGP, HSP, MAP, OPP, PAN, PBAP. PC Sync: Smart Switch (Versão para PC). Sistema Operacional: Android. Cor: Cinza. Formato: Tablet. Sensores: Acelerômetro, Giroscópio, Geo Magnético, Sensor de Efeito Hall, Sensor de Luz. Especificações Físicas: Dimensões (AxLxP, mm): 161.9 x 246.8 x 6.9. Peso (g): 508. Bateria: Capacidade da Bateria (mAh, Typical): 7040. Removível: Não. Áudio e Vídeo: Formato de Reprodução de Vídeo: MP4, M4V, 3GP, 3G2, AVI, FLV, MKV, WEBM. Resolução de Reprodução de Vídeo: FHD (1920 x 1080) @60fps. Formato de Reprodução de Áudio: MP3, M4A, 3GA, AAC, OGG, OGA, WAV, AMR, AWB, FLAC, MID, MIDI, XMF, MXMF, IMY, RTTTL, RTX, OTA. Serviços e Aplicativos: Gear Support. Galaxy Buds Pro, Galaxy Buds Live, Galaxy Buds+, Galaxy Buds2, Galaxy Buds, Gear IconX (2018). Mobile TV: Não. Conteúdo da embalagem: 1 Tablet. 1 Carregador de 7.75W. 1 Cabo de Dados. 1 Pino extrator de chip. 1 Quick User Guide (Guia Inicial de Usuário)	Unid.	2	R\$ 1.568,24	R\$ 3.136,48



PREFEITURA DE
CAUCAIA

**Secretaria Municipal de
Gestão e Governo – SGG**
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE
LICITAÇÕES



24	TANQUINHO DE LAVAR ROUPA. Especificação: lavadora de roupas, tipo tanquinho, semi automática, com capacidade para 20 kg de roupas, Abertura superior, Eficiência energética A. Tipo de água: fria. Com filtro de pêlos. Dispense duplo.	Unid.	2	R\$ 777,96	R\$ 1.555,92
25	TELA DE PROJEÇÃO. Especificação: tela de projeção RETRÁTIL, ELÉTRICA, 84 polegadas, indicação para uso educacional, corporativo e governamental. Acionamento através de controle remoto sem fio ou por botoeira (interruptor). Superfície de Projeção: Matte White. Tecido lavável com água e sabão neutro. Estojo metálico e perfil inferior confeccionados em alumínio, com acabamento em pintura eletrostática na cor branca, resistente a riscos e corrosão. Fixação Parede ou teto. Alimentação 220v. Parada regulável (fim e começo de curso). Motor tubular silencioso. Controle remoto por RF (rádio frequência). Funcionalidade Tela para projeção: Modelo Elétrico. Enrolamento do Tecido Automático. Formato 4:3 Vídeo. Polegadas 84. Fixação Parede ou Teto. material do produto Alumínio com pintura eletrostática; Equipamentos Compatíveis Projetores. Voltagem 220v. Conteúdo da embalagem 1 Tela Elétrica; 1 Controle Remoto s/fio; 4 buchas 8mm; 4 parafusos 4,8x50; Manual de Instalação. Largura aproximada do estojo (suporte a suporte) 1,86 m. Dimensões aproximadas da área de projeção - LxA 1,71 x 1,28 m.	Unid.	1	R\$ 872,49	R\$ 872,49
26	TELEVISÃO. Especificação: televisão 50", led, 4k, UHD, tecnologia High Dynamic Range (HDR), com Wifi dual band, controle por aplicativo, compatível com Google Assistant. Alexa e Apple homekit. Tensão de alimentação e consumo 100-240~ 50/60HZ. Consumo máximo 95W. Controle por aplicativo para AndroidTM e iOS, possibilitando utilização de smartphone para realizar várias ações como: trocar de canal, aumentar volume, enviar foto e ouvir o som da TV através do próprio. Smartphone (com um smartphone compatível).	Unid.	2	R\$ 2.762,47	R\$ 5.524,94
27	VENTILADOR: Especificação: ventilador de teto, com base circular e capacidade de rotação de 360º, 50 cm de diâmetro. grade de plástico. Cor preto. Voltagem: bivolt. Garantia de fábrica de 12 meses. 170 watts de potência. Deve acompanhar kit parafuso pra montagem.	Unid.	10	R\$ 385,75	R\$ 3.857,50

VALOR MÉDIO LOTE 01

R\$ 76.676,53

LOTE 02 - MOBILIÁRIO

TEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT	MÉDIA DE PREÇOS DO SISTEMA	
				VAL. UNIT.	VAL. TOTAL
1	ARMÁRIO EM AÇO. Especificação: armário em aço, fechado, medindo 160x75x40. 2 Portas Cinza Com Tranca Para Cadeado. Ideal para guarda volumes. Veneziana por porta para ventilação. Sistema de tranca invertidas que dispensa a utilização de parafusos. Confeccionado em chapa de aço nº 26. Com tratamento antiferrugem pintura eletroestática. Totalmente montável, dispensa a utilização de parafusos. Pés removíveis em polipropileno com regulagem de desnível de alto impacto na cor preta. Capacidade por prateleira 15kg. Com Furação para Ventilação. Reforço Interno por Porta. Produto de Acordo Com as Normas NR-18 e NR-24.	Unid.	1	R\$ 1.187,00	R\$ 1.187,00
2	CADEIRA ADULTO DE PLÁSTICO. Especificação: Cadeira adulto de plástico tipo bistrô, com braço, cor: Branco, medidas aproximadas: 87x39x38,5cm, Capacidade: 120Kg, Antiderrapante.	Unid.	20	R\$ 67,86	R\$ 1.357,20
3	CADEIRA DE ESCRITÓRIO COM RODINHAS. Especificação: Cadeira de Escritório Secretária Giratória com braço regulável, Tecido Cor Cinza. Peso máximo recomendado 110 Quilogramas. Dimensões da embalagem 54 x 53 x 23 cm; 7 quilogramas.	Unid.	2	R\$ 420,11	R\$ 840,22



PREFEITURA DE
CAUCAIA

**Secretaria Municipal de
Gestão e Governo - SGG**
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE
LICITAÇÕES



4	MESA DE ESCRITÓRIO. Especificação: mesa de escritório sem gavetas tampo reto, medidas aproximadas: 1210mmx615mm. Confeccionado madeira MDP BP 15m espessura. Revestido com laminado melamínico cor cinza. Acabamento das bordas com perfil PVC flexível. Pés confeccionados em aço com tratamento antiferrugem pintura eletrostática, tipo H com base em tubo oblongo com sapatas niveladoras para corrigir desníveis do piso. Partes em aço com tratamento anticorrosivo. Com sapatilhas reguladoras de desnível de piso.	Unid.	1	R\$ 316,38	R\$ 316,38
5	MESA PARA REFEITÓRIO COM BANCOS. Especificação: conjunto de mesa para refeitório com 02 bancos de metal, totalizando para 6 lugares. Fabricado com estrutura metálica e tampo em mdp. escala de brilho: fosco. material do tampo: mdp. suporta até (kg): 110 Dimensões aproximadas: Altura (cm): 73 cm Largura (cm): 155 cm Profundidade (cm): 80 cm Peso (kg): 39.2 kg acabamento: melamínico estilo: industrial.	Unid.	1	R\$ 1.896,67	R\$ 1.896,67
6	POLTRONA. Especificação: Poltrona decorativa reforçada, suporte até 120kg. Produto é enviado montado. Travamento da estrutura com grampos em aço galvanizados e parafusos com flange de 5 mm; Acento sustentado por persintas elásticas; Madeira de reflorestamento eucalipto; Tecido Suede.	Unid.	5	R\$ 1.228,75	R\$ 6.143,75
7	RELÓGIO DE PAREDE. Especificação: relógio de parede redondo econômico, Preto, 21,7cm. Funcionamento com pilha nova de tamanho AA 1,5V, preferencialmente alcalina no compartimento da parte de trás do relógio.	Unid.	1	R\$ 58,81	R\$ 58,81

VALOR MÉDIO LOTE 02

R\$ 11.800,03

LOTE 03 - UTENSÍLIOS DE ACESSIBILIDADE

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT	MÉDIA DE PREÇOS DO SISTEMA	
				VAL. UNIT.	VAL. TOTAL
1	ANDADOR ADULTO. Especificação: andador para adulto, em alumínio, dobrável, desmontável, com 4 Rodas com assento e cesto. Assento acolchoado, lavável, de esponja de alta densidade, revestido em PVC, que suporta um peso de até 100 Kg. Com cesto em nylon para guardar objetos. 8 níveis de regulagem de altura, entre 1,55 m a 1,85 m; Sistema de freio duplo que ajuda no controle de velocidade durante o deslocamento; Pintura eletromagnética epóxi de alta resistência; Freios na manopla, ativos em movimento ou travado quando sentado; Apoios de mão emborrachado, macio e anatômico, de fácil limpeza ou substituição; Rodas de PVC 8 polegadas; Freios individuais nas rodas traseiras e freio de estacionamento.	Unid.	2	R\$ 547,99	R\$ 1.095,98
2	CADEIRA DE BANHO. Especificação: Cadeira de banho higiênica Idoso dobrável aço 100 Kg	Unid.	2	R\$ 471,86	R\$ 943,72

VALOR MÉDIO LOTE 03

R\$ 2.039,70

LOTE 04 - UTENSÍLIOS GERAIS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT	MÉDIA DE PREÇOS DO SISTEMA	
				VAL. UNIT.	VAL. TOTAL
1	CARRO FUNCIONAL DE LAVANDERIA. Especificação: carro funcional de lavanderia com capacidade de 420L. Estrutura com Acabamento pintura eletrostática a pó. Cor padrão cinza. Estrutura tubular com tubo redondo 1" parede 1.90 mm. Base chassi com tubo quadrado (30x30) parede 1.90 mm, com reforços transversais. Cuba de polietileno tipo nylon com capacidade 420 litros. Composto por 04 rodas de poliuretano maciço c/ rolamento. Rodas com tamanho de 6 polegadas (15.00 cm). Rodas especiais para cargas pesadas. Na dianteira 2 rodízios giratórios e traseira placa fixa. Capacidade de Carga: 500 kg. Peso Bruto: 24 kg. Produto recomendado especialmente para lavanderias ou hospitais. 1 Ano de Garantia contra defeitos de fábrica que venham	Unid.	2	R\$ 1.333,19	R\$ 2.666,38



PREFEITURA DE
CAUCAIA

**Secretaria Municipal de
Gestão e Governo – SGG**
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE
LICITAÇÕES



	prejudicar seu funcionamento. MEDIDAS INTERNAS DA CUBA: Comprimento: 100 cm. Largura: 68 cm. Profundidade: 68 cm.				
2	COLCHÃO PNEUMÁTICO. Especificação: colchão pneumático, sem motor, para até 135 Kg, impermeável; compatível com todas as marcas de motores de pressão alternada; sem interferência elétrica com marcapassos; Tempo inicial de 15 minutos para inflar;	Unid.	3	R\$ 290,18	R\$ 870,54
3	COLCHÃO. Especificação: Colchão Solteiro D23 Liso, em espuma. Tipo Padrão. Cor Preto. Medidas aproximadas: Altura 14,00 cm x Largura 78,00 cm x Comprimento 78,00 cm	Unid.	5	R\$ 486,67	R\$ 2.433,35
4	CORTADOR DE GRAMA. Especificação: cortador de grama com motor de 1000 W de potência, 127 V, 50/60 Hz, corrente nominal de 4,6 A. Rotação máxima de 10.000 rpm. Diâmetro de corte de 28 cm. Fio de nylon com 1,8 mm de espessura e 8 m de comprimento. Abastecimento automático do fio. Fixa-cabo, evita que o cabo elétrico desconecte do plug. alça incorporada ao corpo do aparador. protetor inferior assimétrico. Limitador do fio de nylon. alça da empunhadura regulável e ergonômica. braço do aparador em pintura eletrostática a pó. Área de corte indicada de 100 m ² .	Unid.	1	R\$ 459,61	R\$ 459,61
5	GRADE DE CAMA. Especificação: grade de cama adaptável a quase todos os tipos de cama, dobrável e fácil de guardar, não necessita furação	Unid.	30	R\$ 208,12	R\$ 6.243,60
6	SUPORTE PARA PROJETOR. Especificação: suporte para projetor de teto universal de fácil instalação, fixação através de 4 pontos roscados. Material: Aço. Pintura: Eletrostática preto fosco. Peso Suportado: 10 Kg de peso máximo sustentado; Suporte articulado de 3 movimentos: Rotação de até 360º - Permite inclinação vertical de até 15º - Distância do teto: 25x35 cm (min-max);	Unid.	2	R\$ 244,48	R\$ 488,96
7	SUPORTE PARA TELA DE PROJEÇÃO. Especificação: suporte para tela de projeção. Medidas: Altura Mín.: 1,29 m. Altura Máx.: 4,00 m. Produzidos com tubos de alumínio anodizado de alta qualidade, haste 03 seções, pino 3/8" com rosca UNC e conexão para telão.	Unid.	1	R\$ 196,96	R\$ 196,96
VALOR MÉDIO LOTE 04				R\$ 13.359,40	
VALOR MÉDIO GLOBAL				R\$ 103.875,66	



PREFEITURA DE
CAUCAIA

**Secretaria Municipal de
Gestão e Governo – SGG**
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE
LICITAÇÕES



ANEXO II

RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Para fins de licitação, o(s) licitante(s) deverão comprovar o atendimento aos seguintes requisitos:

a. Habilitação jurídica

A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à **comprovação de existência jurídica da pessoa** e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada (Art. 66 da Lei Federal nº 14.133/21), devendo ser observado e apresentado, se for:

- a.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- a.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- a.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- a.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- a.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- a.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- a.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- a.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- a.9. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2024.



PREFEITURA DE
CAUCAIA

**Secretaria Municipal de
Gestão e Governo – SGG**
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE
LICITAÇÕES



a.10. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

a.11. Ato de autorização para o exercício da atividade.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

b. Habilitação fiscal, social e trabalhista

b.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).

b.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

b.3. Prova de regularidade com a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

b.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

b.5. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho (Mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943).

b.6. Declaração quanto ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Esta declaração ficará dispensada em caso de procedimento eletrônico onde o proponente opte por assinalar a opção constante do sistema).

b.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

b.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n.º 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

c. Qualificação Econômico-Financeira

c.1. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais (já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrado no órgão competente de origem)

c.2. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

c.3. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante ou, Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação.

c.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de até 10% do valor total estimado da contratação

c.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

c.6. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

c.7. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

d. Qualificação Técnica

d.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de produtos similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido (s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

d.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

d.3. No caso de atestado emitido por empresa da iniciativa privada, não será considerado aquele emitido por empresa pertencente ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente.

d.4. Serão consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresarial, empresas controladas ou controladoras da empresa proponente, ou que tenha pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio, proprietário ou titular da empresa emitente e da empresa proponente.

d.5. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

d.6. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

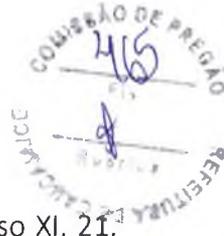
d.7. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão



PREFEITURA DE
CAUCAIA

**Secretaria Municipal de
Gestão e Governo – SGG**

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE
LICITAÇÕES



domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

d.8. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

d.9. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

d.10. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

d.11. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

d.12. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

d.13. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

e. Declarações

e.1. Declaração de que a interessada atende aos requisitos de habilitação e de que o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

e.2. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

e.3. Declaração expressa de integral concordância com os termos do termo de referência e seus anexos;

e.4. Declaração, sob as penalidades cabíveis, de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, ficando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

e.5. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

ANEXO III – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE DE INTERESSE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO DO MUNICÍPIO DE CAUCAIA/CE, CONFORME EMENDA Nº 202341380006 DO MINISTÉRIO DA CIDADANIA.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO (ART.18º, §1º, INCISO I DA LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021)

Considerando que, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho recebeu indicação de Emendas Parlamentares através de programações inseridas na plataforma do Sistema de Gestão de Transferência Voluntária – SIGTV, transferências diretas do Fundo Nacional de Assistência Social para os Fundos Municipais de Assistência Social, Transferências Fundo a Fundo e na plataforma do TRANSFEREGOV, onde são realizadas transferências de recursos oriundos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, neste caso, oriundo diretamente do Ministério da Cidadania.

Considerando que, as Emendas Parlamentares inseridas no SIGTV foram incluídas através das Programações número 202341380006, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para aquisição de Material Permanente.

Considerando que, no TRANSFEREGOV a inserção da emenda parlamentar foi realizada através da modalidade Transferências Especiais, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para aquisição de cuja destinação para as OSC serão regulamentadas conforme dispõe os requisitos da Lei Nº 13.019/2014;

É de responsabilidade do ente municipal a aquisição de bens, conforme descreve o Guia de Orientações da Portaria Nº 580/2020 no item 23, quanto à utilização dos recursos quanto estes tenham como objetos material permanente, cujos beneficiários sejam uma entidade sem fins lucrativos, conforme segue:

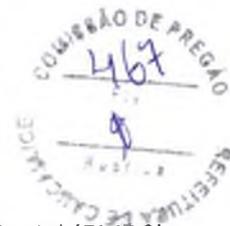
23. Em caso de recebimento de recurso para aquisição de equipamento, material permanente ou veículos, cujo beneficiário é uma entidade privada sem fins lucrativos (unidades referenciadas), deve-se licitar ou transferir o recurso? Por força do disposto no art. 26, da Portaria MC nº 580/2020, e observado o regulamento de licitação vigente, a aquisição dos equipamentos, materiais permanentes e veículos deve ser realizada pelo ente municipal, estadual ou distrital, por meio de licitação.

Esta aquisição atenderá demanda da organização de Sociedade Civil Lar Três Irmãs, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho (SDST) e do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), considerado o disposto na Portaria MC Nº 580/2020, na portaria MC nº 69, de 24 de junho de 2022, na resolução do CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, por meio de emenda individual via Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), GND4- Estruturação da rede de serviços do SUAS, programação 230370920230002, número processo SEI: 71000075279202328.



PREFEITURA DE
CAUCAIA

**Secretaria Municipal de
Gestão e Governo – SGG**
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE
LICITAÇÕES



Os equipamentos serão incorporados ao patrimônio do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de Caucaia e cedido para uso da organização da sociedade civil Lar Três Irmãs, através de cooperação, conforme disposto na Lei Federal Nº 13.019/2014.

2. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL, SEMPRE QUE ELABORADO, DE MODO A INDICAR O SEU ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO (ART.18º, §1º, INCISO II DA LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021)

Conta o presente objeto provisionado junto ao PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL - PCA para o exercício de 2024, com o ID do item no PCA de ID n.º 07616162000106-0-000001/2024.

O presente estudo foi confeccionado com base na DFD Nº 89, constante no Plano anual de contratações citado acima.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (ART.18º, §1º, INCISO III DA LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021)

Os bens têm natureza de bens comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Para julgamento quando do certame licitatório, entende-se necessário que o proponente vencedor apresente os seguintes requisitos:

a) Requisitos de habilitação para julgamento:

Os documentos de habilitação poderão ser aqueles exigidos no art. 62 da Lei Federal n.º 14.133/21, contudo, a relação detalhada dos documentos os quais serão requisitados para fins de habilitação no certame, serão aqueles constantes do termo de referência, a ser confeccionado tomando como base as perspectivas, especificidades, requisitos e demais informações trazidas e abordadas neste estudo.

b) Requisitos para fins de contratação:

Não haverá requisitos formais a serem exigidos para fins de contratação, contudo, deve ser observado as condições de participação e capacidade de atendimento da empresa a ser contratada.

c) Requisitos para o fornecimento:

Em caso de eventual contratação, a contratada deverá fornecer os bens, em rigorosa e estrita obediência às prescrições e exigências contidas em Edital, Termo de Referência e demais documentos acostados aos autos.

Assim, para o problema (objeto de estudo) ser solucionado, entende-se necessário que a contratação apresente os requisitos mínimos. Estes requisitos e padrões mínimos de qualidade serão detalhados no edital de licitação a ser elaborado pelas Secretarias, garantindo a transparência, a competitividade e a eficiência do processo de contratação do material.



PREFEITURA DE
CAUCAIA

**Secretaria Municipal de
Gestão e Governo – SGG**
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE
LICITAÇÕES



3.2. Das condições de entrega:

3.2.1. O fornecimento dos produtos licitados poderá ser feito de forma fracionada ou em sua totalidade, de acordo com a necessidade do órgão interessado durante o prazo de contratação, mediante a expedição de periódicas **ORDENS DE COMPRA/AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO/NOTA DE EMPENHO**, pela unidade administrativa contratante, constando a quantidade de itens a serem entregues.

3.2.2. Os produtos deverão ser entregues em até **10 (DEZ) DIAS**, a contar da emissão da **ORDEM DE COMPRA/AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO/NOTA DE EMPENHO**.

3.2.3. Os produtos deverão ser entregues no(a) Almoxarifado da Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho ou nos locais determinados pela CONTRATANTE.

3.2.4. A demanda correspondente a **ORDEM DE COMPRA/AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO/NOTA DE EMPENHO** deverá ser entregue em remessa única.

3.2.5. Todo e qualquer fornecimento de produtos fora do estabelecido será imediatamente notificado à licitante vencedora que ficará responsável por substituí-los, o que fará prontamente, no prazo máximo de 24 horas, ficando entendido que correrão por sua conta e risco tais substituições, sendo aplicadas, também, as sanções previstas deste edital.

3.2.6. A empresa notificada será responsável pela troca (recolhimento e/ou substituição) do produto que apresentar problemas, mesmo que a verificação se dê após o recebimento do produto.

3.2.7. A empresa vencedora, sem prejuízo de sua responsabilidade, deverá comunicar à fiscalização do Município de Caucaia/CE, por escrito, qualquer anormalidade verificada no fornecimento ou no controle do fornecimento, bem como qualquer fato que possa colocar em risco a segurança e a qualidade dos produtos dentro dos parâmetros pactuados.

4. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHEM DÃO SUPORTE, QUE CONSIDEREM INTERDEPENDÊNCIAS COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA (ART.18º, §1º, INCISO IV DA LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021)

A estimativa do quantitativo é considerando os recursos já recebidos para este objetivo, onde a Organizações da Sociedade Civil se encontram devidamente inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social e no Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social – CNEAS que as torna apta ao recebimento de novos recursos de Emenda Parlamentar, que por sua vez, poderão ter indicação de recursos cuja despesa seja para investimentos.

Os bens a serem fornecidos deverão segui as especificações, conforme a tabela abaixo descrita:

LOTE 01 - ELETROELETRÔNICO

ITEM	CÓDIGO CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTDE
01	119	APARELHO DE ARCONDICIONADO (12 MIL BTUS) Especificação: aparelho de arcondicionado 12 mil Btus, com filtro HD Silver Ion + Carvão ativado. Com modos: Eco, Silêncio, Perturbe, Apaga o display indicador. Com serpentina de cobre, maior resistência e durabilidade da unidade externa, especialmente em ambientes salinos, prolongando a vida útil do aparelho. Ciclo Frio. Capacidade Térmica (BTU/h)12000. Tecnologia Convencional. Tensão de alimentação 220V ~ 60Hz. Potência nominal (W)-Frio1085. Classificação Inmetro E. Vazão de ar da unidade evaporadora (Refrigeração / Aquecimento) (m3/h) 600. Tipo de refrigerante R410A. Garantia 2 anos.	Unid.	3

02	<p>APARELHO DE SOM (CAIXA DE SOM PORTÁTIL) Especificação: aparelho de som portátil tipo caixa amplificada. Potência: 250W RMS. Transmissão via bluetooth, conecta o celular ou serviço de streaming de música online utilizando o Bluetooth, sem precisar de cabo. Bateria interna recarregável e bivolt, pode ser carregada em voltagem 127V e 220V. Função TWS (True Wireless Stereo) permite conectar duas caixas amplificadas múltiplas conexões (USB/AUX/MIC/GUITAR): Entradas para conectar microfone, Pen Drive, MP3, MP4 e instrumentos musicais. Alto falante 8". Display digital: Facilita a visualização das funções e frequências. Rádio FM estéreo. Compatível com: Microfone, celular, notebook, televisão, violão, guitarra, teclado, entre outros.</p>	Unid.	1
03	<p>ASPIRADOR DE PÓ (20L) - Aspirador de Água e Pó 20L 1650W Inox EAI20I 220V - Capacidade do Reservatório (L) 20L, Consumo (kWh) 16,7kWh/mês, Cor Inox, Garantia do Produto 12 meses, Acessórios Inclusos: 1 mangueira de 1,5m, 3 tubos plásticos de 345mm, 1 bocal fino para limpeza de sofás e bancos, 1 saco coletor de tecido, 1 adaptador escova para chão, 1 filtro esponja 4 rodas. Informações Técnicas: Potência de sucção: 16,5 kPa (165mBar) Comprimento do fio de energia elétrica: 3 metros Medida. Potência 1650W. Voltagem 220V</p>	Unid.	1
04	<p>BEBEDOURO COLUNA, PARA GARRAFÃO. Especificação: bebedouro tipo coluna para garrafão, com sistema abre fácil através de perfurador. Água gelada ou natural. Com Armário na Parte Inferior. Fornece 1,6 Litros de água gelada por hora. Ecológico Compressor com gás ecológico que não agride o meio ambiente. Baixo ruído. Consumo (kWh) 10,0 kWh/mês. Cor Branco. Frequência (Hz) 60Hz. Garantia 1 ano. Gás Refrigerante R600a. Informações Adicionais Classe de isolamento: II. Capacidade de refrigeração: 1,6l/h. Potência 130W. Voltagem 220V</p>	Unid.	3
05	<p>CÂMERA DE SEGURANÇA. Especificação: câmera HD 720p HDCVI com Lente 2.8mm Visão Noturna 20m Resistente à Chuva IP66 - Sensor 1/4" 1 megapixel CMOS. Pixels efetivos 1280 (H) x 720 (V). Linhas horizontais 1280 (H). Resolução real HD (720p). Lente 2.8 mm. Alcance IR 20 m. IR inteligente Sim. Quantidade de LEDs 2. Comprimento de onda LED IR 850nm. Formato do vídeo NTSC. Protocolos de vídeo HDCVI. Relação sinal-ruído ≥65 dB. Sincronismo Interno. Íris Eletrônica. Day & Night Automático (Ajustável), Colorido, P&B. Troca Automática do Filtro (ICR) Sim. Íris Eletrônica. Day & Night Automático (Adjustable), a cores, P&B. Troca Automática do Filtro (ICR) Sim. Controle Automático de Ganho (AGC) ON. Compensação de Luz de Fundo (BLC) ON/OFF. Wide Dynamic Range (WDR) Sim (DWDR). Balanço de branco Automático. Modo de imagem Padrão / Suave / Vivo. Ajuste de imagem Brilho/Contraste/Nitidez/Saturação/ Cromo/Gamma. Idiomas do menu OSD Português. Redução Digital de Ruído (DNR) 2D. Saída de vídeo 75 Ω BNC fêmea. Alimentação Conector P4 fêmea. Consumo máximo de corrente 170mA. Consumo máximo de potência 1,8 W. Tensão 12 Vdc. Range de tensão 10% (10,8 ~ 13,2Vdc). Proteção antisurto 15 KV (Vídeo e alimentação)". Dimensões (L x A x P) (A x Ø) 54 x 154 x 54 mm. Peso 150g. Cor case Branco. Tipo case / material Bullet / Plástica. Grau de proteção IP66. Local de instalação Interno e Externo. Temperatura de armazenamento (-) 20 ° C a 50 ° C. Temperatura de operação (-) 20 ° C a 50 ° C. Umidade relativa de armazenamento 20% a 90% RH. Umidade relativa de operação 20% a 90% HR.</p>	Unid.	10
06	<p>CÂMERA FOTOGRÁFICA PROFISSIONAL. Especificação: Sensibilidade ISO: Foto: 100-6400 (Exp. até 12800) Vídeo: 100-6400. Cartão de Memória: 1x SD SDHC SDXC (Compatível com UHS-I). Flash Pop-Up: Sim. Sistema de Foco Automático: Sistema de detecção de diferença de fase. Ponto de Foco: 9 pontos de AF, sendo o ponto central do tipo cruzado. Visor: Visor Óptico. Tela LCD: 3,0" 920000 pontos. Conexões Sem Fio: Wi-Fi 2.4GHz NFC. Bateria: LP-E10. Dimensões: 129,54 X 25,4 X 78,74 mm. Fotos por Segundo: Até 3 fps.</p>	Unid.	1
07	<p>CHUVEIRO (ELÉTRICO). Especificação: Chuveiro Elétrico Multitemperatura 220V 6800W. Controle de Temperatura do Chuveiro Multitemperatura. Tensão Elétrica 220V. Potência 6800 W. Quantidade de Temperaturas 4 Temperaturas. Quantidade de Jatos 1 jato(s). Pressão Indicada Alta Pressão. Pressão de Funcionamento Mínima 1,00 mca. Pressão de Funcionamento Máxima 40,00 mca. Disjuntor 40,00 A. Fiação Mínima 6,00 mm. Fixação do Chuveiro Através de Cano. Não Acompanha Cano. Acompanha Desviador. Vazão 3 L/min. Material Plástico. Cor Branco. Classe de Eficiência Energética E. Consumo de Energias 28,60 KWh/mês. Proteção Contra Choques Compatível com Dispositivo DR</p>	Unid.	5
08	<p>CIRCUITO INTERNO DE TV. Especificação: circuito interno de TV, HD 720p HDCVI Visão Noturna 20m Proteção IP66. Itens Inclusos no Kit: 04 Câmeras VHC 1120 B. 01 DVR Gravador MHDX 1004-C 4 Canais. 01 Cabo Coaxial Flexível 80% Malha, Bobina 100M. 01 Fonte Chaveada 12V 5A Tipo Colmeia Ideal para</p>	Unid.	1

	CFTV. 08 Conectores BNC Macho com Mola de parafuso. 04 Conectores P4 de Borne para Alimentação 12V. 01 HD para Armazenamento de 500GB		
09	CLIMATIZADOR. Especificação: climatizador, tipo portátil, potência 150 W, reservatório com capacidade de 60 litros, ciclo de ar frio, fluxo de ar: 4000l/min. Tensão: 220V. Com proteção para bomba. Possibilidade de abastecimento superior e lateral. Garantia de fabricação de 12 meses.	Unid.	4
10	FOGÃO INDUSTRIAL. Especificação: fogão industrial eco 4 bocas, 2QS/2QD, 30X30, com porta painelas, baixa pressão, cor: grafite altura aproximada: 83 cm. Comprimento aproximado: 73 cm Profundidade: 84 cm. Grelha: 30x30 cm ferro chato ½. Queimador: ferro fundido baixa pressão. Material: chapa de aço galvanizada. Pintura: eletrostática.	Unid.	1
11	FORNO ELÉTRICO. Especificação: forno elétrico, tipo: de bancada. Capacidade 60 litros, tensão 220V. Eficiência energética A+.Funções: Aquece, assa, tosta, gratina e grelha. Timer com alarme sonoro. Pegador para grelha. Luz interna. Grelha em inox com regulagem de altura. Bandeja coletora limpa fácil.	Unid.	2
12	FORNO MICROONDAS. Especificação: forno Micro-ondas de bancada, com capacidade para 31 litros, cor Branco, com Pannel Integrado e Display, potência de 1500w. Classificação energética A e display econômico. função manter aquecido. função Tira Odor. Prato giratório. Relógio. Tecla descongelar. Trava de segurança. Classificação energética: A.	Unid.	2
13	FREEZER (HORIZONTAL, 02 PORTAS) - Gabinete interno em aço galvanizado com cantos arredondados, Gabinete externo pintado a pó, Gás R134a, Tampas balanceadas, Rodízios rotativos, Dreno frontal com tampa, Dimensões aproximadas da embalagem AxLxC (mm) 930 x 1005 x 695, Capacidade total 325 Litros Tensão (V) 220V	Unid.	1
14	GELADEIRA. Especificação: geladeira frost free, duplex, 410 litros, Controle Interno de Temperatura, cor Branca, voltagem: 220v. Compartimentos ajustáveis na porta. Economia de energia. Filtro Antiodor. Gelo Extra. Iluminação em LED. Gavetão transparente de frutas e legumes. Função turbo. Espaço Frio.	Unid.	1
15	LAVADORA DE ROUPA. Especificação: máquina de lavar roupas, Capacidade de lavagem 8,5 kg, cor: branca, turbo Economia. programas personalizados. funções Turbo Agitação e Turbo Secagem. Consumo de energia 0,26 (KWh/Ciclo). Sistema de lavagem Agitação. Tipo de abertura superior. Plugue 10A. 4 níveis de quantidade de roupa. Cesto Polipropileno. Dispenser Autolimpante. Dispenser para alvejante. Dispenser para amaciante. Dispenser para sabão em pó. Dispenser para sabão líquido. Filtro elimina fiapos. Pannel mecânico. Programas de lavagem 12. Sistema de lavagem Agitação. Visualizador de etapas de lavagem. Reaproveitamento de água. Pés niveladores. Funções Turbo Agitação, Turbo Secagem, Reutilização de Água, Avança Etapas, Perfect dilution. Ciclos rápidos. Programas Pesado/jeans, Tira manchas, Limpeza de cesto, Rápido, Tênis, Edredom, Escuras, Coloridas, Brancas, Cama & banho, Delicado, Normal. Etapas de lavagem Molho longo, Molho normal, Molho curto, Enxágue, Centrifugação. Tensão: 220V. Conteúdo da embalagem 1 máquina de lavar, 1 guia rápido, 1 curva da mangueira	Unid.	2
16	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL. especificação: liquidificador industrial com capacidade para 8 litros, tensão 220v, potência elétrica 1200w, frequência 50hz / 60hz, potência motor 3/4 CV (HP), rotação 3500 rpm, corpo aço inox escovado, copo aço inox 304 escovado – monobloco capacidade 8 lts, tampa plástico, facas aço inox 304, altura 735mm, largura 260mm, profundidade 250mm, conformidade portaria 371 – nr12.	Unid.	2
17	MICROFONE. Especificação: microfone, sem fio, estojo com 02 unidades, controlado com cristal 15 ppm, e uma chave para cancelar o circuito. circuito resistente à reverberação e tem mudança suave de saída. Com alta resistência a ruídos periféricos; Função de supersilêncio, baixo THD; Sem estalo ao acionar a chave, para proteção do amplificador e alto falantes; Indicadores de estado de trabalho e nível de bateria; Canal duplo possibilitando a utilização de dois microfones ao mesmo tempo sem nenhum distúrbio. Informações Técnicas: 2 Bastões; Canal Individual, Faixa de Frequência de Transmissão: 180 - 270 MHZ, banda alta de VHF; Estabilidade da Frequência: 0.005%; Faixa Máxima de Desvio: 15kHz; Resposta de Frequência: 40Hz - 20KHz; Taxa Sinal / Ruído: 100dB; Alcance Dinâmico de Áudio: 100dB; THD: 0,5%; Alimentação: 4 Pilhas AA (inclusas); Controle de Volume Individual; Distância de. Funcionamento da Base 50 metros. Especificações do Microfone (Bastão): Potência de Saída RF: 30 mW (máxima); Emissões de Espúrias: Acima de 45 dB na onda modulada; Antena: Dupla	Unid.	1

Embutida; Captador do Microfone: Dinâmico unidirecional; Bateria: Pilhas AA padrão; Consumo: Cerca de 25mA; Duração da Bateria: Superior a 8 horas de uso contínuo; Modulação FM; Resposta de Frequência 40Hz - 20kHz; Sistema de Transmissão VHF; Conector de Saída P10 (1/4"); Cápsula Dinâmica Unidirecional; Led Indicador de AF e RF no Painel; Controle de Volume Individual; Alimentação 2x Pilhas AA 1,5V DC; Especificações Receptor: Sistema de Recepção: Frequência fixa controlada por quartzo; Sensibilidade de Recepção: Taxa de Sinal / Ruído de 60 dB (12dBu); Taxa Sinal / Ruído: >100 dB; Nível de Saída de Áudio: Modo não-balanceado do canal A + B: 0 - 0,5 V / 5 kΩ; Alimentação: Bivolt AC 110V/220V. Tipo de microfone Dinâmico, Padrão polar Unidirecional, Resposta de frequência 40Hz - 20KHz, Quantidade de Microfones 2 microfones, Alcance Aproximadamente 50 metros, Tipo de modulação VHF, Canais 2 canais independentes, Faixa de frequência 180 MHz - 270 MHz, Alimentação Microfones: 2 pilhas AA | Receptor: Bivolt

NOTEBOOK. Especificação: notebook, processador Intel® Core™ i7-1255U de 12ª geração (núcleos de eficiência de até 3,50 GHz, núcleos de desempenho de até 4,70 GHz). Sistema Operacional Windows 11 Home Single Language 64 (Português BR). Tela 15,6" HD (1366 x 768), TN, antirreflexo, sem toque, 45%NTSC, 220 nits, 60Hz. Memória 16 GB (8 GB DDR4-3200MHz (Soldado) + 8 GB DDR4-3200MHz (SODIMM)). Armazenamento 512 GB SSD M.2 2242 PCIe Gen4 TLC. Garantia 1 ano Serviço de transportadora ou Assistência técnica. Alto falante Stereo, Dolby® Audio™. Carregador 65W. Placa de Vídeo. Placa gráfica Intel® Iris® Xe integrada. Portas 1x USB 2.0, 1x USB 3.2 G1, 1x USB-C 3.2 Gen 1, 1x HDMI 1.4b, 1x Card reader. Bateria Polímero de lítio de 3 células. Outros HD 1 MP com microfone de matriz dupla e obturador de privacidade. Teclado Cinza - Português (Brasil). Dispositivo Apontador Touchpad. Conectividade 11AC (2x2) & Bluetooth® 5.0

PROJETOR MULTIMÍDIA. Especificação: projetor multimídia, full HD de até 1.382.400 pixels, com correção de ângulo de imagem, alto falante integrado, Conexões: Wi-fi, Energia: Bivolt, Entradas: HDMI, USB, VGA, AV, Compatibilidade: Android, IOS, Sistema: Operacional – Linux, Cor: Preto, Sistema De Projeção: LCD TFT display, Resolução Nativa: 1920x1080, Brilho: 4500 Lumens, Contraste: 4000:1, Rotação De Imagem: 360°, Lente: Foco manual, Lâmpada: LED, 50.000 horas de vida, Zoom: Eletrônico, Projeção De Tela: 50-250", Keystone: +/-15 graus

REFLETOR (100W0) Especificação: refletor holofote led 100w branco frio, Altura do produto montado 23 centímetros, Comprimento do produto montado 5 centímetros, Largura do produto montado 18 centímetros, Cor Preto, Material Alumínio, Vidro temperado, Voltagem 100 Volts, Fonte de alimentação Elétrico com fio, Tipo de instalação de interruptor, Montagem na parede, Tipo de lâmpada LED, Potência em watts 100 watts

SECADORA DE ROUPA. Especificação: secadora de roupas, Capacidade 12 kg. Cor Branca. Par com Lavadora. Tipo de Abertura da Porta Frontal. Tipo de instalação Freestanding. Porta reversível Sim. Filtro Duplo filtro. Sistema de secagem Tombamento. Função Passa Fácil. Número de programas 8. Antirrugos extra. Adiar início. Opções de duração 30, 60 e 90 min. Silenciosa. Programas de secagem 8 programas. Tipo de secagem Ventilação. Opções de temperatura Mínima, média, máxima. Opções de secagem Passa fácil, seco, extra eco. Visualizador de Etapas de Lavagem. Capacidade de secagem. 12 Kg. Tensão: 220(V)

SMARTPHONE. Especificação: Aparelho telefônico tipo smartphone, 5G, dual sim, desbloqueado. Sistema operacional Android 13.0. RAM 4 GB. Capacidade de armazenamento da memória 64 GB. Tamanho da memória RAM instalada 4 GB. Capacidade de armazenamento digital 4 GB. Certificação ANATEL. Bateria de Íon de Lítio baterias inclusas. Tecnologia de conexão: Bluetooth, Wi-fi, USB. GPS Verdadeiro. Características especiais Dual SIM, GPS integrado, Memória expansível. Tamanho de tela vertical 6,6 Polegadas. Entrada de usuário Tela Sensível ao Toque. Resolução 1080 x 2408. Com câmera Traseira, Frontal. Formato Barra. Cor Preto. Componentes inclusos Ejetor da bandeja SIM, Cabo USB

TABLET. Especificação: tablete, tamanho 10,5", com processador Octa Core com 2GHz de Velocidade. Tela de 10.5" (266.9mm) com Resolução de 1920 x 1200 (WUXGA), Tecnologia TFT e Profundidade de Cor 16M. Câmera: Traseira - Resolução: 8.0 MP, Foco Automático: Sim, Flash: Não. Frontal - Resolução: 5.0MP. Resolução de Gravação de Vídeos: FHD (1920 x 1080) @30fps. Memória RAM (GB): 4 GB. Memória Total Interna (GB)*: 64 GB*. Memória Disponível (GB)*: 47.5 GB. Suporte ao Cartão de Memória: MicroSD (Up to 1TB). Rede / Bandas: 2G GSM: GSM 850, GSM 900, DCS 1800, PCS1900. 3G UMTS: B1 (2100), B2 (1900), B4 (AWS), B5 (850), B8 (900). 4G FDD LTE: B1 (2100), B2 (1900), B3

18

Unid. 1

19

Unid. 1

20

Unid. 5

21

Unid. 1

22

Unid. 2

23

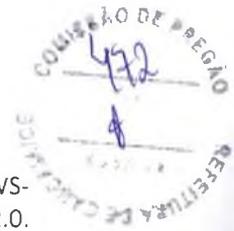
Unid. 2



PREFEITURA DE
CAUCAIA

**Secretaria Municipal de
Gestão e Governo – SGG**

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE
LICITAÇÕES



(1800), B4 (AWS), B5 (850), B7 (2600), B8 (900), B12 (700), B17 (700), B20 (800), B28 (700), B66(AWS-3). 4G TDD LTE: B38 (2600), B40 (2300), B41 (2500). Conectividade: Versão de USB: USB 2.0. Localização: GPS, Glonass, Galileo, QZSS. Conector de Fone de Ouvido: Conexão 3.5mm Estéreo (Padrão P2). Wi-Fi: 802.11 a/b/g/n/ac 2.4G+5GHz, VHT80. Wi-Fi Direct: Sim. Versão de Bluetooth: Bluetooth v5.0. Perfis de Bluetooth: A2DP, AVRCP, DI, HFP, HID, HOGP, HSP, MAP, OPP, PAN, PBAP. PC Sync: Smart Switch (Versão para PC). Sistema Operacional: Android. Cor: Cinza. Formato: Tablet. Sensores: Acelerômetro, Giroscópio, Geo Magnético, Sensor de Efeito Hall, Sensor de Luz. Especificações Físicas: Dimensões (AxLxP, mm): 161.9 x 246.8 x 6.9. Peso (g): 508. Bateria: Capacidade da Bateria (mAh, Typical): 7040. Removível: Não. Áudio e Vídeo: Formato de Reprodução de Vídeo: MP4, M4V, 3GP, 3G2, AVI, FLV, MKV, WEBM. Resolução de Reprodução de Vídeo: FHD (1920 x 1080) @60fps. Formato de Reprodução de Áudio: MP3, M4A, 3GA, AAC, OGG, OGA, WAV, AMR, AWB, FLAC, MID, MIDI, XMF, MXMF, IMY, RTTTL, RTX, OTA. Serviços e Aplicativos: Gear Support. Galaxy Buds Pro, Galaxy Buds Live, Galaxy Buds+, Galaxy Buds2, Galaxy Buds, Gear IconX (2018). Mobile TV: Não. Conteúdo da embalagem: 1 Tablet. 1 Carregador de 7.75W. 1 Cabo de Dados. 1 Pino extrator de chip. 1 Quick User Guide (Guia Inicial de Usuário)

24

TANQUINHO DE LAVAR ROUPA. Especificação: lavadora de roupas, tipo tanquinho, semi automática, com capacidade para 20 kg de roupas, Abertura superior, Eficiência energética A. Tipo de água: fria. Com filtro de pêlos. Dispense duplo.

Unid. 2

25

TELA DE PROJEÇÃO. Especificação: tela de projeção RETRÁTIL, ELÉTRICA, 84 polegadas, indicação para uso educacional, corporativo e governamental. Acionamento através de controle remoto sem fio ou por botoeira (interruptor). Superfície de Projeção: Matte White. Tecido lavável com água e sabão neutro. Estojo metálico e perfil inferior confeccionados em alumínio, com acabamento em pintura eletrostática na cor branca, resistente a riscos e corrosão. Fixação Parede ou teto. Alimentação 220v. Parada regulável (fim e começo de curso). Motor tubular silencioso. Controle remoto por RF (rádio frequência). Funcionalidade Tela para projeção: Modelo Elétrico. Enrolamento do Tecido Automático. Formato 4:3 Vídeo. Polegadas 84. Fixação Parede ou Teto. material do produto Alumínio com pintura eletrostática; Equipamentos Compatíveis Projetores. Voltagem 220v. Conteúdo da embalagem 1 Tela Elétrica; 1 Controle Remoto s/fio; 4 buchas 8mm; 4 parafusos 4,8x50; Manual de Instalação. Largura aproximada do estojo (suporte a suporte) 1,86 m. Dimensões aproximadas da área de projeção - LxA 1,71 x 1,28 m.

Unid. 1

26

TELEVISÃO. Especificação: televisão 50", led, 4k, UHD, tecnologia High Dynamic Range (HDR), com Wifi dual band, controle por aplicativo, compatível com Google Assistant. Alexa e Apple homekit. Tensão de alimentação e consumo 100-240~ 50/60HZ. Consumo máximo 95W. Controle por aplicativo para AndroidTM e iOS, possibilitando utilização de smartphone para realizar várias ações como: trocar de canal, aumentar volume, enviar foto e ouvir o som da TV através do próprio. Smartphone (com um smartphone compatível).

Unid. 2

27

VENTILADOR: Especificação: ventilador de teto, com base circular e capacidade de rotação de 360°, 50 cm de diâmetro. grade de plástico. Cor preto. Voltagem: bivolt. Garantia de fábrica de 12 meses. 170 watts de potência. Deve acompanhar kit parafuso pra montagem.

Unid. 10

LOTE 02 - MOBILIÁRIO

ITEM	CÓDIGO CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTDE
01	119	ARMÁRIO EM AÇO. Especificação: armário em aço, fechado, medindo 160X75x40. 2 Portas Cinza Com Tranca Para Cadeado. Ideal para guarda volumes. Veneziana por porta para ventilação. Sistema de tranca invertidas que dispensa a utilização de parafusos. Confeccionado em chapa de aço nº 26. Com tratamento antiferrugem pintura eletroestática. Totalmente montável, dispensa a utilização de parafusos. Pés removíveis em polipropileno com regulagem de desnível de alto impacto na cor preta. Capacidade por prateleira 15kg. Com Furação para Ventilação. Reforço Interno por Porta. Produto de Acordo Com as Normas NR-18 e NR-24.	Unid.	1
02		CADEIRA ADULTO DE PLASTICO. Especificação: Cadeira adulto de plástico tipo bistrô, com braço, cor: Branco, medidas aproximadas: 87x39x38,5cm, Capacidade: 120Kg, Antiderrapante.	Unid.	20

03	CADEIRA DE ESCRITÓRIO COM RODINHAS. Especificação: Cadeira de Escritório Secretária Giratória com braço regulável, Tecido Cor Cinza. Peso máximo recomendado 110 Quilogramas. Dimensões da embalagem 54 x 53 x 23 cm; 7 quilogramas.	Unid.	2
04	MESA DE ESCRITÓRIO. Especificação: mesa de escritório sem gavetas tampo reto, medidas aproximadas: 1210mmx615mm. Confeccionado madeira MDP BP 15m espessura. Revestido com laminado melamínico cor cinza. Acabamento das bordas com perfil PVC flexível. Pés confeccionados em aço com tratamento antiferrugem pintura eletrostática, tipo H com base em tubo oblongo com sapatas niveladoras para corrigir desníveis do piso. Partes em aço com tratamento anticorrosivo. Com sapatilhas reguladoras de desnível de piso.	Unid.	1
05	MESA PARA REFEITÓRIO COM BANCOS. Especificação: conjunto de mesa para refeitório com 02 bancos de metal, totalizando para 6 lugares. Fabricado com estrutura metálica e tampo em mdp. escala de brilho: fosco. material do tampo: mdp. suporta até (kg): 110 Dimensões aproximadas: Altura (cm): 73 cm Largura (cm): 155 cm Profundidade (cm): 80 cm Peso (kg): 39.2 kg acabamento: melamínico estilo: industrial.	Unid.	1
06	POLTRONA. Especificação: Poltrona decorativa reforçada, suporte até 120kg. Produto é enviado montado. Travamento da estrutura com grampos em aço galvanizados e parafusos com flange de 5 mm; Acento sustentado por persintas elásticas; Madeira de reflorestamento eucalipto; Tecido Suede.	Unid.	5
07	RELÓGIO DE PAREDE. Especificação: relógio de parede redondo econômico, Preto, 21,7cm. Funcionamento com pilha nova de tamanho AA 1,5V, preferencialmente alcalina no compartimento da parte de trás do relógio.	Unid.	1

LOTE 03 - UTENSÍLIOS DE ACESSIBILIDADE

ITEM	CÓDIGO CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTDE
01	119	ANDADOR ADULTO. Especificação: andador para adulto, em alumínio, dobrável, desmontável, com 4 Rodas com assento e cesto. Assento acolchoado, lavável, de esponja de alta densidade, revestido em PVC, que suporta um peso de até 100 Kg. Com cesto em nylon para guardar objetos. 8 níveis de regulagem de altura, entre 1,55 m a 1,85 m; Sistema de freio duplo que ajuda no controle de velocidade durante o deslocamento; Pintura eletromagnética epóxi de alta resistência; Freios na manopla, ativos em movimento ou travado quando sentado; Apoios de mão emborrachado, macio e anatômico, de fácil limpeza ou substituição; Rodas de PVC 8 polegadas; Freios individuais nas rodas traseiras e freio de estacionamento.	Unid.	2
02		CADEIRA DE BANHO. Especificação: Cadeira de banho higiênica Idoso dobrável aço 100 Kg	Unid.	2

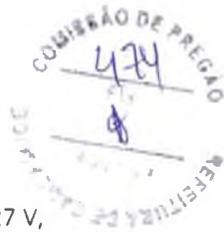
LOTE 04 - UTENSÍLIOS GERAIS

ITEM	CÓDIGO CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTDE
01	119	CARRO FUNCIONAL DE LAVANDERIA. Especificação: carro funcional de lavanderia com capacidade de 420L. Estrutura com Acabamento pintura eletrostática a pó. Cor padrão cinza. Estrutura tubular com tubo redondo 1" parede 1.90 mm. Base chassi com tubo quadrado (30x30) parede 1.90 mm, com reforços transversais. Cuba de polietileno tipo nylon com capacidade 420 litros. Composto por 04 rodas de poliuretano maciço c/ rolamento. Rodas com tamanho de 6 polegadas (15.00 cm). Rodas especiais para cargas pesadas. Na dianteira 2 rodízios giratórios e traseira placa fixa. Capacidade de Carga: 500 kg. Peso Bruto: 24 kg. Produto recomendado especialmente para lavanderias ou hospitais. 1 Ano de Garantia contra defeitos de fábrica que venham prejudicar seu funcionamento. MEDIDAS INTERNAS DA CUBA: Comprimento: 100 cm. Largura: 68 cm. Profundidade: 68 cm.	Unid.	2
02		COLCHÃO PNEUMÁTICO. Especificação: colchão pneumático, sem motor, para até 135 Kg, impermeável; compatível com todas as marcas de motores de pressão alternada; sem interferência elétrica com marcapassos; Tempo inicial de 15 minutos para inflar;	Unid.	3
03		COLCHÃO. Especificação: Colchão Solteiro D23 Liso, em espuma. Tipo Padrão. Cor Preto. Medidas aproximadas: Altura 14,00 cm x Largura 78,00 cm x Comprimento 1,88 cm	Unid.	50



**Secretaria Municipal de
Gestão e Governo – SGG**

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE
LICITAÇÕES



04	CORTADOR DE GRAMA. Especificação: cortador de grama com motor de 1000 W de potência, 127 V, 50/60 Hz, corrente nominal de 4,6 A. Rotação máxima de 10.000 rpm. Diâmetro de corte de 28 cm. Fio de nylon com 1,8 mm de espessura e 8 m de comprimento. Abastecimento automático do fio. Fixa-cabo, evita que o cabo elétrico desconecte do plug. alça incorporada ao corpo do aparador. protetor inferior assimétrico. Limitador do fio de nylon. alça da empunhadura regulável e ergonômica. braço do aparador em pintura eletrostática a pó. Área de corte indicada de 100 m ² .	Unid.	1
05	GRADE DE CAMA. Especificação: grade de cama adaptável a quase todos os tipos de cama, dobrável e fácil de guardar, não necessita furação	Unid.	30
06	SUORTE PARA PROJETOR. Especificação: suporte para projetor de teto universal de fácil instalação, fixação através de 4 pontos roscados. Material: Aço. Pintura: Eletrostática preto fosco. Peso Suportado: 10 Kg de peso máximo sustentado; Suporte articulado de 3 movimentos: Rotação de até 360º - Permite inclinação vertical de até 15º - Distância do teto: 25x35 cm (min-max);	Unid.	2
07	SUORTE PARA TELA DE PROJEÇÃO. Especificação: suporte para tela de projeção. Medidas: Altura Mín.: 1,29 m. Altura Máx.: 4,00 m. Produzidos com tubos de alumínio anodizado de alta qualidade, haste 03 seções, pino 3/8" com rosca UNC e conexão para telão.	Unid.	1

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO, QUE CONSISTE NA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS, E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR (ART.18º, §1º, INCISO V DA LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021)

Considerando as demandas identificadas nesta análise, a resolução eficaz dessas necessidades requer a contratação de uma empresa especializada cuja atuação esteja alinhada com o escopo pretendido.

Procedemos à análise de contratações semelhantes realizadas por outros órgãos e entidades, consultando diferentes editais com o propósito de identificar eventuais metodologias, tecnologias ou inovações que pudessem oferecer um melhor atendimento às exigências da Administração. Não foram identificadas variações substanciais na aquisição do objeto, destacando-se que as diferenças observadas residem na modalidade de licitação aplicada, conforme as normativas vigentes.

Desta forma, a aquisição dos materiais delineados no presente Estudo Técnico Preliminar é frequentemente adotada por vários municípios brasileiros. Nesse contexto, verifica-se uma extensa gama de empresas com profissionais qualificados e prontos para realizar produção e comercialização dos bens em questão, atendendo plenamente aos requisitos estabelecidos no presente documento.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, QUE PODERÃO CONSTAR DE ANEXO CLASSIFICADO, SE A ADMINISTRAÇÃO OPTAR POR PRESERVAR O SEU SIGILO ATÉ A CONCLUSÃO DA LICITAÇÃO (ART.18º, §1º, INCISO VI DA LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021)

A análise de mercado foi realizada em conformidade com o procedimento administrativo de coleta de preços, proferida pelo Setor de Coletas e Orçamentos.

Nos termos do Decreto Municipal n.º 1.382, de 28 de dezembro de 2023, o procedimento de coleta de preços deve obedecer a regramento específico no que tange as formalidades, meios, ordem e mecanismos de coleta, cabendo ao Setor de Coletas e Orçamentos, por ser o ente designado a este fim, a observância a estes procedimentos mínimos.

JP

Deste modo, após o procedimento de coleta de preços, originou-se o mapa de preços constante dos autos, apresentando-se, assim, a estimativa para o objeto, de modo que este será o parâmetro a ser seguido para fins de limite do gasto e para balizamento quando do julgamento do certame.

Por fim, estima-se a despesa (em valor total estimado) em R\$ 103.875,66 (cento e três mil, oitocentos e setenta e cinco reais e sessenta e seis centavos), conforme relatório emitido pelo setor compras do Município.

LOTE 01 - ELETRÔNICOS					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT	MÉDIA DE PREÇOS DO SISTEMA	
				VAL. UNIT.	VAL. TOTAL
1	APARELHO DE ARCONDICIONADO (12 MIL BTUS) Especificação: aparelho de ar condicionado 12 mil Btus, com filtro HD Silver Ion + Carvão ativado. Com modos: Eco, Silêncio, Perturbe, Apaga o display indicador. Com serpentina de cobre, maior resistência e durabilidade da unidade externa, especialmente em ambientes salinos, prolongando a vida útil do aparelho. Ciclo Frio. Capacidade Térmica (BTU/h)12000. Tecnologia Convencional. Tensão de alimentação 220V ~ 60Hz. Potência nominal (W)-Frio1085. Classificação Inmetro E. Vazão de ar da unidade evaporadora (Refrigeração / Aquecimento) (m3/h) 600. Tipo de refrigerante R410A. Garantia 2 anos.	Unid.	3	R\$ 2.278,24	R\$ 6.834,72
2	APARELHO DE SOM (CAIXA DE SOM PORTÁTIL) Especificação: aparelho de som portátil tipo caixa amplificada. Potência: 250W RMS. Transmissão via bluetooth, conecta o celular ou serviço de streaming de música online utilizando o Bluetooth, sem precisar de cabo. Bateria interna recarregável e bivolt, pode ser carregada em voltagem 127V e 220V. Função TWS (True Wireless Stereo) permite conectar duas caixas amplificadas múltiplas conexões (USB/AUX/MIC/GUITAR): Entradas para conectar microfone, Pen Drive, MP3, MP4 e instrumentos musicais. Alto falante 8". Display digital: Facilita a visualização das funções e frequências. Rádio FM estéreo. Compatível com: Microfone, celular, notebook, televisão, violão, guitarra, teclado, entre outros.	Unid.	1	R\$ 620,40	R\$ 620,40
3	ASPIRADOR DE PÓ (20L) - Aspirador de Água e Pó 20L 1650W Inox EAI20I 220V - Capacidade do Reservatório (L) 20L, Consumo (kWh) 16,7kWh/mês, Cor Inox, Garantia do Produto 12 meses, Acessórios Inclusos: 1 mangueira de 1,5m, 3 tubos plásticos de 345mm, 1 bocal fino para limpeza de sofás e bancos, 1 saco coletor de tecido, 1 adaptador escova para chão, 1 filtro esponja 4 rodas. Informações Técnicas: Potência de sucção: 16,5 kPa (165mBar) Comprimento do fio de energia elétrica: 3 metros Medida. Potência 1650W. Voltagem 220V	Unid.	1	R\$ 654,53	R\$ 654,53
4	BEBEDOURO COLUNA, PARA GARRAFÃO. Especificação: bebedouro tipo coluna para garrafão, com sistema abre fácil através de perfurador. Água gelada ou natural. Com Armário na Parte Inferior. Fornece 1,6 Litros de água gelada por hora. Ecológico Compressor com gás ecológico que não agride o meio ambiente. Baixo ruído. Consumo (kWh) 10,0 kWh/mês. Cor Branco. Frequência (Hz) 60Hz. Garantia 1 ano. Gás Refrigerante R600a. Informações Adicionais Classe de isolamento: II. Capacidade de refrigeração: 1,6l/h. Potência 130W. Voltagem 220V	Unid.	3	R\$ 1.127,25	R\$ 3.381,75
5	CÂMERA DE SEGURANÇA. Especificação: câmera HD 720p HDCVI com Lente 2.8mm Visão Noturna 20m Resistente à Chuva IP66 - Sensor 1/4" 1 megapixel CMOS. Pixels efetivos 1280 (H) x 720 (V). Linhas horizontais 1280	Unid.	10	R\$ 266,88	R\$ 2.668,80

	(H). Resolução real HD (720p). Lente 2.8 mm. Alcance IR 20 m. IR inteligente Sim. Quantidade de LEDs 2. Comprimento de onda LED IR 850nm. Formato do vídeo NTSC. Protocolos de vídeo HDCVI. Relação sinal-ruído ≥65 dB. Sincronismo Interno. Íris Eletrônica. Day & Night Automático (Ajustável), Colorido, P&B. Troca Automática do Filtro (ICR) Sim. Íris Eletrônica. Day & Night Automático (Adjustable), a cores, P&B. Troca Automática do Filtro (ICR) Sim. Controle Automático de Ganho (AGC) ON. Compensação de Luz de Fundo (BLC) ON/OFF. Wide Dynamic Range (WDR) Sim (DWDR). Balanço de branco Automático. Modo de imagem Padrão / Suave / Vivo. Ajuste de imagem Brilho/Contraste/Nitidez/Saturação/ Croma/Gamma. Idiomas do menu OSD Português. Redução Digital de Ruído (DNR) 2D. Saída de vídeo 75 Ω BNC fêmea. Alimentação Conector P4 fêmea. Consumo máximo de corrente 170mA. Consumo máximo de potência 1,8 W. Tensão 12 Vdc. Range de tensão 10% (10,8 ~ 13,2Vdc). Proteção antissurto 15 KV (Vídeo e alimentação)". Dimensões (L x A x P) (A •x Ø) 54 x 154 x 54 mm. Peso 150g. Cor case Branco. Tipo case / material Bullet / Plástica. Grau de proteção IP66. Local de instalação Interno e Externo. Temperatura de armazenamento (-) 20 ° C a 50 ° C. Temperatura de operação (-) 20 ° C a 50 ° C. Umidade relativa de armazenamento 20% a 90% RH. Umidade relativa de operação 20% a 90% HR.				
6	CÂMERA FOTOGRÁFICA PROFISSIONAL. Especificação: Sensibilidade ISO: Foto: 100-6400 (Exp. até 12800) Vídeo: 100-6400. Cartão de Memória: 1x SD SDHC SDXC (Compatível com UHS-I). Flash Pop-Up: Sim. Sistema de Foco Automático: Sistema de detecção de diferença de fase. Ponto de Foco: 9 pontos de AF, sendo o ponto central do tipo cruzado. Visor: Visor Óptico. Tela LCD: 3,0" 920000 pontos. Conexões Sem Fio: Wi-Fi 2.4GHz NFC. Bateria: LP-E10. Dimensões: 129,54 X 25,4 X 78,74 mm. Fotos por Segundo: Até 3 fps.	Unid.	1	R\$ 6.350,00	R\$ 6.350,00
7	CHUVEIRO (ELÉTRICO). Especificação: Chuveiro Elétrico Multitemperatura 220V 6800W. Controle de Temperatura do Chuveiro Multitemperatura. Tensão Elétrica 220V. Potência 6800 W. Quantidade de Temperaturas 4 Temperaturas. Quantidade de Jatos 1 jato(s). Pressão Indicada Alta Pressão. Pressão de Funcionamento Mínima 1,00 mca. Pressão de Funcionamento Máxima 40,00 mca. Disjuntor 40,00 A. Fiação Mínima 6,00 mm. Fixação do Chuveiro Através de Cano. Não Acompanha Cano. Acompanha Desviador. Vazão 3 L/min. Material Plástico. Cor Branco. Classe de Eficiência Energética E. Consumo de Energias 28,60 kWh/mês. Proteção Contra Choques Compatível com Dispositivo DR	Unid.	5	R\$ 106,83	R\$ 534,15
8	CIRCUITO INTERNO DE TV. Especificação: circuito interno de TV, HD 720p HDCVI Visão Noturna 20m Proteção IP66. Itens Inclusos no Kit: 04 Câmeras VHC 1120 B. 01 DVR Gravador MHDX 1004-C 4 Canais. 01 Cabo Coaxial Flexível 80% Malha, Bobina 100M. 01 Fonte Chaveada 12V 5A Tipo Colmeia Ideal para CFTV. 08 Conectores BNC Macho com Mola de parafuso. 04 Conectores P4 de Borne para Alimentação 12V. 01 HD para Armazenamento de 500GB	Unid.	1	R\$ 1.464,19	R\$ 1.464,19
9	CLIMATIZADOR. Especificação: climatizador, tipo portátil, potência 150 W, reservatório com capacidade de 60 litros, ciclo de ar frio, fluxo de ar: 4000l/min. Tensão: 220V. Com proteção para bomba. Possibilidade de abastecimento superior e lateral. Garantia de fabricação de 12 meses.	Unid.	4	R\$ 1.301,49	R\$ 5.205,96

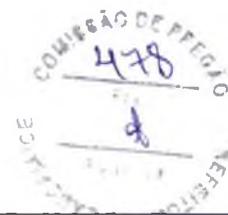
10	FOGÃO INDUSTRIAL. Especificação: fogão industrial eco 4 bocas, 2QS/2QD, 30X30, com porta painelas, baixa pressão, cor: grafite altura aproximada: 83 cm. Comprimento aproximado: 73 cm Profundidade: 84 cm. Grelha: 30x30 cm ferro chato ½. Queimador: ferro fundido baixa pressão. Material: chapa de aço galvanizada. Pintura: eletrostática.	Unid.	1	R\$ 1.318,78	R\$ 1.318,78
11	FORNO ELÉTRICO. Especificação: forno elétrico, tipo: de bancada. Capacidade 60 litros, tensão 220V. Eficiência energética A+.Funções: Aquece, assa, tosta, gratina e grelha. Timer com alarme sonoro. Pegador para grelha. Luz interna. Grelha em inox com regulagem de altura. Bandeja coletora limpa fácil.	Unid.	2	R\$ 917,71	R\$ 1.835,42
12	FORNO MICROONDAS. Especificação: forno Micro-ondas de bancada, com capacidade para 31 litros, cor Branco, com Painel Integrado e Display, potência de 1500w. Classificação energética A e display econômico. função manter aquecido. função Tira Odor. Prato giratório. Relógio. Tecla descongelar. Trava de segurança. Classificação energética: A.	Unid.	2	R\$ 908,88	R\$ 1.817,76
13	FREEZER (HORIZONTAL, 02 PORTAS) - Gabinete interno em aço galvanizado com cantos arredondados, Gabinete externo pintado a pó, Gás R134a, Tampas balanceadas, Rodízios rotativos, Dreno frontal com tampa, Dimensões aproximadas da embalagem AxLxC (mm) 930 x 1005 x 695, Capacidade total 325 Litros Tensão (V) 220V	Unid.	1	R\$ 2.884,70	R\$ 2.884,70
14	GELADEIRA. Especificação: geladeira frost free, duplex, 410 litros, Controle Interno de Temperatura, cor Branca, voltagem: 220v. Compartimentos ajustáveis na porta. Economia de energia. Filtro Antiodor. Gelo Extra. Iluminação em LED. Gavetão transparente de frutas e legumes. Função turbo. Espaço Frio.	Unid.	1	R\$ 3.848,41	R\$ 3.848,41
15	LAVADORA DE ROUPA. Especificação: máquina de lavar roupas, Capacidade de lavagem 8,5 kg, cor: branca, turbo Economia. programas personalizados. funções Turbo Agitação e Turbo Secagem. Consumo de energia 0,26 (KWh/Ciclo). Sistema de lavagem Agitação. Tipo de abertura superior. Plugue 10A. 4 níveis de quantidade de roupa. Cesto Polipropileno. Dispenser Autolimpante. Dispenser para alvejante. Dispenser para amaciante. Dispenser para sabão em pó. Dispenser para sabão líquido. Filtro elimina fiapos. Painel mecânico. Programas de lavagem 12. Sistema de lavagem Agitação. Visualizador de etapas de lavagem. Reaproveitamento de água. Pés niveladores. Funções Turbo Agitação, Turbo Secagem, Reutilização de Água, Avança Etapas, Perfect dilution. Ciclos rápidos. Programas Pesado/jeans, Tira manchas, Limpeza de cesto, Rápido, Tênis, Edredom, Escuras, Coloridas, Brancas, Cama & banho, Delicado, Normal. Etapas de lavagem Molho longo, Molho normal, Molho curto, Enxágue, Centrifugação. Tensão: 220V. Conteúdo da embalagem 1 máquina de lavar, 1 guia rápido, 1 curva da mangueira	Unid.	2	R\$ 1.621,41	R\$ 3.242,82
16	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL. especificação: liquidificador industrial com capacidade para 8 litros, tensão 220v, potência elétrica 1200w, frequência 50hz / 60hz, potência motor 3/4 CV (HP), rotação 3500 rpm, corpo aço inox escovado, copo aço inox 304 escovado – monobloco capacidade 8 lts, tampa plástico, facas aço inox 304, altura 735mm, largura 260mm, profundidade 250mm, conformidade portaria 371 – nr12.	Unid.	2	R\$ 1.066,25	R\$ 2.132,50



PREFEITURA DE
CAUCAIA

**Secretaria Municipal de
Gestão e Governo – SGG**

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE
LICITAÇÕES



17	<p>MICROFONE. Especificação: microfone, sem fio, estojo com 02 unidades, controlado com cristal 15 ppm, e uma chave para cancelar o circuito. circuito resistente à reverberação e tem mudança suave de saída. Com alta resistência a ruídos periféricos; Função de supersilêncio, baixo THD; Sem estalo ao acionar a chave, para proteção do amplificador e alto falantes; Indicadores de estado de trabalho e nível de bateria; Canal duplo possibilitando a utilização de dois microfones ao mesmo tempo sem nenhum distúrbio. Informações Técnicas: 2 Bastões; Caçal Individual, Faixa de Frequência de Transmissão: 180 - 270 MHz, banda alta de VHF; Estabilidade da Frequência: 0.005%; Faixa Máxima de Desvio: 15kHz; Resposta de Frequência: 40Hz - 20kHz; Taxa Sinal / Ruído: 100dB; Alcance Dinâmico de Áudio: 100dB; THD: 0,5%; Alimentação: 4 Pilhas AA (inclusas); Controle de Volume Individual; Distância de Funcionamento da Base 50 metros. Especificações do Microfone (Bastão): Potência de Saída RF: 30 mW (máxima); Emissões de Espúrias: Acima de 45 dB na onda modulada; Antena: Dupla Embutida; Captador do Microfone: Dinâmico unidirecional; Bateria: Pilhas AA padrão; Consumo: Cerca de 25mA; Duração da Bateria: Superior a 8 horas de uso contínuo; Modulação FM; Resposta de Frequência 40Hz - 20kHz; Sistema de Transmissão VHF; Conector de Saída P10 (1/4"); Cápsula Dinâmica Unidirecional; Led Indicador de AF e RF no Painel; Controle de Volume Individual; Alimentação 2x Pilhas AA 1,5V DC; Especificações Receptor: Sistema de Recepção: Frequência fixa controlada por quartzo; Sensibilidade de Recepção: Taxa de Sinal/ Ruído de 60 dB (12dBu); Taxa Sinal / Ruído: >100 dB; Nível de Saída de Áudio: Modo não-balanceado do canal A + B: 0 - 0,5 V / 5 kΩ; Alimentação: Bivolt AC 110V/220V. Tipo de microfone Dinâmico, Padrão polar Unidirecional, Resposta de frequência 40Hz - 20kHz, Quantidade de Microfones 2 microfones, Alcance Aproximadamente 50 metros, Tipo de modulação VHF, Canais 2 canais independentes, Faixa de frequência 180 MHz - 270 MHz, Alimentação Microfones: 2 pilhas AA Receptor: Bivolt</p>	Unid.	1	R\$ 589,65	R\$ 589,65
18	<p>NOTEBOOK. Especificação: notebook, processador Intel® Core™ i7-1255U de 12ª geração (núcleos de eficiência de até 3,50 GHz, núcleos de desempenho de até 4,70 GHz). Sistema Operacional Windows 11 Home Single Language 64 (Português BR). Tela 15,6" HD (1366 x 768), TN, antirreflexo, sem toque, 45%NTSC, 220 nits, 60Hz. Memória 16 GB (8 GB DDR4-3200MHz (Soldado) + 8 GB DDR4-3200MHz (SODIMM)). Armazenamento 512 GB SSD M.2 2242 PCIe Gen4 TLC. Garantia 1 ano Serviço de transportadora ou Assistência técnica. Alto falante Stereo, Dolby® Audio™. Carregador 65W. Placa de Vídeo. Placa gráfica Intel® Iris® Xe integrada. Portas 1x USB 2.0, 1x USB 3.2 G1, 1x USB-C 3.2 Gen 1, 1x HDMI 1.4b, 1x Card reader. Bateria Polímero de lítio de 3 células. Outros HD 1 MP com microfone de matriz dupla e obturador de privacidade. Teclado Cinza - Português (Brasil). Dispositivo Apontador Touchpad. Conectividade 11AC (2x2) & Bluetooth® 5.0</p>	Unid.	1	R\$ 4.887,50	R\$ 4.887,50
19	<p>PROJETOR MULTIMÍDIA. Especificação: projetor multimídia, full HD de até 1.382.400 pixels, com correção de ângulo de imagem, alto falante integrado, Conexões: Wi-fi, Energia: Bivolt, Entradas: HDMI, USB, VGA, AV, Compatibilidade: Android, IOS, Sistema: Operacional – Linux, Cor: Preto, Sistema De Projeção: LCD TFT display, Resolução Nativa: 1920x1080, Brilho: 4500 Lumens, Contraste: 4000:1, Rotação De Imagem: 360°, Lente: Foco manual, Lâmpada: LED, 50.000 horas de vida, Zoom: Eletrônico, Projeção De Tela:50-250", Keystone:±-15 graus</p>	Unid.	1	R\$ 3.934,54	R\$ 3.934,54

20	REFLETOR (100W0) Especificação: refletor holofote led 100w branco frio, Altura do produto montado 23 centímetros, Comprimento do produto montado 5 centímetros, Largura do produto montado 18 centímetros, Cor Preto, Material Alumínio, Vidro temperado, Voltagem 100 Volts, Fonte de alimentação Elétrico com fio, Tipo de instalação de interruptor, Montagem na parede, Tipo de lâmpada LED, Potência em watts 100 watts	Unid.	5	R\$ 152,32	R\$ 761,60
21	SECADORA DE ROUPA. Especificação: secadora de roupas, Capacidade 12 kg. Cor Branca. Par com Lavadora. Tipo de Abertura da Porta Frontal. Tipo de instalação Freestanding. Porta reversível Sim. Filtro Duplo filtro. Sistema de secagem Tombamento. Função Passa Fácil. Número de programas 8. Antirrugos extra. Adiar início. Opções de duração 30, 60 e 90 min. Silenciosa. Programas de secagem 8 programas. Tipo de secagem Ventilação. Opções de temperatura Mínima, média, máxima. Opções de secagem Passa fácil, seco, extra eco. Visualizador de Etapas de Lavagem. Capacidade de secagem. 12 Kg. Tensão: 220(V)	Unid.	1	R\$ 3.346,02	R\$ 3.346,02
22	SMARTPHONE. Especificação: Aparelho telefônico tipo smartphone, 5G, dual sim, desbloqueado. Sistema operacional Android 13.0. RAM 4 GB. Capacidade de armazenamento da memória 64 GB. Tamanho da memória RAM instalada 4 GB. Capacidade de armazenamento digital 4 GB. Certificação ANATEL. Bateria de Íon de lítio baterias inclusas. Tecnologia de conexão: Bluetooth, Wi-fi, USB. GPS Verdadeiro. Características especiais Dual SIM, GPS integrado, Memória expansível. Tamanho de tela vertical 6,6 Polegadas. Entrada de usuário Tela Sensível ao Toque. Resolução 1080 x 2408. Com câmera Traseira, Frontal. Formato Barra. Cor Preto. Componentes inclusos Ejetor da bandeja SIM, Cabo USB	Unid.	2	R\$ 1.707,50	R\$ 3.415,00
23	TABLET. Especificação: tablete, tamanho 10,5", com processador Octa Core com 2GHz de Velocidade. Tela de 10.5" (266.9mm) com Resolução de 1920 x 1200 (WUXGA), Tecnologia TFT e Profundidade de Cor 16M. Câmera: Traseira - Resolução: 8.0 MP, Foco Automático: Sim, Flash: Não. Frontal - Resolução: 5.0MP. Resolução de Gravação de Vídeos: FHD (1920 x 1080) @30fps. Memória RAM (GB): 4 GB. Memória Total Interna (GB)*: 64 GB*. Memória Disponível (GB)*: 47.5 GB. Suporte ao Cartão de Memória: MicroSD (Up to 1TB). Rede / Bandas: 2G GSM: GSM 850, GSM 900, DCS 1800, PCS1900. 3G UMTS: B1 (2100), B2 (1900), B4 (AWS), B5 (850), B8 (900). 4G FDD LTE: B1 (2100), B2 (1900), B3 (1800), B4 (AWS), B5 (850), B7 (2600), B8 (900), B12 (700), B17 (700), B20 (800), B28 (700), B66(AWS-3). 4G TDD LTE: B38 (2600), B40 (2300), B41 (2500). Conectividade: Versão de USB: USB 2.0. Localização: GPS, Glonass, Galileo, QZSS. Conector de Fone de Ouvido: Conexão 3.5mm Estéreo (Padrão P2). Wi-Fi: 802.11 a/b/g/n/ac 2.4G+5GHz, VHT80. Wi-Fi Direct: Sim. Versão de Bluetooth: Bluetooth v5.0. Perfis de Bluetooth: A2DP, AVRCP, DI, HFP, HID, HOGP, HSP, MAP, OPP, PAN, PBAP. PC Sync: Smart Switch (Versão para PC). Sistema Operacional: Android. Cor: Cinza. Formato: Tablet. Sensores: Acelerômetro, Giroscópio, Geo Magnético, Sensor de Efeito Hall, Sensor de Luz. Especificações Físicas: Dimensões (AxLxP, mm): 161.9 x 246.8 x 6.9. Peso (g): 508. Bateria: Capacidade da Bateria (mAh, Typical): 7040. Removível: Não. Áudio e Vídeo: Formato de Reprodução de Vídeo: MP4, M4V, 3GP, 3G2, AVI, FLV, MKV, WEBM. Resolução de Reprodução de Vídeo: FHD (1920 x 1080) @60fps. Formato de Reprodução de Áudio: MP3, M4A, 3GA, AAC, OGG, OGA, WAV, AMR, AWB, FLAC, MID, MIDI, XMF, MXMF, IMY, RTTTL, RTX, OTA. Serviços e Aplicativos: Gear Support. Galaxy Buds Pro, Galaxy Buds Live, Galaxy Buds+, Galaxy Buds2, Galaxy Buds, Gear IconX (2018). Mobile TV: Não. Conteúdo da embalagem: 1 Tablet. 1 Carregador de 7.75W. 1 Cabo de Dados. 1 Pino extrator de chip. 1 Quick User Guide (Guia Inicial de Usuário)	Unid.	2	R\$ 1.568,24	R\$ 3.136,48

24	TANQUINHO DE LAVAR ROUPA. Especificação: lavadora de roupas, tipo tanquinho, semi automática, com capacidade para 20 kg de roupas, Abertura superior, Eficiência energética A. Tipo de água: fria. Com filtro de pêlos. Dispense duplo.	Unid.	2	R\$ 777,96	R\$ 1.555,92
25	TELA DE PROJEÇÃO. Especificação: tela de projeção RETRÁTIL, ELÉTRICA, 84 polegadas, indicação para uso educacional, corporativo e governamental. Acionamento através de controle remoto sem fio ou por botoeira (interruptor). Superfície de Projeção: Matte White. Tecido lavável com água e sabão neutro. Estojo metálico e perfil inferior confeccionados em alumínio, com acabamento em pintura eletrostática na cor branca, resistente a riscos e corrosão. Fixação Parede ou teto. Alimentação 220v. Parada regulável (fim e começo de curso). Motor tubular silencioso. Controle remoto por RF (rádio frequência). Funcionalidade Tela para projeção: Modelo Elétrico. Enrolamento do Tecido Automático. Formato 4:3 Vídeo. Polegadas 84. Fixação Parede ou Teto. material do produto Alumínio com pintura eletrostática; Equipamentos Compatíveis Projetores. Voltagem 220v. Conteúdo da embalagem 1 Tela Elétrica; 1 Controle Remoto s/fio; 4 buchas 8mm; 4 parafusos 4,8x50; Manual de Instalação. Largura aproximada do estojo (suporte a suporte) 1,86 m. Dimensões aproximadas da área de projeção - LxA 1,71 x 1,28 m.	Unid.	1	R\$ 872,49	R\$ 872,49
26	TELEVISÃO. Especificação: televisão 50", led, 4k, UHD, tecnologia High Dynamic Range (HDR), com Wifi dual band, controle por aplicativo, compatível com Google Assistant. Alexa e Apple homekit. Tensão de alimentação e consumo 100-240~ 50/60HZ. Consumo máximo 95W. Controle por aplicativo para AndroidTM e iOS, possibilitando utilização de smartphone para realizar várias ações como: trocar de canal, aumentar volume, enviar foto e ouvir o som da TV através do próprio. Smartphone (com um smartphone compatível).	Unid.	2	R\$ 2.762,47	R\$ 5.524,94
27	VENTILADOR: Especificação: ventilador de teto, com base circular e capacidade de rotação de 360º, 50 cm de diâmetro. grade de plástico. Cor preto. Voltagem: bivolt. Garantia de fábrica de 12 meses. 170 watts de potência. Deve acompanhar kit parafuso pra montagem.	Unid.	10	R\$ 385,75	R\$ 3.857,50
VALOR MÉDIO LOTE 01				R\$ 76.676,53	

LOTE 02 - MOBILIÁRIO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT	MÉDIA DE PREÇOS DO SISTEMA	
				VAL. UNIT.	VAL. TOTAL
1	ARMÁRIO EM AÇO. Especificação: armário em aço, fechado, medindo 160X75x40. 2 Portas Cinza Com Tranca Para Cadeado. Ideal para guarda volumes. Veneziana por porta para ventilação. Sistema de tranca invertidas que dispensa a utilização de parafusos. Confeccionado em chapa de aço nº 26. Com tratamento antiferrugem pintura eletrostática. Totalmente montável, dispensa a utilização de parafusos. Pés removíveis em polipropileno com regulagem de desnível de alto impacto na cor preta. Capacidade por prateleira 15kg. Com Furação para Ventilação. Reforço Interno por Porta. Produto de Acordo Com as Normas NR-18 e NR-24.	Unid.	1	R\$ 1.187,00	R\$ 1.187,00
2	CADEIRA ADULTO DE PLÁSTICO. Especificação: Cadeira adulto de plástico tipo bistrô, com braço, cor: Branco, medidas aproximadas: 87x39x38,5cm, Capacidade: 120Kg, Antiderrapante.	Unid.	20	R\$ 67,86	R\$ 1.357,20

3	CADEIRA DE ESCRITÓRIO COM RODINHAS. Especificação: Cadeira de Escritório Secretária Giratória com braço regulável, Tecido Cor Cinza. Peso máximo recomendado 110 Quilogramas. Dimensões da embalagem 54 x 53 x 23 cm; 7 quilogramas.	Unid.	2	R\$ 420,11	R\$ 840,22
4	MESA DE ESCRITÓRIO. Especificação: mesa de escritório sem gavetas tampo reto, medidas aproximadas: 1210mmx615mm. Confeccionado madeira MDP BP 15m espessura. Revestido com laminado melamínico cor cinza. Acabamento das bordas com perfil PVC flexível. Pés confeccionados em aço com tratamento antiferrugem pintura eletrostática, tipo H com base em tubo oblongo com sapatas niveladoras para corrigir desníveis do piso. Partes em aço com tratamento anticorrosivo. Com sapatilhas reguladoras de desnível de piso.	Unid.	1	R\$ 316,38	R\$ 316,38
5	MESA PARA REFEITÓRIO COM BANCOS. Especificação: conjunto de mesa para refeitório com 02 bancos de metal, totalizando para 6 lugares. Fabricado com estrutura metálica e tampo em mdp. escala de brilho: fosco. material do tampo: mdp. suporta até (kg): 110 Dimensões aproximadas: Altura (cm): 73 cm Largura (cm): 155 cm Profundidade (cm): 80 cm Peso (kg): 39.2 kg acabamento: melamínico estilo: industrial.	Unid.	1	R\$ 1.896,67	R\$ 1.896,67
6	POLTRONA. Especificação: Poltrona decorativa reforçada, suporte até 120kg. Produto é enviado montado. Travamento da estrutura com grampos em aço galvanizados e parafusos com flange de 5 mm; Acento sustentado por persintas elásticas; Madeira de reflorestamento eucalipto; Tecido Suede.	Unid.	5	R\$ 1.228,75	R\$ 6.143,75
7	RELÓGIO DE PAREDE. Especificação: relógio de parede redondo econômico, Preto, 21,7cm. Funcionamento com pilha nova de tamanho AA 1,5V, preferencialmente alcalina no compartimento da parte de trás do relógio.	Unid.	1	R\$ 58,81	R\$ 58,81
VALOR MÉDIO LOTE 02				R\$ 11.800,03	
LOTE 03 - UTENSÍLIOS DE ACESSIBILIDADE					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT	MÉDIA DE PREÇOS DO SISTEMA	
				VAL. UNIT.	VAL. TOTAL
1	ANDADOR ADULTO. Especificação: andador para adulto, em alumínio, dobrável, desmontável, com 4 Rodas com assento e cesto. Assento acolchoado, lavável, de esponja de alta densidade, revestido em PVC, que suporta um peso de até 100 Kg. Com cesto em nylon para guardar objetos. 8 níveis de regulagem de altura, entre 1,55 m a 1,85 m; Sistema de freio duplo que ajuda no controle de velocidade durante o deslocamento; Pintura eletromagnética epóxi de alta resistência; Freios na manopla, ativos em movimento ou travado quando sentado; Apoios de mão emborrachado, macio e anatômico, de fácil limpeza ou substituição; Rodas de PVC 8 polegadas; Freios individuais nas rodas traseiras e freio de estacionamento.	Unid.	2	R\$ 547,99	R\$ 1.095,98
2	CADEIRA DE BANHO. Especificação: Cadeira de banho higiênica Idoso dobrável aço 100 Kg	Unid.	2	R\$ 471,86	R\$ 943,72
VALOR MÉDIO LOTE 03				R\$ 2.039,70	
LOTE 04 - UTENSÍLIOS GERAIS					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT	MÉDIA DE PREÇOS DO SISTEMA	
				VAL. UNIT.	VAL. TOTAL



PREFEITURA DE
CAUCAIA

**Secretaria Municipal de
Gestão e Governo – SGG**

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE
LICITAÇÕES



1	CARRO FUNCIONAL DE LAVANDERIA. Especificação: carro funcional de lavanderia com capacidade de 420L. Estrutura com Acabamento pintura eletrostática a pó. Cor padrão cinza. Estrutura tubular com tubo redondo 1" parede 1.90 mm. Base chassi com tubo quadrado (30x30) parede 1.90 mm, com reforços transversais. Cuba de polietileno tipo nylon com capacidade 420 litros. Composto por 04 rodas de poliuretano maciço c/ rolamento. Rodas com tamanho de 6 polegadas (15.00 cm). Rodas especiais para cargas pesadas. Na dianteira 2 rodízios giratórios e traseira placa fixa. Capacidade de Carga: 500 kg. Peso Bruto: 24 kg. Produto recomendado especialmente para lavanderias ou hospitais. 1 Ano de Garantia contra defeitos de fábrica que venham prejudicar seu funcionamento. MEDIDAS INTERNAS DA CUBA: Comprimento: 100 cm. Largura: 68 cm. Profundidade: 68 cm.	Unid.	2	R\$ 1.333,19	R\$ 2.666,38
2	COLCHÃO PNEUMÁTICO. Especificação: colchão pneumático, sem motor, para até 135 Kg, impermeável; compatível com todas as marcas de motores de pressão alternada; sem interferência elétrica com marcapassos; Tempo inicial de 15 minutos para inflar;	Unid.	3	R\$ 290,18	R\$ 870,54
3	COLCHÃO. Especificação: Colchão Solteiro D23 Liso, em espuma. Tipo Padrão. Cor Preto. Medidas aproximadas: Altura 14,00 cm x Largura 78,00 cm x Comprimento 78,00 cm	Unid.	5	R\$ 486,67	R\$ 2.433,35
4	CORTADOR DE GRAMA. Especificação: cortador de grama com motor de 1000 W de potência, 127 V, 50/60 Hz, corrente nominal de 4,6 A. Rotação máxima de 10.000 rpm. Diâmetro de corte de 28 cm. Fio de nylon com 1,8 mm de espessura e 8 m de comprimento. Abastecimento automático do fio. Fixa-cabo, evita que o cabo elétrico desconecte do plug. alça incorporada ao corpo do aparador. protetor inferior assimétrico. Limitador do fio de nylon. alça da empunhadura regulável e ergonômica. braço do aparador em pintura eletrostática a pó. Área de corte indicada de 100 m ² .	Unid.	1	R\$ 459,61	R\$ 459,61
5	GRADE DE CAMA. Especificação: grade de cama adaptável a quase todos os tipos de cama, dobrável e fácil de guardar, não necessita furação	Unid.	30	R\$ 208,12	R\$ 6.243,60
6	SUPORTE PARA PROJETOR. Especificação: suporte para projetor de teto universal de fácil instalação, fixação através de 4 pontos roscados. Material: Aço. Pintura: Eletrostática preto fosco. Peso Suportado: 10 Kg de peso máximo sustentado; Suporte articulado de 3 movimentos: Rotação de até 360º - Permite inclinação vertical de até 15º - Distância do teto: 25x35 cm (min-max);	Unid.	2	R\$ 244,48	R\$ 488,96
7	SUPORTE PARA TELA DE PROJEÇÃO. Especificação: suporte para tela de projeção. Medidas: Altura Mín.: 1,29 m. Altura Máx.: 4,00 m. Produzidos com tubos de alumínio anodizado de alta qualidade, haste 03 seções, pino 3/8" com rosca UNC e conexão para telão.	Unid.	1	R\$ 196,96	R\$ 196,96
VALOR MÉDIO LOTE 04				R\$ 13.359,40	

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO (ART.18º, §1º, INCISO VII DA LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021), conforme informações gerais a serem seguidas quanto ao procedimento:

MODALIDADE	PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO	MENOR PREÇO
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	POR LOTE
MODO DE DISPUTA	ABERTO
FORMA DE FORNECIMENTO	DE FORMA FRACIONADA, CONFORME DEMANDA

Diante das alternativas apresentadas pelo mercado, entende-se que a melhor solução para a satisfação do interesse público é a aquisição dos mobiliários necessários, através de Pregão Eletrônico.

Para a realização do processo licitatório visando a futura e eventual aquisição de material permanente para a Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho do Município de Caucaia/CE.

Com base nos preceitos estabelecidos pela Lei 14.133/2021, que regula as licitações e contratos administrativos específicos para a administração pública, a escolha da solução de aquisição de equipamentos e material permanente para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho de Caucaia-CE decorre de um processo criterioso e alinhado aos princípios de legalidade, eficiência, economicidade, e desenvolvimento nacional sustentável.

A determinação da solução mais adequada foi obtida mediante a realização de um extenso levantamento técnico, que incluiu a verificação de conformidade com as normas técnicas aplicáveis e um comparativo entre as várias opções disponíveis no mercado. Tal análise objetivou assegurar, conforme os artigos 11 e 23 da Lei 14.133/2021, a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, além de prevenir contratações com sobre preços e garantir a qualidade e efetividade esperada dos bens a serem entregues.

A fundamentação da escolha deste ETP recai também sobre o amplo estudo de mercado e consulta à comunidade técnica e fornecedores (art. 18, V e art. 23), que confirmaram ser o objeto do ETP a solução mais apropriada existente no mercado para atender às necessidades específicas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho de Caucaia-CE. As características dos equipamentos e materiais permanentes foram cuidadosamente elaboradas para assegurar a compatibilidade com as práticas de trabalho da Secretaria, bem como sua integração com as tecnologias já em operação.

O alinhamento estratégico do ETP com as diretrizes e necessidades operacionais da Secretaria justifica a seleção e indicação dos equipamentos e materiais, sustentando a descrição detalhada da solução deve abranger os seguintes aspectos:

7.1. Descrição da Solução como um Todo

a) Objetivo:

- O objetivo é a aquisição de material permanente destinadas a atender as necessidades da Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho de Caucaia/CE.

a) Manutenção Corretiva:

- Prazo de Atendimento: O fornecedor deve atender as solicitações de manutenção corretiva no prazo máximo de 10 dias úteis após a notificação.



PREFEITURA DE
CAUCAIA

**Secretaria Municipal de
Gestão e Governo - SGG**

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE
LICITAÇÕES



- Serviços: Reparos ou substituições de peças defeituosas, ajustes e consertos de danos identificados pelos usuários.

- b) Assistência Técnica:
 - **Período de Garantia:** Os bens deverão ter um período de garantia mínima de 2 anos, cobrindo defeitos de fabricação e problemas estruturais.
 - **Centros de Assistência:** O fornecedor deve possuir ou ter contrato com centros de assistência técnica na região de Caucaia/CE, capazes de realizar as manutenções e reparos necessários.
 - **Suporte:** Oferecimento de suporte técnico por telefone ou e-mail para orientação em caso de problemas simples que possam ser resolvidos localmente.

- c) Treinamento:
 - **Capacitação:** O fornecedor deve realizar treinamento inicial para o pessoal de manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho, abordando cuidados básicos e procedimentos simples de manutenção.

- d) Substituição de Peças:
 - **Disponibilidade:** Peças de reposição devem estar disponíveis por um período de, no mínimo, 5 anos após a entrega dos bens.
 - **Originalidade:** Todas as peças de reposição devem ser originais ou homologadas pelo fabricante, garantindo compatibilidade e qualidade.

7.3. Especificações de Licitação

- a) Critérios de Seleção:
 - **Qualidade e Durabilidade:** Avaliação da qualidade dos materiais e durabilidade dos bens.
 - **Custo-Benefício:** Análise do custo em relação à qualidade e durabilidade oferecidas.
 - **Capacidade de Entrega:** Capacidade logística para fornecimento e montagem dos bens caso necessário.

- b) Documentação Exigida:
 - **Certificações:** Apresentação de certificados de conformidade com normas técnicas relevantes.
 - **Histórico do Fornecedor:** Comprovação de experiência em fornecimento e referências de clientes anteriores.
 - **Garantias:** Declaração formal das garantias oferecidas, incluindo detalhes sobre manutenção e assistência técnica.

- c) Procedimentos Licitatórios:



**Secretaria Municipal de
Gestão e Governo – SGG**
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE
LICITAÇÕES



- Modalidade: Preferencialmente Pregão Eletrônico, para assegurar maior competitividade e transparência.
- Critérios de Julgamento: Melhor preço, desde que atendidas todas as especificações técnicas e exigências de qualidade.

Essa descrição detalhada assegura que a aquisição dos bens atenda às necessidades da Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho de Caucaia/CE, garantindo qualidade e suporte contínuo para a manutenção e assistência técnica.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (ART.18º, §1º, INCISO VIII DA LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021).

Avaliação da Divisibilidade do Objeto:

Conforme estabelecido pela Lei nº 14.133/2021, a presente aquisição de material permanente para atender às necessidades da Secretaria de Desenvolvimento e Trabalho do Município de Caucaia-CE foi analisada quanto à sua divisibilidade. Verificou-se que os itens são tecnicamente divisíveis em diferentes lotes, respeitando a sua funcionalidade e sem prejuízos aos resultados pretendidos pela Administração.

Viabilidade Técnica e Econômica:

A análise técnica e econômica indicou que a divisão do objeto é viável, permitindo manter a qualidade e eficácia dos resultados. Itens como equipamentos de climatização, móveis, equipamentos de escritório, equipamentos para eventos e podem ser agrupados em lotes distintos, facilitando a gestão da aquisição e a concorrência entre os fornecedores.

Economia de Escala:

Avaliamos que o parcelamento não resultará em perda significativa de economia de escala. A divisão em lotes possibilita uma melhor negociação com os fornecedores, sem acarretar um aumento proporcional dos custos. A estratégia busca manter os benefícios econômicos enquanto amplia a competitividade.

Competitividade e Aproveitamento do Mercado:

O parcelamento contribui para maior competitividade e melhor aproveitamento do mercado. Permitir a participação de mais fornecedores, inclusive de menor porte, fortalece a concorrência, possibilitando ofertas mais vantajosas para a Administração. A divisão em lotes incentiva a participação de empresas especializadas em cada segmento, otimizando a qualidade dos produtos adquiridos.

Decisão pelo Não Parcelamento:

Não aplicável neste caso, pois a decisão é pelo parcelamento do objeto da licitação.

Análise do Mercado:

A decisão pelo parcelamento foi fundamentada em uma análise detalhada do mercado. A segmenta o do objeto em lotes está alinhada às práticas do setor econômico, permitindo a participa o de uma ampla gama de fornecedores especializados. Esta abordagem   considerada a mais vantajosa para garantir qualidade e economicidade na aquisi o.

Considera o de Lotes:

Em razão da diversidade e volume dos materiais permanentes a serem adquiridos, a divisão em lotes foi organizada conforme segue:

- LOTE 01 - ELETROELETRÔNICO
- LOTE 2 - MOBILIÁRIO
- LOTE 3 - UTENSÍLIOS DE ACESSIBILIDADE
- LOTE 4 - UTENSÍLIOS GERAIS

Esta divisão facilita a participa o de fornecedores que não têm capacidade para entregar a totalidade dos itens, mas que podem fornecer produtos específicos dentro de suas especializa es, sem prejuízo   economia de escala.

Documenta o e Transparência:

Todos os passos da decisão foram documentados detalhadamente, com justificativas suportadas por dados concretos sobre o mercado, viabilidade técnica e econômica. Este processo foi conduzido de forma transparente, em conformidade com as normativas vigentes, garantindo clareza e facilitando a compreensão e fiscaliza o posterior.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS (ART.18 ,  1 , INCISO IX DA LEI FEDERAL N.  14.133, DE 1  DE ABRIL DE 2021)

Cumprir destacar que conforme o  1 , inciso IX do artigo 18 da Lei Federal de n 14.133/20219, os resultados pretendidos atenderão em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis em benefício do interesse da Administra o Pública, vejamos:

Ef ci ncia no Custo: Buscar a proposta mais vantajosa financeiramente para a entidade, considerando não apenas o menor preço, mas t mo a melhor rela o custo benefício, isso inclui avaliar a qualidade dos bens, sua durabilidade, e os custos operacionais e de manuten o associados.

Qualidade e Conformidade: Assegurar que os bens adquiridos atendam a todas as especifica es técnicas e de qualidade necessárias para o bom desempenho das atividades da prefeitura de Caucaia, isso inclui conformidade com normas de segurança, ef ci ncia operacional e sustentabilidade.



**Secretaria Municipal de
Gestão e Governo – SGG**
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE
LICITAÇÕES



Transparência e Legalidade: Seguir rigorosamente o processo de licitação conforme as leis e regulamentações aplicáveis, garantindo transparência, justiça e igualdade de condições para todos os participantes, isso ajuda a prevenir fraudes, corrupção e favorecimentos indevidos.

Sustentabilidade: Procurar por soluções que não apenas atendam às necessidades imediatas, mas também considerem impactos ambientais, sociais e econômicos a longo prazo. Isso pode incluir preferências por produtos ecoeficientes, que consomem menos energia ou água, por exemplo.

Adaptação e Flexibilidade: Adquirir bens que possam se adaptar a mudanças futuras em demanda ou tecnologia, evitando a obsolescência precoce e garantindo que os investimentos se mantenham relevantes e úteis ao longo do tempo

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (ART.18º, §1º, INCISO X DA LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021)

As providências adotadas pela Administração serão as de acompanhamento, gestão e fiscalização das eventuais contratações.

A Controladoria Geral do Município dispõe de normativa disciplinar as quais apresentam os direcionamentos da competência se atividades as quais devem ser exercidas pelos servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, bem como, regulamenta tais atribuições.

A CGM também promove atividades e ações no sentido de capacitar ou atualizar os servidores envolvidos no processo, de modo a propiciar mais qualificação desses servidores e minoração dos riscos envolvidos a relação contratual.

O monitoramento contínuo da execução contratual será uma prática adotada, com revisões periódicas para avaliação do atendimento aos objetivos propostos, identificação de eventuais ajustes necessários e assegurando a conformidade com as especificações estabelecidas no contrato. Este compromisso com a constante avaliação busca adaptar o contrato às necessidades dinâmicas da comunidade, assegurando que os serviços permaneçam relevantes e eficazes ao longo do tempo.

A garantia da qualidade dos produtos ofertados e a satisfação dos usuários serão prioridades, com a administração implementando ações corretivas e preventivas sempre que necessário.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (ART.18º, §1º, INCISO XI)

Não se aplica a aquisição dos produtos contratações correlatas e/ou interdependentes.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUIDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL (ART.18º, §1º, INCISO XII)

As especificações dos materiais a serem adquiridos, contemplam além das características da matéria prima usada na confecção dos produtos, critérios para armazenagem e reciclagem.

13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA (ART.18º, §1º, INCISO XIII DA LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021)

Os estudos preliminares evidenciaram que a contratação da solução descrita no presente estudo mostra-se possível tecnicamente e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

14. JUSTIFICATIVAS:

a) Justificativa quanto ao fornecimento contínuo:

Não se aplica.

b) Justificativa quanto a adoção de critérios e práticas de sustentabilidade nas contratações públicas.

Não se aplica. Não foram adotados critérios e práticas de sustentabilidade no presente procedimento.

c) Justificativa quanto a indicação de marcas ou modelo

Para o presente objeto não foi feita a indicação de marcas específicas, haja vista não se tratar de procedimento o qual decorre de padronização prévia, de pré-qualificação específica ou de marcas pré-aprovadas pela Administração.

d) Justificativa quanto as amostras

A avaliação de amostras é uma das alternativas de que dispõe o gestor para assegurar a eficácia da contratação, pois, através dessa fase, é propiciado ao gestor o contato inicial com o produto/serviço a ser ofertado após a celebração do contrato. É através dessa fase que o gestor poderá proceder a uma avaliação do produto ou a uma série de testes, no intuito de verificar o atendimento dos itens cotados, aos requisitos de qualidade, desempenho e, ainda, a especificação detalhada do objeto correspondente.

A exigência de amostras para avaliação, quando eficaz, poderia constituir-se em ganho de eficiência às compras do município, posto que permite a avaliação mais apurada e a verificação tangível dos produtos/serviços a serem ofertados, propiciando a escolha objetiva dos produtos/serviços ante as condições e especificações solicitadas no termo de referência.

Nesse aspecto, sabemos que possibilidade de exigência de amostra encontra embasamento na Lei Federal n.º 14.133/21, onde prevê:

Art. 17. O processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência:
IV - de julgamento;



PREFEITURA DE
CAUCAIA

**Secretaria Municipal de
Gestão e Governo – SGG**
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE
LICITAÇÕES



§ 3º Desde que previsto no edital, na fase a que se refere o inciso IV do caput deste artigo, o órgão ou entidade licitante poderá, em relação ao licitante provisoriamente vencedor, realizar análise e avaliação da conformidade da proposta, mediante homologação de amostras, exame de conformidade e prova de conceito, entre outros testes de interesse da Administração, de modo a comprovar sua aderência às especificações definidas no termo de referência ou no projeto básico.

Ademais, nos termos da Lei Municipal n.º 3.625, DE 30 DE JUNHO DE 2023, a qual instituiu o Regulamento Interno de Licitações e Contratos – RILC, a fase das amostras também facultada ao gestor, nesses termos:

§ 3º Desde que previsto no edital, na fase a que se refere o inciso IV do caput deste artigo, o órgão ou entidade licitante poderá, na forma do parágrafo único do art. 45 desta Lei, realizar análise e avaliação da conformidade da proposta, mediante homologação de amostras, exame de conformidade e prova de conceito, entre outros testes de interesse da Administração, de modo a comprovar sua aderência às especificações definidas no termo de referência ou no projeto básico.

Por sua vez, o parágrafo único do art. 45 do RILC dispõe:

Art. 45. No caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá excepcionalmente:

[...]

Parágrafo único. O estudo técnico preliminar e ou o termo de referência determinarão se a exigência de amostra ou prova de conceito na fase de julgamento das propostas ou de lances será exigida quanto a todos os proponentes presentes na fase correspondente a amostragem ou, se somente se exigirá esta obrigatoriedade do licitante provisoriamente vencedor.

A apresentação dos catálogos dos materiais ofertados faz-se relevante, posto que é na fase de julgamento, ou seja, de escolha dos fornecedores que se é possível realizar a mensuração de preços e produtos, logo, a Administração pode fazer a aferição qualitativa do valor a ser empregado em determinada despesa, não levando em consideração apenas o critério de preços, o que por muitas vezes gera ineficiência na execução contratual, ao passo que nem sempre o preço ofertado corresponde ou se faz “jus” ao produto entregue pelo fornecedor e recebido pela Administração.

A finalidade dos catálogos dos materiais ofertados vai muito mais além do que um simples procedimento burocrático, não obstante permite a Administração aferir a compatibilidade material entre o objeto ofertado pelo licitante e a solução hábil a satisfazer a real necessidade prospectada pela Administração.

Deste modo, considerando a relevância dos procedimentos de amostragem para o objeto, bem como, sabendo da necessidade de adoção de procedimentos para impulsionamento dos



PREFEITURA DE
CAUCAIA

**Secretaria Municipal de
Gestão e Governo – SGG**
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE
LICITAÇÕES



procedimentos relacionados aos produtos mencionados, logo, fica justificada a apresentação de catálogo das amostras dos produtos de todos os proponentes, consoante facultado no art. 45 do RILC, desde que ultrapassada a fase de lances, onde já se saiba o licitante o qual ofertou o menor valor, ou seja, já se sabe o licitante melhor classificado e para os demais em ordem de classificação, com o intuito de dar celeridade nessa fase.

Ademais, a verificação dos catálogos dos materiais ofertados ficará condicionada a classificação do certame, sendo analisada o item do licitante considerado mais bem classificado no instante da análise.

Portanto, considerando a previsão legal no ordenamento jurídico brasileiro, assim, como no Regulamento Interno de Licitações e Contratos – RILC do município, verificamos que se faz necessária a utilização da fase de amostragem através dos catálogos dos itens pertencentes ao objeto, de modo a aferir a qualidade dos produtos descritos, garantindo maior clareza no julgamento e maior eficiência na contratação, caso haja.

e) Justificativa quanto a subcontratação

Não será admitida a subcontratação do objeto, haja vista que, considerando a natureza sintética do objeto, não haverá ganho para o presente objeto em relação a eventual subcontratação, sobretudo, pela necessidade de fornecimento constante, conforme demanda, o qual deverá se dar de forma direta aos órgãos interessados, garantindo um melhor acompanhamento do objeto por parte da Administração e, por conseguinte, maior eficiência na contratação.

Entende-se que a subcontratação se mostra cabível quando o objeto a ser licitado requer execução complexa, de modo que alguma fase/etapa exija a participação de terceiros no fornecimento, haja vista os princípios da especialização e da concentração das atividades, o que não é o caso. Por esse motivo, fica vedada a subcontratação do objeto, ainda que parcial.

A presente vedação encontra fundamento no §2º do art. 122 da Lei Federal n.º 14.133/21, qual seja:

Art. 122.

§ 2º Regulamento ou edital de licitação poderão vedar, restringir ou estabelecer condições para a subcontratação.

§ 3º Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

Neste sentido, considerando a faculdade legal e a justificativa acima apresentada, entendemos que a subcontratação em questão não é viável e se torna uma boa opção para a administração.

f) Justificativa quanto a garantia da contratação (se for o caso)

Não haverá exigência da garantia da contratação nos termos possibilitados no artigo 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, haja vista a baixa complexidade do objeto.

g) Justificativa quanto a vedação de participação de consórcio

Justifica-se a vedação à participação de interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio, haja vista a plausibilidade da ampliação da competitividade, sobretudo, mediante a possibilidade de participação de empresas de pequeno e médio porte, especialmente pelo objeto tratar-se de aquisição, ou seja, de objeto divisível, onde a pluralidade de empresas pode ser facilmente utilizadas sem que haja a soma de capacidades para o mesmo fim.

Outro ponto quanto a não complexidade do objeto, reforça-se pelas exigências técnicas postuladas no projeto básico/termo de referência e, por conseguinte, neste edital, as quais limitaram, tão somente, as disposições constantes da Lei, condições estas suficientes para a execução de contratos dessa natureza, o que não tornará restrito o universo de possíveis licitantes individuais.

Ademais, entende-se que a ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital, o que não é o caso.

Em outra vertente, com a atual definição postulada, a Administração visa aumentar o universo de possíveis competidores, bem como, a plena satisfação de suas necessidades prospectadas.

h) Justificativa quanto a adoção do SRP:

Não se aplica.

i) Justificativa quanto ao critério de julgamento por lote

Justifica-se o critério de julgamento da licitação ser o MENOR PREÇO POR LOTE por ser aquele que melhor reflete os anseios da licitação, por ser econômica e logisticamente o mais viável, tendo em vista que os produtos agrupados em lotes são similares, minimizando a cotação de itens ou lotes de valores insignificativos, e o seu agrupamento perfaz um valor maior a ser cotado, sendo um atrativo aos licitantes, proporcionando uma maior economia de escala, melhora na padronização, logística e gerenciamento dos produtos, já que a unidade gestora solicitará o objeto a um número menor de fornecedor, bem como maior agilidade no julgamento do processo. A realização de diversas contratações através do critério de julgamento menor preço por Item, para o objeto em tela se torna inviável por diversos fatores como: Falta de padronização, necessidades de muitos servidores para

gerenciar e fiscalizar os diversos contratos, perca de economia de escala e inviabilidade técnica, além do número reduzido de servidores para gerenciar os diversos contratos possíveis. Destarte, podemos concluir que a definição do objeto da licitação pública e as suas especificidades são discricionárias, competindo ao agente administrativo avaliar o que o interesse público demanda obter mediante a contratação.

Acreditamos, inclusive, que tal agrupamento (MENOR PREÇO– LOTE) irá resultar em considerável ampliação da competitividade, pois os valores se tornarão mais atraentes aos proponentes, devendo assim aumentar a probabilidade de que a Administração venha a celebrar contratos mais vantajosos, tendo em vista que ela receberá mais propostas, beneficiando a eficiência dos contratos administrativos. A Administração, com essa decisão justificada, visa aumentar o desconto oferecido pelas empresas licitantes devido ao ganho de escala no fornecimento de todas as peças licitadas, bem como facilitar e otimizar a gestão do contrato, pois caso os itens sejam divididos entre vários licitantes, qualquer atraso por parte de qualquer um deles poderá comprometer todo o planejamento da prestação de serviços objeto da presente contratação, que visa atender o interesse Público.

Importante salientar ainda que esta Administração pretende adquirir produtos que no seu contexto geral são da mesma natureza, tendo a certeza que aglutinando os itens em LOTES poderá gerar aos licitantes ganhadores uma maior economia de escala que, certamente, será traduzida em menores preços em sua proposta global.

Sobre este tema, podemos citar a obra "Temas Polêmicos sobre Licitações e Contratos", vários autores, da editora Malheiros, na página 74, o seguinte trecho:

"(...) em geral, a economia de escala é instrumento fundamental para diminuição de custos. Quanto maior a quantidade a ser negociada, menor o custo unitário, que em decorrência do barateamento do custo produção (economia de escala na indústria), quer porque há diminuição da margem de lucro (economia de escala geralmente encontrada no comércio)"

Corroborando do entendimento supramencionado, em julgado, o Tribunal de Contas da União, quando decidiu pelo indeferimento de pedido de divisão do objeto licitado em itens, por considerar que a reunião do objeto em um único item, desde que devidamente justificada pela área demandante ou pelo pregoeiro, afasta a possibilidade de restrição indevida à competitividade. (Acórdão 1.16712012 – TC 000.431/2012-5 - TCU - Plenário - Relator: José Jorge).

Essa mesma Corte se pronunciou através do Acórdão nº 732/2008, no seguinte sentido: "... a questão da viabilidade do fracionamento deve ser decidida com base em cada caso, pois cada obra tem as suas especificidades, devendo o gestor decidir analisando qual a solução mais adequada no caso concreto."



PREFEITURA DE
CAUCAIA

**Secretaria Municipal de
Gestão e Governo – SGG**

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE
LICITAÇÕES



Dessa forma, verifica-se que o entendimento do Tribunal de Contas tem sido o de que a divisão do objeto em itens distintos deve ser auferida sempre no caso concreto, devendo ser aplicada a opção mais vantajosa para a Administração Pública, desde que não haja restrição à competitividade.

Assim, dentro da competência discricionária que é assegurada à Administração, optou-se por adotar o critério de julgamento e divisão por lotes, que se reputa mais ajustado às necessidades e eficiência administrativas no presente caso.

[Handwritten signature]



PREFEITURA DE
CAUCAIA

**Secretaria Municipal de
Gestão e Governo - SGG**
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE
LICITAÇÕES



ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

O(A) PREGOEIRO(A) DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAUCAIA.

Processo: PREGÃO ELETRÔNICO Nº [NÚMERO DO PREGÃO]

Data e Hora de Abertura: _____ às _____ horas

Razão Social: _____ CNPJ: _____

Endereço: _____ CEP: _____

Fone: _____ Fax: _____

Banco: _____ Agência N.º: _____ Conta Corrente n.º: _____

E-mail: _____

OBJETO: <OBJETO>.

LOTE _____

Nº	DESCRIÇÃO	QTDE	MARCA	UNIDADE	V. UNT.	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL						R\$

VALOR DO LOTE: R\$

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias.

Observações:

- O proponente declara que tem o pleno conhecimento, aceitação e cumprirá todas as obrigações contidas no anexo I – Termo de Referência do edital.
- Independente de declaração expressa, fica subentendida que no valor proposto estão incluídas todas as despesas necessárias ao fornecimento, inclusive as relacionadas com:
 - encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e outros;
 - tributos, taxas e tarifas, emolumentos, licenças, alvarás, multas e/ou qualquer infrações;
 - seguros em geral, da infortunística e de responsabilidade civil para quaisquer danos e prejuízos causados à Contratante e/ou a terceiros, gerados direta ou indiretamente pelo fornecimento.
- Anexar as composições de preços (se for o caso).

Local/Data: _____, _____ de _____ de _____

Assinatura Proponente

Carimbo da empresa/Assinatura do responsável legal



PREFEITURA DE
CAUCAIA

**Secretaria Municipal de
Gestão e Governo – SGG**

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE
LICITAÇÕES



ANEXO III - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº _____
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2024.09.19.01 - SDST

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAUCAIA, E DO OUTRO A EMPRESA _____ PARA O FIM QUE NELE SE DECLARA.

O município de Caucaia/CE, por meio da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAUCAIA, Estado do Ceará, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o N.º 07.616.162/0001-06, com sede de sua Prefeitura Municipal na Rodovia CE-090 Km 01, nº1076, Itambé Caucaia/CE, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO - SDST, neste ato representado(a) pelo(a) Sr.(a) _____, aqui denominado(a) de CONTRATANTE, e de outro lado a Empresa _____, estabelecida na _____, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º _____, telefone (xx) xxxxxxxx, e mail: xxxxxxxx@xxxxxxxxxx, neste ato representada pelo (a) Sr(a). _____, portador (a) do CPF nº _____, apenas denominada de CONTRATADA, firmam entre si o presente TERMO DE CONTRATO mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. O presente contrato encontra-se fundamentado pelo processo administrativo de Licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO tombado sob o nº 2024.09.19.01 - SDST em conformidade e com fundamento na Lei Federal Nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021 - Lei das Licitações Públicas c/c Regulamento Interno de Licitações e Contratos – RILC da Prefeitura Municipal de Caucaia, editado pela Lei Municipal Nº 3.625, de 30 de junho de 2023, assim como, a legislação complementar em vigor.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- O Termo de Referência – TR;
- O Estudo Técnico Preliminar – ETP;
- O Edital da Licitação;
- A proposta de preços do contratado;
- Eventuais anexos dos documentos supracitados; e
- Legislação Municipal regulamentadora quanto a Lei Federal n.º 14.133/21.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. Constitui objeto do presente AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE DE INTERESSE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO DO MUNICÍPIO DE CAUCAIA/CE, CONFORME EMENDA Nº 202341380006 DO MINISTÉRIO DA CIDADANIA, tudo conforme especificações contidas no Termo de Referência, constante do anexo I do Edital.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

3.1. O valor global da presente avença é de R\$ ____ (____), a ser pago na proporção da entrega dos produtos licitados, segundo as ordens de compras/autorizações de fornecimento expedidas pela Administração, de conformidade com as notas fiscais/faturas devidamente atestadas pelo Gestor da despesa, acompanhadas das Certidões Federal, Estadual, Municipal, FGTS e CNDT do proponente vencedor, todas atualizadas, observadas as condições da proposta.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1. A liquidação da despesa e o pagamento será efetuado na proporção de entrega dos produtos, em até 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, mediante a constatação da entrega e recebimento definitivo, através de atesto do recebimento dos produtos e o encaminhamento da documentação necessária, observada todas as disposições pactuadas, bem como, a ordem cronológica de pagamentos.

4.2. O regime de fornecimento e as demais peculiaridades quanto aos pagamentos encontram-se definidas no Termo de Referência do procedimento de origem.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO, ATUALIZAÇÃO E REEQUILÍBRIO

5.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento (Mapa de preços), estimado em __/__/__ (DD/MM/AAAA).

5.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade. De acordo com o caso concreto, poderá ser utilizado outro índice específico ou setorial ao já definido, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

5.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

5.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

5.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

5.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

5.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

5.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

5.9. Os pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro serão respondidos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, observada a vigência contratual.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

6.1. O presente Instrumento produzirá seus jurídicos e legais efeitos a partir da data de sua assinatura e vigorará até ____ de _____ de _____, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

7.1. O regime de execução e ou forma de fornecimento, conforme o caso, e o modelo de gestão contratual será aquele definido no termo de referência do procedimento e no Decreto Municipal n.º 1.392, de 03 de janeiro de 2024, assim como, nas demais normativas municipais as quais disciplinam os prazos, condições de fornecimento, conclusão, observações, formas de recebimento do objeto e os demais elementos condizentes a execução contratual.

7.2. A gestão e fiscalização do contrato caberá ao Ordenador de Despesa competente ou a quem ele a designar com esta finalidade, devendo ele exercer toda a sua plenitude tudo em atendimento e consonância ao que dispõe na Lei Federal n.º 14.133/2021 de 1º de abril de 2021 e no Decreto Municipal n.º 1.392, de 03 de janeiro de 2024.

CLÁUSULA OITAVA - DA ORIGEM DOS RECURSOS

8.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento Municipal, inerentes a **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO**: _____

8.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA NONA - DA OBRIGAÇÃO DAS PARTES

9.1. As partes se obrigam reciprocamente a cumprir integralmente as disposições do instrumento convocatório, da Lei Federal n.º 14.133/2021 de 1º de abril de 2021, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos – RILC da Prefeitura Municipal de CAUCAIA, editado pela Lei Municipal N.º 3.625, de 30 de junho de 2023, das demais normas correspondentes a regulamentação das contratações públicas no município, assim como, da proposta adjudicada.

9.2. São obrigações do Contratado, o dever de cumprir com todas as disposições constantes do Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

cc) Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, se for o caso.

dd) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990).

ee) Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

ff) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

gg) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

- hh) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.
- ii) Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- jj) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.
- kk) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- ll) Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- mm) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.
- nn) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- oo) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- pp) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- qq) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- rr) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.
- ss) Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.
- tt) Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018, se for o caso, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.

- uu) Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- vv) Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congêneres.
- ww) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- xx) Assinar e devolver a ordem de compra ao Município de Caucaia/CE no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data do seu recebimento.
- yy) Entregar os itens licitados no prazo máximo estabelecido no termo de referência, contados do recebimento da ordem de compra, nos locais determinados pelo órgão solicitante, observando rigorosamente as especificações contidas no termo de referência, nos anexos e disposições constantes de sua proposta de preços, assumindo a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, em decorrência da celebração do contrato.
- zz) Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.
- aaa) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.
- bbb) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no fornecimento, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do art. 125º da Lei n.º 14.133/21.
- ccc) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município de Caucaia/CE, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao mesmo, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato.
- ddd) No caso de constatação da inadequação do objeto licitado às normas e exigências especificadas no termo de referência, no edital ou na proposta de preços da CONTRATADA, a CONTRATANTE os recusará, devendo no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas ser adequados às supracitadas condições.

9.3. São obrigações do CONTRATANTE, nos termos do art. 92, X, XI e XIV da Lei Federal n.º 14.133/21:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
- c) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.
- e) Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a

execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.

f) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato.

g) Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.

h) Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.

i) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

j) A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, nos termos do art. 123, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021 e o art. 28, do Decreto n.º 11.246, de 2022, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

k) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) mês, nos termos do art. 123, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021.

l) Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

m) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

n) Indicar o local e horário em que deverão ser entregues os produtos/materiais/equipamentos.

o) Permitir ao pessoal da CONTRATADA acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança.

9.4. LOCAL, FORMA E PRAZO DE ENTREGA DO OBJETO

9.4.1. O local, forma e prazo de entrega do objeto serão aqueles definidos no Termo de referência do Edital.

9.4.2. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, os bens fornecidos em desacordo com os termos do Processo Licitatório, da proposta e deste contrato.

9.4.3. As condições e procedimentos de recebimento provisório e definitivo serão aquelas constantes do Termo de Referência do procedimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, conforme previsão constante do Estudo Técnico Preliminar – ETP, anexo ao Termo de Referência do procedimento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DO CONTRATO

11.1. Não haverá exigência da garantia da contratação consoante os dispostos nos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, bem como, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar - ETP.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES

12.1. Nos termos dos arts. 155, 156 e 162 da Lei 14.133/2021 e das disposições constantes do Termo de Referência, após o regular Procedimento Administrativo de Apuração de Responsabilidade - PAAR, serão apenadas de acordo com a seguinte dosimetria, sem prejuízo das multas eventualmente previstas no Termo de Referência e das demais penalidades legais, assegurado a prévia e ampla defesa:

Ocorrência	Penalidade
a) Dar causa a inexecução parcial do objeto.	Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave
b) Dar causa à inexecução parcial do objeto que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave
c) Dar causa à inexecução total do objeto.	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 1 (um) ano a 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
d) Deixar de entregar documentação exigida para o certame.	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 1 mês a 6 meses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 2 (dois) meses a 1 (um) ano, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
f) Não celebrar contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 3 (três) meses a 2 (dois) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
g) Ensejar o retardamento da execução do objeto ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 3 (três) meses a 1 (um) ano e 6 (seis) meses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do objeto	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos
i) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do objeto	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos
j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos
k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos
l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos.

12.2. Nas condutas previstas nas letras “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do item anterior, quando justificada a imposição de penalidade mais grave, será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

12.3. As demais disposições quanto ao cálculo de multas, compensações, formas de aplicação da sanção, instrução, condução e julgamento de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade – PAAR, assim como, as disposições obrigatórias quanto aos padrões éticos serão aquelas constantes do Edital e do Termo de Referência do processo a qual esse contrato se vincula, sem prejuízo das demais normativas municipais correspondentes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021 e Regulamento Interno de Licitações e Contratos – RILC (Lei Municipal N° 3.625, de 30 de junho de 2023) da Prefeitura Municipal de Caucaia.

14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

15.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

15.2. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

15.3. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

15.4. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

15.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

15.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

15.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

15.6.3. Indenizações e multas.

15.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).



PREFEITURA DE
CAUCAIA

**Secretaria Municipal de
Gestão e Governo – SGG**
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE
LICITAÇÕES



15.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como, na Imprensa Oficial (Diário Oficial do Município – DOM) e no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. O CONTRATADO se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

17.2. O CONTRATANTE se reserva o direito de fazer uso de qualquer das prerrogativas dispostas no artigo 104º da Lei nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021, alterada e consolidada.

17.3. A inadimplência do contratado com referência aos encargos trabalhistas, sociais, fiscais e comerciais não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso dos serviços pela Administração.

17.4. A Contratada, na vigência do Contrato, será a única responsável perante terceiros pelos atos praticados por seu pessoal, eximida a Contratante de quaisquer reclamações e indenizações.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

18.1. O foro da Comarca de Caucaia é o competente para dirimir questões decorrentes da execução deste Contrato, em obediência ao art. 92, §1º da Lei 14.133/2021 de 1º de abril de 2021.

Assim pactuadas, as partes firmam o presente Instrumento, lavrado na Prefeitura Municipal de Caucaia, perante testemunhas que também o assinam, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Caucaia - CE, ____ de _____ de _____.

Secretário(a) de _____
CONTRATANTE

EMPRESA: _____
Sr(a). _____
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____ CPF nº _____
2. _____ CPF nº _____



PREFEITURA DE
CAUCAIA

**Secretaria Municipal de
Gestão e Governo – SGG**

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE
LICITAÇÕES



ANEXO I AO CONTRATO N°

Nº	DESCRIÇÃO	QTDE	MARCA	UNIDADE	V. UNT.	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL						R\$

Handwritten signature